



PDI

2014 - 2018

Plano de Desenvolvimento Institucional



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA**

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
2014 A 2018**

**BRASÍLIA-DF
ABRIL/2017**

(Aprovado pela Resolução CS nº 008/2014 de 12 de junho de 2014,
atualizado pela Resolução CS nº 016/2017 de 25 de abril de 2017)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Dilma Vana Rousseff

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
José Henrique Paim Fernandes

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Aléssio Trindade de Barros

REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA
Wilson Conciani

REITORIA

Reitor
Wilson Conciani

Chefia de Gabinete da Reitoria
Daniella Santiago Andrade

Pró-Reitora de Administração
Simone Cardoso dos Santos Penteadó

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional
Fernando Dantas de Araújo

Pró-Reitor de Ensino
Adílson César de Araújo

Pró-Reitor de Extensão
Giano Luis Copetti

Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação
Luciana Miyoko Massukado

CAMPI

Diretor Geral Campus Brasília
Gustavo Filice de Barros

Diretor Geral *Campus* Ceilândia
Tarcísio Araújo Kuhn Ribeiro

Diretor Geral *Campus* Estrutural
Marcelo Silva Leite

Diretora Geral *Campus* Gama
Êrika Fernandes Cruvinel

Diretor Geral *Campus* Planaltina
Walter Antônio Rodrigues

Diretora Geral *Campus* Samambaia
Neli Terezinha da Silva

Diretor Geral *Campus* Taguatinga
Élcio Antônio Paim

Diretor Geral *Campus* Taguatinga Centro
Eduardo Dias Leite

Diretora Geral *Campus* Riacho Fundo
Sérgio Barbosa Gomes

Diretor Geral *Campus* São Sebastião
Rodrigo Mendes da Silva

Assessor para Implantação do *Campus*
Brazlândia
Francisco de Assis Povoas Pereira

Assessor para Implantação do *Campus* Cidade
Digital
Paulo Roberto Leiros de Souza

COMISSÃO SISTEMATIZADORA

Rosane Cavalcante de Souza
Presidente (25/07/2013 - 31/12/2013)

Eduardo Dias Leite
Membro Suplente

Fernando Dantas de Araújo
Presidente (29/01/2014 - 30/06/2014)

Edinízia Ribeiro Araújo Kuhn
Membro Titular

Maria Cristina Madeira Da Silva
Suplente/Presidente Substituta

Suellen Mayara Magalhães
Membro Titular

Simone Cardoso Dos Santos Penteado
Membro Titular

Marco Antônio Vezzani
Membro Suplente

Cláudia Sabino Fernandes
Membro Suplente

Simone Pinheiro Santos
Membro Suplente

Adilson César De Araújo
Membro Titular

Anderson Allan Lopes Galvão
Membro Titular

Yvonete Bazbuz Da Silva Santos
Membro Suplente

Ângela Maria De Menezes
Membro Titular

Giano Luis Copetti
Membro Titular

Kamilla Fernanda Da Costa Queiroz
Membro Suplente

Eneida Campos Felipe De Brites
Membro Suplente

Cleiton Souza Rocha
Membro Suplente

Luciana Miyoko Massukado
Membro Titular

Charles Almeida Da Silva
Membro Titular

Marley Garcia Silva
Membro Suplente

Flávio Barbosa Da Silva
Membro Titular

Élcio Antônio Paim
Membro Titular

Vilma Pereira Cunha
Membro Suplente

Ângelo Teodoro Dos Santos
Membro Suplente

COLABORADORES

Abencilde Lira da Silva
Abieri Gomes de Oliveira
Adriana Aparecida
Alan Kardec Elias Martins
Alberto do N. Ferreiro
Alberto Torres Braz
Alessandra do C. Fonseca
Alex Helder Cordeiro de Oliveira
Alexandre Morais
Alexandre Silva
Aline Maia Nascimento
Allatina Batista de Souza
Amanda Freire Tavares
Amanda Rodrigues S. B. da Silva
Ana Carolina L. Brandão
Ana Carolina Mendes
Ana Carolina Simões
Ana Cristina Araújo Pimenta
Ana Maria Moraes
Ana Maria Pereira Pinto
Ana Paula da S. Sousa
Ana Veras Gomes
Anderson da Silva Costa
André Cruz
André de Castro Sena
André Luís dos Santos
Andreia Maria S. França
Andressa da Silva Barbosa
Anelísia da Silva de Oliveira
Ângela Beatriz Souza Bertazzo
Ângelo Menezes
Antônia da Silva Costa
Antônia R. C. Costa
Antonielly Garcia Rodrigues
Antônio Carlos Lins
Antônio de Sousa Carvalho
Antônio Donizete Braga
Antônio Evangelista de Jesus
Antônio Filho
Antônio Porfino
Arlene Damacena de Sousa
Arnaldo Ribeiro do Nascimento
Atila Pires dos Santos
Beatriz Alves de Sousa
Beatriz da Costa Brasil
Beatriz dos Santos Nascimento
Bibiani Borges Dias
Brena Borges
Bruna Bernardes
Bruna Kelly
Bruno Coelem da Silva
Bruno Silva Costa
Camila de Sousa Rocha
Camila Rodrigues da Fonseca
Carine Marques Saliba Rebouças
Carla Maria Dias Lopes
Carla Sabrina Cunha
Carlos Alberto de Jesus Costa
Carlos Augusto Balla
Carlos Eduardo Dornelles
Carolina Soares Mendes
Caroline A. C. Gomes
Cassio Reis
Cecilia Cândida F. Vieira
Conceição Costa
Cristiane Fernandes da Cunha
Dalenz F. Taezo
Dalva Maria
Damaris Silva de Jesus
Daniel França de Souza
Daniel Martins Soares de Oliveira
Daniela de Jesus Gomes Mendonça
Daniele S. Freire
Dayanna Braga
Dayse Nayara de Melo Bispo
Dayse Siqueira de Melo Fraga
Débora Regane Severino
Delane Campos
Denise Batista
Denise de Oliveira Vieira
Deon Valentim do Nascimento
Deyse Calho da Silva
Diana de Almeida
Dianor Maria C. Araújo
Diego Pizarro
Diego Soto do Nascimento
Dilma P. Guedes
Domingos Ferreira
Edelon Fontenele Ângelo
Edilene Santos Sousa
Edileuza Monteiro de Assis
Ediney Rodrigues da Costa
Edivania Cavalcante
Eduardo de Vasconcelos Caetano
Eica Maria da Silva
Elaine Caloleira
Elânia Moreira
Eliana Maria Evangelista Siqueira

Eliane Nunes da Silva
Elias José dos Santos
Elisângela da Silva Sousa
Elisangela Marcia Reis
Elismas P.S.G Santos
Elizabeth Rodrigues da Silva Santarém
Ellen Cristina M. Peregrino
Emanuelle L. Lopes
Érica dos Santos Silva
Érica Raiane da Cunha
Erika de Oliveira Lima
Estefani Souza
Eula Paula Amorim
Evânia Maria Alves Pereira
Fabiana C. Fernandes
Fabiane Silva de A. Coutinho
Fabiano Fernandes
Fabricio Ademar Fernandes
Fátima Silva dos Santos
Felipe de França Oliveira
Felipe de Oliveira
Felipe Henrique de Melo
Fernanda da Silva Febrônio
Fernando Augusto Torres de Faria
Fernando Barbosa dos Santos
Fernando de Moraes da Silva
Fernando Rejente
Filipe Araújo Soares
Filipe de Moraes C. Pessoa
Fissil Cier Yuzuki
Florindo Ribeiro
Francisca das Chagas R. da Silva
Francisco Assis
Gabriel A. L. A. Castelo Branco
Gabriel Oliveira Negrão
Gabriel Prado
Gabriela Lopes Vieira
Gaziele Alves
Gedeon Baldez Saraiva
Genival Pereira da Silva
Gentiliza Duarte de Oliveira
Gerezinha Silva
Germano T. Cruz
Gilberto Moraes Faria Alves
Girlene Maria Ferreira Florindo
Giselle de Oliveira Lipriano Candido
Glenilva Marques de Sousa
Glória Juliane Rabelo
Guilherme A. A. Silva
Guilherme Capistrano dos Santos Stanzani
Gustavo Danicki A. Rosa
Helen Denise Daneres Lemos

Helio Ferreira
Hélio Lima de Sousa
Hersutes Silva
Heula Tessia Alves Moreira
Hugo Silva Faria
Iara F. P. Lauffer
Ijaneide da Silva Sousa
Irene da C. Silva Novais
Isabel Silva Santos
Ivante Alves dos Santos
Jabson Cavalcante Dias
Jadson de Oliveira de Menezes
Janaina Julinda da Silva
Jane Beatriz Pereira
Jefferson Pereira da Silva
Jéssica Rejane da Cruz Costa
Jessica Zuza
João Bezerra da Silva Júnior
Jose Araújo
José Messias Eiterer Sousa
José Vécio da Silva
Josué de Sousa Mendes
Josuelma de Jesus
Jovita Santos Souza de Moraes
Jozilene Silva Pereira
Juana de Carvalho R. Silva
Jucéria de A. Silva
Juliana Aragão Lemes da Costa
Juliana Costa Vila Nova
Juliana da Silva Sousa
Juliana Detoni
Juliana Rangel Pimentel
Juliana Viegas P. Vaz dos Santos
Jullyanna Ellen F. de Andrade
Jurema da Silva Passos
Kamilla Milene Gomes
Kamylla Santana Guimarães
Kardek Luis
Karina Carvalho Pereira
Keilla Araújo de Castro Fonseca
Kelly de O. Santos
Kelly Hernandez
Larissa Carvalho Toth
Laura Misk de Faria Brant
Laysse Noletto Balbino
Leandro Andrade Moreira
Ledunica do Nascimento Veras
Leia Viana Nunes
Leonardo Moreira
Leoncio Regal Dutra
Leyla Fillar Fredenhagem
Lídia C. de Oliveira

Lina Frazão de Castro
Luana Cruz Santos
Lucia Pilar Gonzalez Fernandes
Luciana Assis dos Santos
Luciana Henrique M. da Silva
Luciana Lemgruber
Luciana Mendes de Sousa
Luciano Cedraz de Oliveira
Luciano de Andrade Gomes
Lucielle Coutinho da Silva
Lucimar Bernardo de Barros
Lucimar da S. Rodrigues
Luidson Saraiva Souza
Luiz Cesar Ribeiro dos Reis
Luiz Claudio R. de Carvalho
Luiz Diogo de Vasconcelos
Luiz Fernando Frozza
Marcia Almeida
Marcia Maria dos Santos
Márcia Regina Nunes Nascimento
Marciano Pereira da Silva
Marcio Augusto de Deus
Maria Alice dos Santos Souza
Maria Alves Lima de Menezes
Maria Antônia de Paula
Maria Antônia Oliveira Silva
Maria Aparecida dos Santos
Maria Aparecida Silva de Abreu
Maria Betânia Machado
Maria das Dores Nascimento
Maria das Graças Alexandre Macedo
Maria das Graças Moreira
Maria de Fatima C. Silva
Maria de Lourdes Barros Brito
Maria do Carmo Machado
Maria do N. de Oliveira
Maria do Nascimento Oliveira
Maria Eduarda S. Pinheiro
Maria Eliza da Silva
Maria Eveline Pinheiro
Maria Lindalva Ferreira
Maria Marclane Bezerra Vieira
Maria Neumann S. da Costa
Maria Raimunda Barbosa
Maria Rosângela de Senazuzar
Maria Rute Amarante da Silva
Mariana R.D. Cardoso
Marinalda Alfredo Hair S.
Marineuda Vieira do Nascimento
Marlei Almeida da Silva
Messias de Jesus Carvalho
Micaele Karine Sousa Lopes
Michelle Rocha Pedrosa
Moemia Rosa da Silva
Mônica Oliveira de Moura
Nádia Silvério Oliveira Irineu
Nadja Pessoa do Amarante
Nalderi Alves de Lacerda
Nathalie Nunes Maia
Nedja Rodrigues Costa Lemos
Nestor Luciano dos Santos
Nilza Maria de Farias
Nivaldo Oliveira
Noberto Santos Gonçalves
Núbia Pereira Fonseca
Pablo Lorui
Patricia Albuquerque de Lima
Paula Petracco
Paulo A. B. Ramos
Paulo Henrique de A. Leão
Paulo Itacy Marques Rodrigues
Pedro Henrique Isaac Silva
Priscila Bosquê
Priscila de Oliveira Rodrigues
Priscila Kelly Severino
Quezia O. Sousa
Rafael Azevedo
Raimundo Claudio da Silva Vasconcelos
Raimundo G. da Silva Filho
Rebeca Pereira Peres
Regilda Vieira Silva
Regina de Matos Batista
Reinaldo de Jesus da C. Farias
Reinaldo Nonato Ribeiro
Renata de Azevedo Belo
Renato M. Gomes
Renzo Gonçalves Chaves
Robson Caldas de Oliveira
Robson Munhoz de Oliveira
Rodrigo Luis dos Santos
Rogerio Pereira dos Santos
Ronilde Borges C. Feitosa
Rosana B. S. Capingota
Ruan de Sousa Oliveira
Rudimar M. S. Júnior
Ruy de Sousa
Samanta Farias
Sandra Branchine
Sandra Maria de Souza
Sandro Ribeiro dos Santos
Sebastião José Sobrinho
Sebastião Pereira Silva
Sérgio Barbosa Gomes
Sergio Mariani

Sidney de Castro Lima
Silva Mayami Iusokiri
Sonia Marques de Sousa
Susana Nara de O. Mineu
Suzete Cunha de Francisci
Sylvana Karla S. L. Santos
Tadeu Duarte
Taiany Fenandes Machado
Taisa de Almeida Felix
Tâmara Miranda de Carvalho
Tatiana de Macêdo Soares Rotolo
Tatiane Silva Alves
Tereza Dolores Pereira
Thiago S. de Almeida
Tiago Borges Santos
Tiago Varella Negreiros
Vanessa de Deus Mendonça
Vera Lucia Nascimento Rabelo
Veruska Ribeiro Machado
Vicente Menezes de Paula
Victor Ernandes
Virginia Barbosa Lobo da Silva
Wallace Robert de Sousa Castro
Wallisson de Paula
Wesley Costa da Silva
Wilk Wanderley de Farias
William Silva
Winglyson Edgart Sousa Máximo
Wismaily Pereira da Silva
Zora Yonara Torres Costa

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACG - Avaliação dos Cursos de Graduação
AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem
AVALIES - Avaliação das Instituices de Ensino Superior
BSC - *Balanced Scorecard*
CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAPES - Coordenação de Aperfeioamento de Pessoal de Nível Superior
CD - Colégio de Dirigentes
CEB - Câmara de Educação Básica
CEFET - Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica
CEPE - Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão
CGPIBP - Comitê Gestor de Programas Institucionais de Bolsas e Projetos
CGPL - Coordenação Geral de Planejamento
CIS - Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação
CNE - Conselho Nacional de Educação
COET - Comissão de tica
COMSIS - Comissão Sistematizadora
CONAE - Conferência Nacional de Educação
Consed - Conselho Editorial
CPA - Comissão Própria de Avaliação
CPPD - Comissão Permanente de Pessoal Docente
CS - Conselho Superior
DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais
DF - Distrito Federal
DOU - Diário Oficial da União
DR - Documento de Referência
DRAP - Diretoria de Administração e Planejamento
DREP - Diretoria de Ensino e Pesquisa
DRPO - Diretoria de Planejamento de Orçamento
DSI
EAD - Educação a Distância
EBTT - Ensino Básico Técnico e Tecnológico
ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENAP - Escola Nacional de Administração Pública
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
EPT - Educação Profissional e Tecnológica
ETF - Escolas Técnicas Federais
FCS - Fatores Críticos de Sucesso
FEDF - Fundação Educacional do Distrito Federal
FIC - Formação Inicial e Continuada

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GDF - Governo do Distrito Federal
ICT - Instituição Científica e Tecnológica
IES - Instituição de Ensino Superior
IF - Instituto Federal
IFB - Instituto Federal de Brasília
EPTC - Educação Profissional Científica e Tecnológica
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB - Lei de Diretrizes e Bases
LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais
LOA - Lei Orçamentária Anual
MEC - Ministério da Educação
NAPNE - Núcleo de Apoio a Estudantes Portadores de Necessidades Especiais
NBR - Norma Brasileira
NIT - Núcleo de Inovação Tecnológica
NR - Norma Regulamentadora
NTIC - Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação
NUCS - Núcleo de Comunicação Social
PAE - Política de Assistência Estudantil
PCD - Pessoa com Deficiência
PCR - Pessoa com Cadeira de Rodas
PDC - Política de Desenvolvimento de Coleções
PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBITI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PMR - Pessoa com Mobilidade Reduzida
PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE - Plano Nacional de Educação
PO - Pessoa Obesa
PPC - Projetos Pedagógicos dos Cursos
PPI - Projeto Pedagógico Institucional
PPP - Projeto Político Pedagógico
PRAD - Pró-reitora de Administração
PRDI - Pró-reitora de Desenvolvimento Institucional
PREN - Pró-reitora de Ensino
PREX - Pró-reitora de Extensão
PRGP - Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PRODIF - Programa Institucional de Fomento à Difusão Científica e Tecnológica
PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação Jovens e Adultos
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PRPI - Pró-reitora de Pesquisa
RAIS - Relação Anual de Informações Sociais
RSC - Reconhecimento de Saberes e Competências
RT - Retribuição por Titulação
SAAS - Sistema de Acompanhamento e Avaliação dos Cursos da Rede e-Tec Brasil
SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SGI - Sistema de Gestão Integrado
SGPS - Sistema de Gestão de Processos Seletivos
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASS - Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor
SIBIFB - Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal de Brasília
SIC - Sistema de Informações ao Cidadão
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SISU - Sistema de Seleção Unificada
SPO - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
SWOT(FOFA)
TAE - Técnico-Administrativos em Educação
TAM - Termo de Acordo de Meta

LISTA QUADROS, FIGURAS E ANEXOS

Quadros

Quadro 1 - Resumo das atividades de elaboração do PDI	21
Quadro 2 - Análise SWOT	32
Quadro 3 – Indicadores por objetivos estratégicos e perspectivas do BSC	35
Quadro 4 - Metas por indicador e objetivo estratégico	38
Quadro 5 - Composição da CPA (Gestão 2013/2015)	57
Quadro 6 - Planejamento de oferta de cursos técnicos	60
Quadro 7 - Planejamento de oferta de cursos superiores	64
Quadro 8 - Planejamento de oferta de cursos EaD com fomento externo	66
Quadro 9 - Planejamento de oferta de cursos EaD sem fomento externo (oferta própria)	66
Quadro 10 - Evolução do corpo docente do IFB por titulação entre 2009 e 2013.....	70
Quadro 11 - Percentual do corpo docente por titulação	70
Quadro 12 - Quantitativo e percentual de docentes por regime de trabalho	71
Quadro 13 - Evolução do corpo técnico do IFB por classe entre 2009 e 2013.....	73
Quadro 14 - Quantitativo e percentual de técnicos administrativos em educação por classe.....	73
Quadro 15 - Quantitativo e percentual de técnicos administrativos em educação por titulação	74
Quadro 16 - Biblioteca do Campus Brasília	90
Quadro 17 - Acervo da biblioteca do Campus Brasília	90
Quadro 18 - Biblioteca do Campus Gama	92
Quadro 19 - Acervo da biblioteca do Campus Gama	92
Quadro 20 - Biblioteca do Campus Planaltina.....	94
Quadro 21 - Acervo da biblioteca do Campus Planaltina.....	94
Quadro 22 - Biblioteca do Campus Riacho Fundo	97
Quadro 23 - Acervo da biblioteca do Campus Riacho Fundo	97
Quadro 24 - Biblioteca do Campus Samambaia	99
Quadro 25 - Acervo da biblioteca do Campus Samambaia	99
Quadro 26 - Biblioteca do Campus Taguatinga.....	101
Quadro 27 - Acervo da biblioteca do Campus Taguatinga.....	101
Quadro 28 - Biblioteca do Campus Taguatinga Centro	102
Quadro 29 - Acervo da biblioteca do Campus Taguatinga Centro	103
Quadro 30 - Biblioteca do Campus São Sebastião	104
Quadro 31 - Acervo da biblioteca do Campus São Sebastião.....	104
Quadro 32 - Área física do IFB.....	106
Quadro 33 - Instalações por Campus	107
Quadro 34 - Laboratórios por Campus	112
Quadro 35 – Aquisição de equipamentos para laboratórios, por Campus	118
Quadro 36 - Princípios norteadores para a caracterização de novos investimentos em infraestrutura	127
Quadro 37 - Critérios a serem observados para a Infraestrutura.....	130
Quadro 38 - Evolução do orçamento anual do IFB	132
Quadro 39 - Previsão orçamentária e cronograma de execução (5 anos)	133

Figuras

Figura 1 - Concepção pedagógica do IFB.....	17
Figura 2 - Mapa Estratégico do IFB.....	34

Anexos

Anexo I - Organograma do IFB (Resolução CS nº 001/2017).....	140
--	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. PERFIL INSTITUCIONAL	25
1.1. A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....	25
1.2. IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO	26
1.3. CONSOLIDAÇÃO.....	27
1.4. MISSÃO, VISÃO E VALORES	28
1.5. OBJETIVOS	28
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	30
2.1. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO.....	31
2.2. MAPA ESTRATÉGICO.....	33
2.3. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E INDICADORES	34
2.4. METAS.....	38
3. PROJETO PEDAGÓGICO DA INSTITUIÇÃO - PPI	46
3.1. CONTEXTUALIZAÇÃO	46
3.2. POLÍTICAS DE ENSINO	46
3.3. POLÍTICAS DE EXTENSÃO.....	47
3.4. POLÍTICAS DE PESQUISA E INOVAÇÃO	51
3.5. POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	53
4. AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	56
4.1. METODOLOGIA, DIMENSÕES E INSTRUMENTOS DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO.....	57
4.2. FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA	59
4.3. FORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES	59
5. PLANEJAMENTO DE OFERTA DE CURSOS E VAGAS	60
5.1. PLANEJAMENTO DA OFERTA DE CURSOS TÉCNICOS	60
5.2. PLANEJAMENTO DA OFERTA DE CURSOS SUPERIORES	63
5.3. PLANEJAMENTO DE OFERTA de cursos de EAD	66
6. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	67
6.1. COMPONENTE CURRICULAR	67
6.2. ATIVIDADES PRÁTICAS E ESTÁGIOS	68
7. DESENVOLVIMENTO HUMANO	70

7.1.	CORPO DOCENTE	70
7.2.	CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	73
7.3.	POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE SERVIDORES.....	75
7.4.	CORPO DISCENTE.....	77
8.	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	79
8.1.	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL COM INSTÂNCIAS DE DECISÃO.....	79
8.2.	ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL.....	79
8.3.	ÓRGÃOS COLEGIADOS: COMPETÊNCIAS E COMPOSIÇÃO	81
8.4.	ÓRGÃO DE APOIO A ATIVIDADE ACADÊMICA.....	84
9.	INFRAESTRUTURA	85
9.1.	PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E DE ATENDIMENTO DIFERENCIADO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	85
9.2.	BIBLIOTECAS	90
9.3.	ÁREA FÍSICA.....	106
9.4.	INSTALAÇÕES	107
9.5.	LABORATÓRIOS	112
9.6.	CRONOGRAMA DE AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES	126
9.7.	PRINCÍPIOS NORTEADORES PARA A CARACTERIZAÇÃO DE NOVOS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA	126
10.	CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	131
10.1.	ESTRATÉGIA DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	131
10.2.	EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL DO IFB	132
10.3.	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	133
	REFERÊNCIAS.....	134
	ANEXOS.....	140

APRESENTAÇÃO

Faz mais de um ano que o IFB vem discutindo o seu PDI para o período de 2014 - 2018. Neste tempo foram travados muitos debates, embates, discussões e posicionamentos contra esta ou aquela propositura. Mas finalmente o documento está pronto em sua versão final e encaminhado ao Conselho Superior. Mas afinal, o que é o PDI?

Alguns especialistas afirmam que é uma peça fundamental para o reconhecimento dos cursos superiores que uma instituição oferta. Trata-se de uma exigência do Ministério da Educação para que as escolas se organizem. Estes especialistas, em muitos casos, prestam consultoria para que as Instituições de Ensino Superior (IES) façam seu PDI. São pessoas que detém um elevado grau de conhecimento das técnicas e das ciências do planejamento. Aqui os parâmetros legais e técnicos são base da construção de um bom PDI. Estes especialistas constroem o PDI em prazos tão pequenos quanto um mês.

Outros acreditam que o PDI é uma peça de planejamento institucional que permite aos gestores saber exatamente o que fazer, quando fazer, como fazer e também acompanhar o desenvolvimento deste planejamento. Para estas pessoas é evidente que tudo que se faz deve ser cuidadosamente planejado e monitorado. De um certo modo isto é o resumo do que todos vemos: nada deve ser feito sem um planejamento rigoroso sob pena de não lograr êxito na missão proposta.

Considerando que o PDI é um documento indispensável para o reconhecimento dos cursos superiores do IFB e que é uma peça de planejamento indispensável há uma outra vertente a ser explorada. O IFB é mais que uma IES. Aqui se oferta a formação profissional desde a sua iniciação até a pós-graduação. Logo, este plano tem que olhar para todos os segmentos. Isto é, é preciso ir para além dos aspectos técnicos e legais.

O PDI é uma oportunidade para ver, rever e construir o IFB. Todo o tempo dispendido neste debate, reforça o sentido coletivo da educação. Nada se faz pela cabeça de uma pessoa ou de grupo.

O planejamento institucional conta a com a participação e todos os segmentos. Os estudantes que se envolveram na coordenação dos trabalhos o fizeram de coração e mente abertos. Os docentes e técnicos, servidores do IFB, igualmente se puseram abertos a construção desta identidade institucional. Isto é, O PDI NÃO É APENAS UM DOCUMENTO MAS A NOSSA EXPRESSÃO IDENTITÁRIA.

O Plano Nacional de Educação aponta para a participação da sociedade na gestão escolar como uma forma de reduzir a endogenia típica dos setores conservadores que defendem uma democracia fechada e uma escola para poucos. Aqui o IFB mostra sua participação na construção de uma sociedade mais justa e democrática: todos participam e tem o mesmo peso no debate.

Brasília, 30 de abril de 2014.

Wilson Conciani

Reitor

INTRODUÇÃO

Criado pela Lei nº 11.892, de 2008, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), denominado Instituto Federal de Brasília, é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos, com suas práticas pedagógicas.

Por ser uma Instituição de Ensino Superior (IES), IFB deve ter um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que norteie o caminho a ser seguido pela Instituição, de forma a cumprir a sua missão e alcançar seus objetivos. Esse documento contempla o cronograma e a metodologia de implementação dos objetivos, metas da IES, observando a coerência e a articulação entre as diversas ações, a manutenção dos padrões de qualidade e, quando pertinente, o orçamento. Deve apresentar um quadro resumo contendo a relação dos principais indicadores de desempenho, que possibilite comparar a situação atual e futura após a vigência do PDI (MEC, 2007), para o período de cinco anos (2014-2018).

Conforme Decreto n.º 5.773, de 2006, o PDI é requisito obrigatório para o reconhecimento e avaliação dos cursos superiores da instituição. Em sua composição elementar, constitui-se da filosofia de trabalho, a declaração da missão e o perfil institucional, as orientações para as diretrizes pedagógicas, as atividades acadêmicas e a infraestrutura que desenvolve e pretende desenvolver nos anos de vigência, e ainda a programação para a ofertas de cursos.

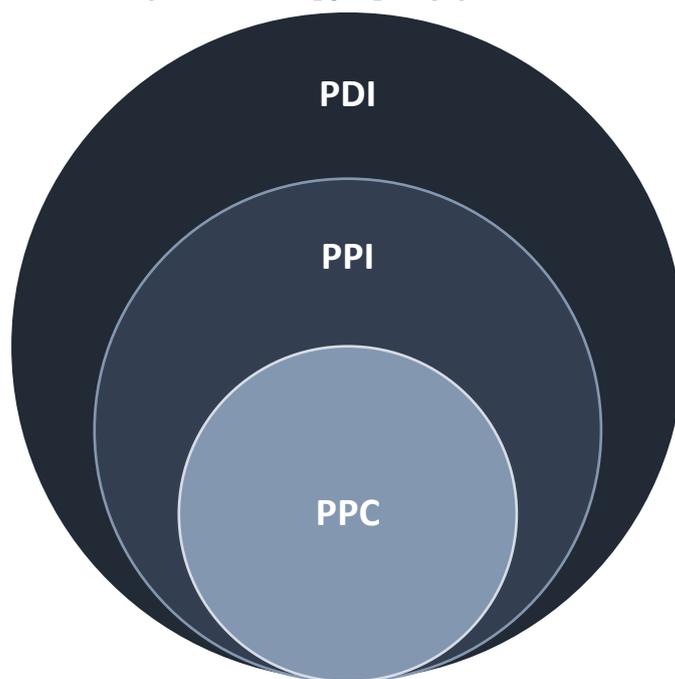
O Ministério da Educação (MEC) recomenda que o PDI explicita como o documento foi construído e a interferência que terá sobre a dinâmica da Instituição, tendo como pressuposto o atendimento às normas vigentes. Deve-se considerar a clareza e a objetividade do texto, a coerência, de forma a adequar os seus elementos, e a factibilidade, demonstrando a viabilidade de seu cumprimento.

Seguindo a legislação vigente e as recomendações do MEC, o IFB considerou:

- a) A Base Legal norteadora da elaboração do PDI;
- b) Preceitos da gestão democrática e participativa;
- c) O Termo de Acordo de Metas (TAM); e
- d) Projeto Pedagógico Institucional (PPI).

No âmbito educacional, o PDI agrega as principais concepções pedagógicas e filosóficas do PPI que necessariamente se vinculam ao campo conceitual, conforme apresentado no diagrama a seguir:

Figura 1 - Concepção pedagógica do IFB



BASE LEGAL

Os dispositivos legais de orientação à elaboração do PDI estão vinculados ao processo regulatório dos Cursos Superiores, regidos pela seguinte legislação:

- a) Lei nº 9.394, de 1996 (LDB): Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Nos artigos 9º, 46 faz referência ao processo de regulação entre outros subsídios. Salienta-se que os itens de exercício da autonomia universitária constantes no art. 54, § 1º são também peças do PDI.
- b) Lei nº 10.861, de 2004: Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Em seu art.º 3º A, inciso I, cita o PDI como um dos instrumentos para identificar o perfil e o significado de atuação da IES.
- c) Decreto nº. 5.773, de 2006: Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Esse Decreto regulamenta os art. 9º e 46, da LDB, bem como a Lei nº 10.861, de 2004. Em seu art. 15, define os documentos necessários ao credenciamento, dentre os quais, o PDI, e no art. 16 orienta a elaboração do PDI, definindo os elementos mínimos que devem constar no documento.
- d) Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE): O Plano sistematiza várias ações na busca de uma educação equitativa e de boa qualidade e se organiza em torno de quatro eixos: educação básica; educação superior; educação profissional e alfabetização. Em seu texto referente à Educação Profissional refere-se aos Institutos Federais de Educação, Ciência e

Tecnologia como modelos de reorganização das instituições federais de educação profissional e tecnológica para uma atuação integrada e referenciada regionalmente, para atuação em diferentes níveis e modalidades de ensino.

- e) Plano Nacional de Educação (PNE): O novo Plano Nacional de Educação (PNE) previsto para vigorar de 2011 a 2020 atualmente tramita no Congresso Nacional. Ele apresenta dez diretrizes objetivas e 20 metas seguidas das estratégias específicas de concretização. As metas seguem o modelo de visão sistêmica da educação estabelecido em 2007 com a criação do PDE. Tanto as metas quanto as estratégias contemplam iniciativas para todos os níveis, modalidades e etapas educacionais. Além disso, existem estratégias específicas para educação profissional.

METODOLOGIA UTILIZADA

Para a construção desse PDI foi estabelecida uma estrutura organizacional constituída por uma Comissão Sistematizadora, por três Comissões Temáticas e pela Coordenação Geral de Planejamento da Pró-reitora de Desenvolvimento Institucional (CGPL/DRPO). Para nortear a metodologia foram utilizados como fundamento:

Gestão democrática

A gestão democrática da educação nas instituições educativas é um dos princípios constitucionais do ensino público, segundo o art. 206 da Constituição Federal de 1988.

Por sua vez, a LDB (Lei nº 9.394, de 1996), confirmando esse princípio e reconhecendo a organização federativa, no caso da educação básica, repassou aos sistemas de ensino a definição das normas da gestão democrática, de acordo com o inciso VIII do art. 3º. Além disso, a mesma lei explicitou dois outros princípios a serem considerados no processo de gestão democrática:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Com relação à Educação Superior, a LDB prevê, em seu art. 56:

As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

Importante ressaltar, no âmbito da gestão democrática, é que esta se configura com a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade acadêmica no cotidiano da instituição e, especialmente, nos momentos de tomadas de decisões. Dessa forma é imprescindível que representantes de Técnicos, Docentes e Discentes participem da elaboração do PDI, dentro do escopo de sua atuação, haja vista que esta é uma ferramenta norteadora das decisões macro de desenvolvimento institucional.

Termo de Acordos de Metas e Compromissos (TAM)

O TAM é um termo celebrado entre IFB e Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) para os fins de estruturação, organização e atuação dos Institutos Federais. É um desdobramento das diretrizes estabelecidas pela Lei nº 11.892, de 2008, que, por meio de metas e compromissos a serem atingidas tomando como marco de médio prazo o ano de 2016 e de longo prazo o ano de 2022, bicentenário da Independência da República Federativa do Brasil.

O Acordo estabelece que poderão ser propostos ajustes anuais, desde que justificados e articulados ao PDI do Instituto Federal, com vistas a repactuação a ser analisada e aprovada pela SETEC/MEC. Nesse contexto o PDI desvincula sua característica de ser apenas parte dos procedimentos de regulação do ensino superior e torna-se parte das decisões estratégicas.

O PAPEL DAS COMISSÕES

A Comissão Sistematizadora, formada pelos Pró-Reitores e seus suplentes, representantes titulares e suplentes dos Diretores Gerais de Campus, Corpo Docente, Técnicos Administrativos e Discentes, teve as seguintes atribuições:

- Definir critérios de escolha dos membros das Comissões Temáticas;
- Articular e apoiar as atividades das Comissões Temáticas;
- Nortear a condução das atividades desencadeadas na produção do PDI;
- Sistematizar, junto com a CGPL, os resultados dos trabalhos dessas comissões e demais contribuições da comunidade acadêmica do IFB;
- Supervisionar o processo de discussão e elaboração do documento; e
- Consolidar o documento final.

As Comissões Temáticas foram constituídas por voluntários interessados em cada área específica e conduziram seus trabalhos divididas conforme os seguintes temas:

- Comissão Temática Educação:
 - Projeto Pedagógico Institucional - PPI;

- Cronograma de Implantação e Desenvolvimento da Instituição e dos Cursos (Presencial e à Distância);
- Políticas de Atendimento aos Discentes.
- Comissão Temática Infraestrutura:
 - Infraestrutura (relatório descritivo e laboratórios);
 - Biblioteca;
 - Plano de promoção a acessibilidade.
- Comissão Temática Gestão
 - Perfil institucional;
 - Organização administrativa da IES;
 - Corpo Docente;
 - Corpo Técnico Administrativo;
 - Autoavaliação Institucional;
 - Aspectos financeiros e orçamentários.

O trabalho das comissões temáticas foi desenvolvido em grupo que designou um relator de atividades com as seguintes atribuições:

- Apresentar produtos à Comissão Sistematizadora, nas datas limites;
- Organizar as discussões temáticas que subsidiaram o texto do PDI;
- Sistematizar proposições da comunidade provenientes de ferramentas de comunicação virtual; e
- Discutir os temas em reuniões para as quais foram convidados toda a comunidade acadêmica.

A Coordenação-Geral de Planejamento com base no Regimento Geral (Resolução CS/IFB N° 12/12) e na Estrutura Organizacional do IFB (Resolução CS/IFB N° 35/12) atendeu com as seguintes atribuições:

- Apoiar a sensibilização e mobilização da comunidade acadêmica;
- Subsidiar as comissões temáticas nas discussões e sistematização de propostas;
- Contribuir com as comissões no levantamento de dados e informações;
- Articular com as Unidades responsáveis pelo suporte ao uso das ferramentas comunicação virtual e suporte à realização de eventos;
- Dar suporte à formatação de documentos;
- Realizar registro de documentação das atividades;
- Monitorar etapas do processo; e
- Realizar a revisão de texto.

RESUMO DAS ATIVIDADES DE ELABORAÇÃO DO PDI

Quadro 1 - Resumo das atividades de elaboração do PDI

Atividades	Data	Responsável	Descrição
Elaboração de proposta inicial de metodologia para elaboração do PDI	19/02/2013 a 08/03/2013	Grupo inicial - PRDI e PREN	Após levantamento de referencial teórico e pesquisa de outras experiências PRDI e PREN apresentou-se ao Colégio de Dirigentes e a Comissão Sistematizadora proposta de metodologia para elaboração do PDI.
Indicação dos Delegados para escolha dos Representantes da Comissão Sistematizadora	09/04/2013 a 29/04/2013	<i>campi</i> e Reitoria	Cada <i>Campus</i> indicou dois nomes de técnicos, dois de professores e dois de alunos para escolha das representações na Comissão Sistematizado do PDI.
Escolha de representante dos Docentes e Técnicos Administrativos	30/04/2013	Docentes e Técnicos	Entre os delegados houve a escolha dos representantes, o momento foi conduzido pelo grupo inicial de trabalho.
Escolha de representante dos discentes	30/04/2013	Discentes	Entre os delegados houve a escolha dos representantes o momento foi conduzido pelo grupo inicial de trabalho.
1ª Reunião da Comissão Sistematizadora de elaboração do PDI.	07/05/2013 14h30 as 16h30	CGPL e Comissão Sistematizadora	Reunião conduzida pela presidente da Comissão, conforme proposta da metodologia de trabalho. Principal decisão: capacitação para a comissão referente aos subsídios do PDI.
2ª Reunião da Comissão Sistematizadora de elaboração do PDI.	16/05/2013 9h30 as 16h00	CGPL e Comissão Sistematizadora	A Coordenação Geral de Planejamento do IFB e a Coordenadora Geral de Política de Qualificação conduziram a capacitação com os seguintes itens: Contexto histórico dos IFs e IFB, apresentação do PDI vigente, documentos norteadores do PDI, metodologia do planejamento e um painel integrado para reflexão e compartilhar opiniões. Sugeriu a leitura dos documentos constantes em: http://www.ifb.edu.br/administrativo/pro-reitoria-de-desenvolvimento-institucional/4713
3ª Reunião da Comissão Sistematizadora de elaboração do PDI	21/05/2013	CGPL e Comissão Sistematizadora	Discussão sobre o plano de trabalho da comissão sistematizadora e proposta de sensibilização nos <i>campi</i> referente ao PDI.
4ª Reunião da Comissão Sistematizadora de elaboração do PDI	28/05/2013 14h30 as 16h30	CGPL e Comissão Sistematizadora	Discussão sobre o plano de trabalho das comissões temáticas e a temática das sensibilizações nos <i>campi</i> .
Sensibilização nos <i>campi</i> e Reitoria	10/06/2013 a 18/06/2013	Comissão Sistematizadora, CGPL e <i>campi</i>	A Comissão Sistematizadora visitou todos os <i>campi</i> e a Reitoria com o intuito de apresentar a proposta de trabalho para o PDI e também os conceitos norteadores para a construção do Documento.
Lançamento do PDI	20/06/2013	Comissão Sistematizadora e Comunidade IFB	A Comissão Sistematizadora promoveu um evento com programação cultural para o lançamento oficial das atividades relacionados à Construção do PDI. O Prof. Rogério e a Professora Juliana do <i>Campus</i> Planaltina fizeram uma apresentação musical e o estudante de Taguatinga Charles que fez uma enquete sobre o PDI, o reitor fez uma explanação geral sobre o documento e a Comissão apresentou suas concepções para condução dos trabalhos.

Atividades	Data	Responsável	Descrição
5ª Reunião da Comissão Sistematizadora de elaboração do PDI	25/06/2013	Comissão Sistematizadora e CGPL	Reunião ordinária da Comissão foram tratados a metodologia, realinhamento de datas de participação da comunidade em geral.
1ª reunião das Comissões Temáticas e Comissão Sistematizadora	28/06/2013	Comissão Sistematizadora e interessados em compor as Comissões Temáticas	A Comissão Sistematizadora apresentou proposta para realização de plenárias para elaboração do PDI e convidaram os presentes a participar da elaboração de Missão, Visão e Valores no dia 05 de julho 2013
6ª Reunião da Comissão Sistematizadora de elaboração do PDI	02/07/2013	Comissão Sistematizadora e CGPL	Reunião para finalizar a organização do Evento do dia 05/07/2013 (Elaboração da Missão Visão e Valores).
Proposta de Missão, Visão e Valores	05/07/2013	Comissão Sistematizadora e Comunidade IFB	A Comissão Sistematizadora promoveu o evento para elaboração de Missão, Visão e Valores convidou para subsidiarem a discussão: Prof. Gabriel Castelo Branco discorrendo sobre os conceitos básicos de Missão, Visão e Valores, Pró-reitor de Ensino Adílson César com uma reflexão sobre aspectos filosóficos do IFB e o Coordenador Geral de Planejamento com uma visão geral sobre o perfil institucional do IFB, posteriormente foi feita a discussão em grupos menores comum roteiro de trabalho para elaboração de Missão, Visão e Valores. - A proposta de missão elaborada: Oferecer ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, por meio da inovação, produção e difusão de conhecimentos, contribuindo para a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável, comprometidos com a dignidade humana e a justiça social. - Definiu-se para continuação dos trabalhos: 12/07/2013. Pendente: Visão e Valores.
Proposta de Visão	12/07/2013	Comissão Sistematizadora e Comunidade IFB	A discussão foi realizada inicialmente em dois grupos que depois compartilharam o produto da discussão. Após discussão pelo coletivo chegou-se a essa proposta: - Até 2018, consolidar-se no Distrito Federal como instituição pública de Educação Profissional e Tecnológica de qualidade inclusiva e emancipatória, articulada em rede e com a comunidade. - Definiu-se para a proposta de valores: 16/07/2013.
Proposta de Valores	16/07/2013	Comissão Sistematizadora e Comunidade IFB	Relembrou-se as propostas de Missão e Visão já consolidada pelo grupo e o que já havia sido discutido referente à valores durante as outras reuniões. Houve a discussão mediada, sendo propostos os seguintes valores: - Ética; - Educação como bem público e de qualidade; - Formação crítica, emancipatória e cidadã; - Gestão democrática: transparência, participação, autonomia, pluralismo e integração; - Respeito à diversidade e promoção da inclusão; - Inovação; - Sustentabilidade econômica e socioambiental. Definiu-se recesso das atividades da Comissão Sistematizadora acompanhando o recesso escolar.
7ª Reunião da Comissão Sistematizadora de	13/08/2013	Comissão Sistematizadora e CGPL	- Representante da PREN explicita o projeto político pedagógico - PPI dentro do PDI; - O pró-reitor de ensino destaca que a PREN definiu alguns

Atividades	Data	Responsável	Descrição
elaboração do PDI			<p>eixos prioritários (exemplo: PROEJA, ensino médio integrado, avaliação da oferta, licenciatura e política de combate a evasão e outros.);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Serão formados grupos de trabalho para elaborar planos de ação para a solução das questões apontadas; - Foi solicitado o cronograma de reuniões das comissões temáticas; - Foi solicitada a criação do blog do PDI; - Maria Cristina relembra a definição da data para a plenária final que ficou pendente e Rosane propõe que a plenária seja feita junto com as comissões temáticas. - Eneida relembra a reunião em que foi decidida a visita do representante discente aos <i>campi</i> e propõe que a comissão solicite à Vilma o cronograma de visitas.
8ª Reunião da Comissão Sistematizadora de elaboração do PDI	20/08/2013	Comissão Sistematizadora e CGPL	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar os objetivos estratégicos em conjunto com as Comissões Temáticas, agendado para dia 30 de agosto, sexta-feira de 09h as 13h; - Rosane apresenta instrumentos para guiar as atividades de escolha dos Objetivos Estratégicos; - Rosane apresenta pressupostos e orientações referente ao orçamento do IFB; - Apresenta também proposta para o trabalho das Comissões Temáticas.
Discussões Locais	27/08/2013	Articulação Plenárias internas - CONAE e Comissão Sistematizadora	Reunião de discussões de preparação para a CONAE pontos comuns às pautas internas e externas ao PDI. Devido ao tamanho e à complexidade do Documento de Referência (DR), foi centrado esforços em alguns pontos específicos que podem atender mais diretamente algumas especificidades do IFB/EPTC.
Início das atividades de proposta Objetivos Estratégicos	30/08/2013	Comissão Sistematizadora e Comunidade IFB.	<ul style="list-style-type: none"> - Início das atividades para definir os objetivos propostos a Comissão Sistematizadora apresentou objetivos distribuídos em três dimensões: educação, relações institucionais e gestão. -Definiu-se que o material produzido nesse dia será, em conjunto com outros instrumentos subsídios para a definição dos objetivos estratégicos. - Também ficou acordado que a Comissão Sistematizadora acompanharia as atividades das Comissões Temáticas
Apresentação da metodologia de análise de cenário - “Matriz SWOT” (FOFA) para componente das Comissões do PDI e comunidade.	13/09/2013	Comissão de Gestão e Comissão Sistematizadora	<p>O Coordenador da Comissão de Gestão apresentou a ferramenta para se realizar a Matriz SWOT (FOFA) e foi feito um exercício com o grupo presente.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Decidiu-se que seria disponibilizado um formulário (<i>Google Docs</i>) para que coleta dos aspectos internos e externos do IFB para compor a Matriz. - A Comissão de Gestão entregará à Comissão Sistematizadora com base nessas informações a lista dos “Fatores Críticos de Sucesso” para subsidiar a definição dos objetivos estratégicos.
1º Seminário de Acessibilidade Arquitetônica do IFB com período destinado as proposições para o PDI.	23/09/2013	Coordenação de Ações Inclusivas e Comissão Sistematizadora	<p>Encontro aberto a comunidade interna e externa para debater as questões de acessibilidade no IFB.</p> <p>Feito levantamento das principais situações de riscos e proposições de soluções, formalizado para a Comissão do PDI posteriormente.</p>
Reunião Aberta da Comissão Sistematizadora e	24/09/2013	ComSis e Comissão de Gestão	Coordenador da Comissão de Gestão apresenta os aspectos internos e externos sistematizados. Esses foram recebidos por meio de formulário eletrônico. Ao total foram

Atividades	Data	Responsável	Descrição
Comissão de Gestão			aproximadamente 240 contribuições. Essas contribuições foram agrupadas entre as 4 dimensões da análise SWOT. Os presentes, após discussão determinaram os 10 principais fatores, ordenadamente, mais significativos para cada uma das dimensões. Esse material produzido ficou sob responsabilidade da Comissão de Gestão para a análise cruzada entre as dimensões e assim apresentar os “Fatores Críticos de Sucesso” para o IFB e assim subsidiar os objetivos estratégicos para o PDI.
Reunião Aberta da Comissão Sistematizadora e Comissão de Gestão	01/10/2013	ComSis e Comissão de Gestão	Apresentação dos Fatores Críticos de Sucesso e definição dos Objetivos Estratégicos do IFB para os próximos 5 anos. Definiu-se que os objetivos estratégicos deveriam ser conceituados descritos e criar indicadores relacionados.
Reunião Aberta da Comissão Sistematizadora	05/11/2013	ComSis	Início da descrição dos Indicadores.
Reunião Aberta da Comissão Sistematizadora	25/11/2013	ComSis	Apresentação resumo das atividades de cada Comissão e finalização da descrição dos Indicadores.
1ª Reunião da Comissão Sistematizadora de 2014	25/02/2014	PRDI e ComSis	Reestruturação do Cronograma de Trabalho e definição das providências para finalizar o documento.
2ª Reunião da Comissão Sistematizadora de 2014	18/03/2014	PRDI e ComSis	Revisão do Cronograma de trabalho, balanço das informações que receberam nesse período e organização da Plenária Geral.
3ª Reunião da Comissão Sistematizadora de 2014	11/04/2014	PRDI e ComSis	Conclusão da sistematização do PDI pelos membros da ComSis.
Consulta Pública da Minuta do PDI	12/04/2014 ao 22/04/2014	ComSis e Comunidade Acadêmica	
4ª Reunião da Comissão Sistematizadora de 2014	25/04/2014	PRDI e ComSis	Avaliação pelos membros da ComSis dos destaques enviado na consulta publica
Plenária Geral	29/04/2014	ComSis e Comunidade Acadêmica	Avaliação dos destaques pela comunidade acadêmica do IFB para aceitação integral/parcial ou recusa das informações enviada via consulta pública para o PDI.
Envio ao Conselho Superior.	30/04/2014	ComSis	Envio do processo nº 23098.000760/2014-94 - PDI 2014-2018 para apreciação do CS/IFB.
Aprovação do PDI	10/06/2014	Conselho Superior	Súmula da 25ª Reunião Ordinária do Conselho Superior.

1. PERFIL INSTITUCIONAL

1.1. A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A história da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica começou em 1909, quando o então presidente da República, Nilo Peçanha, criou 19 escolas de Aprendizes e Artífices que, mais tarde, deram origem aos centros federais de educação profissional e tecnológica (CEFET).

A justificativa do Estado Brasileiro para a criação do conjunto de Escolas de Aprendizes Artífices era a necessidade de prover as classes proletárias de meios que garantissem a sua sobrevivência, ou seja, “prover os desfavorecidos da fortuna”.

Numa sucessão de mudanças, em 1941, as Escolas de Aprendizes Artífices passam a ser chamadas de Liceu Industrial e, no mesmo ano, para Escolas Industriais ou Escolas Técnicas. Entre 1959 e 1965 passam para Escolas Industriais Federais. Em 1968 assumem a denominação de Escolas Técnicas Federais (ETF). Entre 1978 e 2001 as Escolas Técnicas Federais passam individualmente para Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFET).

A partir da década de 1980, diante de um novo cenário econômico e produtivo, com o desenvolvimento de novas tecnologias, agregadas à produção e à prestação de serviços, as instituições de educação profissional vêm buscando diversificar programas e cursos para elevar os níveis da qualidade da oferta e atender as demandas da sociedade.

Em 29 de dezembro de 2008 foi sancionada a Lei nº 11.892, de 2008, que “institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências”.

Os Institutos Federais têm por finalidade e características “ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional”. Nesse contexto “a educação profissional e tecnológica surge como processo educativo e investigativo de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais” (Lei nº 11.892, de 2008). Uma característica marcante deste modelo de educação é a verticalização dos itinerários formativos, tornando mais eficiente o uso da infraestrutura física e dos quadros de pessoal.

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica se constitui em fator do desenvolvimento socioeconômico e cultural, orientada para atuação em consonância com os arranjos produtivos sociais e culturais locais. Estes, por sua vez, se organizam em arranjos temáticos regionais (Redes de Desenvolvimento Setorizado), cujos interesses e agrupamentos de Institutos Federais

proporcionam condições de desenvolvimento socioeconômico e ambiental. Para alcançar este desenvolvimento é fundamental a atuação em rede, tanto das ações de ensino quanto às de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação.

1.2. IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO

O histórico da implantação e desenvolvimento da Instituição remonta à criação da Escola Técnica de Brasília, que se inicia em 17 de fevereiro de 1959 por meio do Plano de Metas do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek (Lei nº 3.552, de 1959 e Exposição de Motivos nº 95 - DOU de 19/02/59). A Escola Agrotécnica de Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1962, subordinada à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura. Pelo Decreto nº 53.558, de 1964, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ficou estabelecida a integração da Escola de Didática do Ensino Agrícola ao Colégio, passando a Escola Agrotécnica a denominar-se de Colégio Agrícola de Aplicação de Brasília.

No ano de 1967 o Decreto nº 60.731, determinou a subordinação das Escolas Agrícolas do Ministério da Agricultura ao Ministério da Educação e da Cultura. Com a extinção da Escola de Didática do Ensino Agrário, o colégio de aplicação voltou a ter a denominação anterior de Colégio Agrícola de Brasília.

Em 1978 o Colégio Agrícola de Brasília foi transferido para o Governo do Distrito Federal (GDF) por meio do Decreto nº 82.711, de 1978, celebrado entre a Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF) e a Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário do Ministério da Educação e Cultura. Por força do Convênio nº 1/78 - FEDF, o imóvel do Colégio Agrícola foi cedido à FEDF. Dessa forma, a partir do Decreto nº 4.506, de 1978, o Colégio foi incorporado à Rede de Ensino Oficial do Distrito Federal, com a mesma denominação de Colégio Agrícola de Brasília.

Em 2007, por meio da Lei nº 11.534/2007, o Colégio Agrícola de Brasília passa a constituir-se em Escola Técnica Federal, uma entidade de natureza autárquica, vinculada ao Ministério da Educação.

Integrando a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o IFB foi criado a partir da transformação da então Escola Técnica Federal de Brasília, pela Lei nº 11.892, de 2008. Inicialmente constituído de um Campus (Planaltina), atualmente conta com 10 (dez) *campi*, promovendo o ensino, a pesquisa e a extensão, em conformidade com as Políticas e Diretrizes do Ministério da Educação.

De acordo com o Art. 6º da Lei nº 11.892, de 2008, o Instituto Federal de Brasília tem por finalidades e características:

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;*
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;*
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;*
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;*
- V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;*
- VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;*
- VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;*
- VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;*
- IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.*

1.3. CONSOLIDAÇÃO

A consolidação da identidade regional do IFB demanda ganhos de qualidade na oferta de serviços educacionais e de formação profissional que são possíveis a partir dos espaços já implantados nos *campi* atuais do instituto mediante investimentos na formação docente e na discussão das práticas pedagógicas desenvolvidas cotidianamente.

Nesse sentido, as políticas de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no IFB visam alcançar a sua missão, observando a ampliação de oferta de cursos presenciais e a distância, investimentos na formação dos servidores e na estruturação dos espaços educativos.

1.4. MISSÃO, VISÃO E VALORES

Missão

Oferecer ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, por meio da inovação, produção e difusão de conhecimentos, contribuindo para a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável, comprometidos com a dignidade humana e a justiça social.

Visão

Até 2018, consolidar-se no Distrito Federal como instituição pública de Educação Profissional e Tecnológica de qualidade inclusiva e emancipatória, articulada em rede e com a comunidade.

Valores

- Ética;
- Educação como bem público gratuito e de qualidade;
- Formação crítica, emancipatória e cidadã;
- Gestão democrática: transparência, participação, autonomia, pluralismo e integração;
- Respeito à diversidade e à dignidade humana;
- Promoção da inclusão;
- Inovação;
- Sustentabilidade econômica e socioambiental.

1.5. OBJETIVOS

De forma ampla o Instituto Federal de Brasília tem definido em Lei os objetivos da Instituição, conforme a Lei n° 11.892/2008, segue a descrição desses objetivos:

I. ministrar educação profissional técnica de nível médio;

II. ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade;

III. realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV. desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os

segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V. estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional¹;

VI. ministrar em nível de educação superior: cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

VII. cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

VIII. cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

IX. cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento; e

X. cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

¹ Ao atender o dispositivo legal, o IFB atenderá também as diversas especificidades dos trabalhadores do campo e da cidade.

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico é o processo de construção de um plano de ação com objetivos claros e com metas a serem atingidas, que irá conduzir a organização pelo cenário identificado, gerando crescimento nas áreas relevantes ao cumprimento da missão. Para o período de 2014 a 2018 algumas importantes novidades foram incorporadas neste processo:

- Utilização da metodologia BSC (*Balanced Scorecard*);
- Construção participativa;
- Definição de indicadores e metas.

A metodologia BSC é um padrão mundial em planejamento estratégico e consiste em um modelo de gestão estratégica que auxilia a mensuração do progresso rumo as metas de longo prazo, a partir da tradução da visão em objetivos estratégicos.

Para a definição de indicadores e metas adotou-se os conceitos de Objetivos Estratégicos que apontam metas claras para disseminar a estratégia da organização, a partir da teoria de *Balanced Scorecard* que conforme Martins e Marini (2010, apud Karplan; Norton, 2005, p. 31) “esse modelo de gestão estratégica explícita, comunica, alinha e monitora a estratégia organizacional”.

Vale destacar que o modelo BSC foi concebido inicialmente para o setor privado. No entanto, ao se caracterizar como um sistema de gestão estratégica de aplicação abrangente passou a ser adotado também pela administração pública e por entidades do terceiro setor. Uma vantagem do modelo é a flexibilidade, possibilitando adequação a diferentes contextos, conforme as necessidades e contingências específicas de cada organização. Outra vantagem relevante é o alinhamento organizacional, pois permite que as medidas de desempenho sejam equilibradas; abrangem todos os níveis da organização; e orientem os recursos (financeiros, materiais, humanos) à estratégia organizacional.

O modelo propõe-se a ser um instrumento de medição e avaliação da organização de forma completa, sendo capaz de gerar informações mais substancial, explorando as relações de causa e efeito, as correlações entre as atividades realizadas e a missão da organização, de modo coerente à estratégia da organização.

O BSC compreende a tradução da visão e da estratégia de uma organização em um conjunto integrado de objetivos e indicadores que formam a base para um sistema de gerenciamento estratégico e de comunicação. É composto por mapa estratégico, objetivos estratégicos, indicadores e iniciativas (KALLÁS; COUTINHO, 2005, p.263).

Segundo Kaplan e Norton (1997), o uso do BSC nas organizações tem levado a constatar que a metodologia pode ser utilizado para:

- Esclarecer e obter consenso em relação à estratégia;
- Comunicar a estratégia a toda a organização;
- Alinhar as metas setoriais e pessoais à estratégia;
- Associar os objetivos estratégicos com metas de longo prazo e orçamentos anuais;
- Identificar e alinhar as iniciativas estratégicas;
- Realizar revisões estratégicas periódicas e sistemáticas;
- Obter feedback para aprofundar o conhecimento da estratégia e aperfeiçoá-la.

As referências estratégicas do IFB (Missão, Visão e Valores) que foram construídos em um primeiro momento da elaboração do PDI (2014-2018), demonstram o interesse da Instituição em atingir sua finalidade de forma plena, chamando a atenção para algo tão crucial e importante: A missão de uma organização. Ela não se trata apenas de uma frase de efeito, destinada a ornamentar salas, num cartaz. Nesse ponto, procura-se determinar qual o negócio da organização, por que ela existe, ou ainda, em que tipos de atividades deverão concentrar-se no futuro.

2.1. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

A construção dos objetivos estratégicos iniciou do Diagnóstico Institucional. Esta etapa foi necessária para identificar quais fatores ambientais influenciam no desenvolvimento das atividades institucionais.

Os fatores ambientais são identificados tanto no ambiente interno como no ambiente externo. No âmbito interno, são identificadas as forças e fraquezas, enquanto no externo, as oportunidades e ameaças. As forças e fraquezas são variáveis controláveis, ou seja, a instituição possui gerência sobre elas. As oportunidades e ameaças, por sua vez, são variáveis que a instituição não pode controlar e que surgem da própria dinâmica dos fatores sociais, políticos, econômicos, tecnológicos, legais, etc. O resultado dessa análise subsidia a formulação dos objetivos estratégicos, uma vez que o conhecimento das variáveis ambientais permite aos gestores direcionar seus esforços de modo a minimizar as suas fraquezas e ameaças e maximizar as forças e oportunidades.

Para realizar o diagnóstico institucional, o IFB utilizou a ferramenta Matriz SWOT. A metodologia utilizada para realizar a análise de ambiente foi a oferecida pela ENAP aos integrantes do Grupo de Planejamento do IFB que participaram do Curso Planejamento na Administração Pública com o Método Balanced Scorecard (BSC), realizado em 2012. Neste curso foi fornecido o modelo de planilha utilizado para realizar a matriz SWOT que no caso teve adaptações para ser aplicado no IFB.

Assim, para subsidiar o trabalho de elaboração do diagnóstico a Comissão de Gestão do PDI realizou breve capacitação com os integrantes da Comissão Sistematizadora que repassaram a

metodologia nos *campi* e unidades da Reitoria. Foram solicitados para todas as unidades do Instituto que encaminhassem fatores em formulários feito no *GoogleDocs* no prazo de cinco dias. Ao final do processo foram levantados mais de 240 fatores dentro dos quatro fatores da matriz SWOT.

Após essa etapa foi realizado o trabalho de agrupar esses 40 fatores ambientais nas 4 dimensões: 10 forças, 10 fraquezas, 10 oportunidades e 10 ameaças. Foram definidas as prioridades desses fatores e foi conceituado o impacto de cada fator em relação à finalidade do IFB como alto, médio ou baixo. Posteriormente, os 40 fatores foram inseridos na matriz SWOT, em que foram identificadas as forças que podem capturar as oportunidades; as forças que podem minimizar as ameaças; as fraquezas que dificultam capturar as oportunidades; e as fraquezas que são acentuadas pelas ameaças. A partir do cruzamento desses quadrantes na matriz foi possível reordenar as prioridades dos quatro fatores e identificar as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças ao IFB.

Quadro 2 – Análise do ambiente organizacional – Matriz SWOT

Interna (organização)	Forças - Qualificação e qualidade dos cursos ofertados - Gestão participativa - Qualificação profissional dos servidores (professores/TAE) - Possibilidade de qualificação dos servidores - Forma de ingresso e comprometimento com o social com a pluralidade e diversidade	Fraquezas - Falta de corpo técnico - Falta de qualificação docente p/ EPT - Pouca articulação entre ensino, pesquisa e extensão - Política de gestão de pessoas - Falta de revisão da infraestrutura do campus após a construção
Externa (ambiente)	Oportunidades - Conjuntura econômica favorável expansão do mercado de trabalho - Expansão da rede federal e aumentos dos investimentos em educação (royalties do petróleo para a educação) - Demanda crescente por qualificação educacional e profissionalizante - Políticas públicas do IFB em evidência na sociedade - Proximidade com o MEC/SETEC e governo federal	Ameaças - Servidores do IFB que ingressam para trabalhar numa instituição que atende um amplo espectro de público discente com diferentes necessidades educacionais - Concorrência de outras instituições - Insegurança nas proximidades dos <i>campi</i> : falta de iluminação noturna - Desconhecimento do mercado em relação à instituição - Políticas salariais dos servidores não são adequadas (salários defasados dos servidores)

O próximo passo foi definir os Fatores Críticos de Sucesso (FCS), que conceituam como os pontos chaves que definem o sucesso ou o fracasso de um objetivo definido por um planejamento de determinada organização. Representam os elementos que a instituição já possui ou que precisa vir a possuir, aprimorando-se. Foram elaborados assim 16 (dezesesseis) fatores críticos de sucesso para o IFB:

- Gestão participativa;
- Servidores qualificados e motivados;
- Comprometimento social com pluralidade e diversidade;
- Forma de ingresso de alunos;
- Oferta de cursos com qualidade;

- Articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Políticas de gestão de pessoas;
- Composição do corpo técnico administrativo;
- Infraestrutura adequada a necessidade da instituição (Acessibilidade);
- Qualificação pedagógica em Educação Profissional e Tecnológica/EJA;
- Atendimento as crescentes demandas por qualificação profissional;
- Segurança nas proximidades dos *campi*;
- Fortalecimento da imagem institucional;
- Melhoria na comunicação institucional;
- Aprimoramento da utilização dos recursos públicos;
- Parcerias com outras instituições.

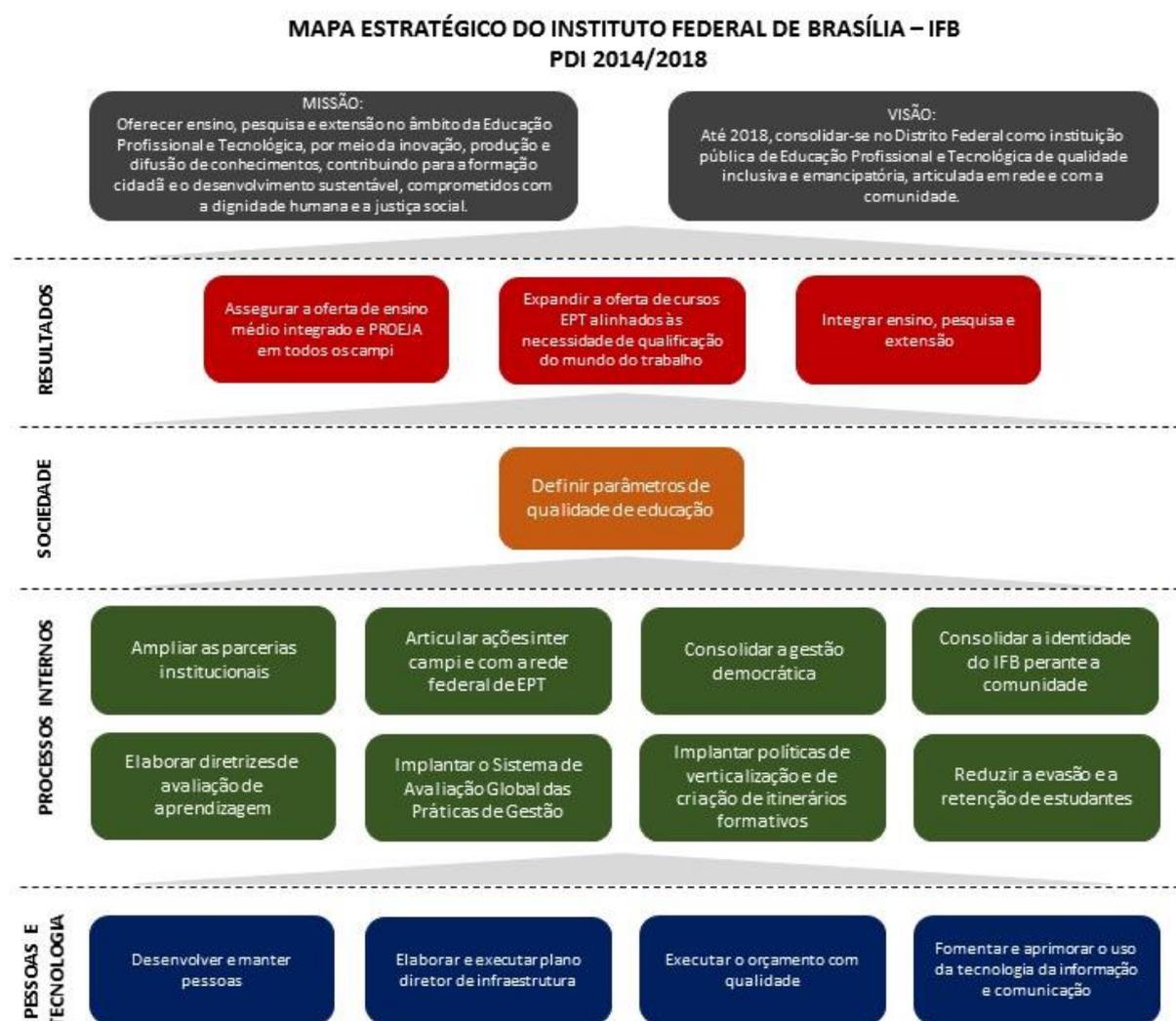
2.2. MAPA ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico adotou os conceitos de Objetivos Estratégicos que apontam metas claras para disseminar a estratégia da organização, a partir da teoria de Balanced Scorecard (BSC). A tradução da estratégia, segundo as bases originais do modelo BSC, é feita em quatro perspectivas, a saber: 1) financeira/orçamentário; 2) clientes/cidadãos; 3) processos internos e 4) aprendizagem e crescimento/pessoas e infraestrutura.

A construção do Mapa Estratégico do IFB elenca as seguintes perspectivas: Pessoas e Tecnologia, agrupando nesta perspectiva (Gestão de Pessoas, Infraestrutura e Tecnologia e Orçamento); Processos Internos, os objetivos estratégicos dessa perspectiva apontam para a busca da excelência operacional; Sociedade, perspectiva que aponta para a definição de parâmetros de qualidade da educação com foco no usuário do Instituto; e Resultados, perspectiva que reúne os objetivos das atividades finalísticas do IFB.

Cada perspectiva engloba um conjunto de objetivos estratégicos que retrata o que a instituição pretende alcançar mediante o “olhar” de cada público de interesse, assim como os principais desafios a serem enfrentados para o alcance da visão e o cumprimento da missão institucional. As perspectivas, quando vistas em conjunto, permitem uma visão completa da estratégia da instituição e contam a história da estratégia de uma forma clara e de fácil compreensão. Foram elaborados 16 objetivos estratégicos para o IFB, quais sejam:

Figura 2 - Mapa Estratégico do IFB



2.3. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E INDICADORES

Os objetivos estratégicos componentes do Mapa Estratégico do IFB, são declarações de iniciativas que serão adotadas pela Instituição para direcionar o caminho a ser seguido para o alcance da Missão e materialização da Visão estabelecidas.

Os indicadores são sinalizadores do alcance de um estado desejado. Servem como ferramenta para aferir se a organização está alcançando os objetivos planejados. A definição de indicadores reflete o desempenho da Instituição em relação aos objetivos estratégicos, informando o “quanto” ela se encontra direcionada a sua Visão.

Para uma melhor compreensão, a seguir são apresentados os objetivos estratégicos e seus indicadores, distribuídos pelas perspectivas do BSC:

Quadro 3 – Indicadores por objetivos estratégicos e perspectivas do BSC

■ Resultados

1.1 Assegurar a oferta de ensino médio integrado e PROEJA em todos os campi
Garantir, até 2018, a oferta do ensino médio integrado em todos os <i>campi</i> do IFB que obedecem as diretrizes e demais legislações relacionadas a esta oferta e implantar a oferta de PROEJA nos <i>campi</i> do IFB em sintonia com a necessidade da comunidade
1.1.1 Número de campus ofertando ensino médio integrado por ano
1.1.2 Número de campus ofertando PROEJA por ano
1.2 Expandir a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica alinhados às necessidades de qualificação do mundo do trabalho
Estabelecer, no IFB, instâncias de interlocução com os setores produtivos do DF, entorno e comunidade, com vistas a agilizar as definições de ofertas de cursos dos diversos níveis e modalidades de Educação Profissional e Tecnológica (EPT): formação inicial e continuada, ensino médio integrado e PROEJA
1.2.1 Número de eventos em articulação ao mundo do trabalho por Campus
1.2.2 Percentual de alunos matriculados licenciatura por campus
1.2.3 Percentual de alunos matriculados PROEJA por campus
1.2.4 Percentual de alunos matriculados técnico de nível médio por campus
1.3 Integrar o ensino, a pesquisa e a extensão
Criar estratégias de fortalecimento para a integração entre os processos de ensino, pesquisa e extensão com articulação dos sujeitos envolvidos com o trabalho do IFB - gestores, docentes, discentes, comunidade - nos processos de ensino, pesquisa e extensão
1.3.1 Índice de projetos e programas articulados com ensino, pesquisa e extensão
1.3.2 Número de editais conjuntos ensino, pesquisa e extensão
1.3.3 Número de seminários, feiras, fóruns e congressos articulados com ensino, pesquisa e extensão

■ Sociedade

2.1 Definir parâmetros de qualidade de educação
Estabelecer indicadores para análise dos processos e resultados da ação educativa por meio das seguintes dimensões: ambiente educativo, prática pedagógica, avaliação, gestão escolar democrática, formação e condições de trabalho dos profissionais da escola, ambiente físico escolar, acesso, permanência e sucesso na escola, egressos, mundo do trabalho
2.1.1 Índice de participação da comunidade escolar nas políticas educacionais do Campus
2.1.2 Índice de satisfação dos usuários e profissionais da educação
2.1.3 Percentual de docentes com formação pedagógica
2.1.4 Percentual de doutores em função dos docentes em efetivo exercício
2.1.5 Percentual de egressos que atuam no mercado de trabalho formal dentro de sua área de formação

■ Processos Internos

3.1 Ampliar as parcerias institucionais
Aumentar as oportunidades de capacitação, qualificação, estágios e intercâmbio para os servidores e estudantes
3.1.1 Número de parcerias de estágios vigentes
3.1.2 Número de parcerias internacionais
3.1.3 Número de parcerias nacionais vigentes

3.1.4 Número de parcerias regionais vigentes
3.2 Articular ações <i>intercampi</i> e com a rede federal de EPT
Consolidar a ideia de rede interna e externa, diminuindo o impacto de ações isoladas e/ou extemporâneas
3.2.1 Número de eventos interinstitucionais promovidos por ano
3.3 Consolidar a gestão democrática
Ampliar e consolidar a participação da comunidade interna e externa na busca da consolidação do IFB como um locus privilegiado para a consolidação dos princípios republicanos
3.3.1 Fórum institucional para discussão de políticas internas
3.3.2 Número conferências de avaliação do PDI
3.3.3 Número de eventos relacionados à Gestão Democrática
3.4 Consolidar a identidade do IFB perante a comunidade
Visa fortalecer a imagem da Instituição por meio da articulação de suas unidades e consolidá-la perante a sociedade
3.4.1 Eventos externos de divulgação
3.4.2 Número de conselhos gestores implantados com minimamente quatro reuniões ordinárias anuais
3.4.3 Percentual de aumento do nº candidatos inscritos nos processos seletivos em relação ao ano anterior
3.5 Elaborar diretrizes de avaliação de aprendizagem
Estabelecer coletivamente critérios de avaliação de todas as instâncias do IFB, profissionais de educação, alunos, infraestrutura, gestão e egressos, visando a melhoria dos processos de trabalho e o reconhecimento de iniciativas inovadoras
3.5.1 Número de campus envolvidos com a elaboração das diretrizes de avaliação
3.6 Implantar o Sistema de Avaliação Global das Práticas de Gestão
Implantar e implementar o Sistema de Avaliação Global das Práticas de Gestão do IFB
3.6.1 Eventos de avaliação institucional por campus
3.6.2 Percentual de colegiado que realizam auto avaliação anual
3.6.3 Percentual de implantação e execução do sistema de avaliação global das práticas de gestão
3.7 Implantar políticas de verticalização e de criação de itinerários formativos
Implantar políticas de verticalização e de criação de itinerários formativos
3.7.1 Percentual de alunos FIC para Técnicos
3.7.2 Percentual de alunos Nível Superior para Pós Graduação
3.7.3 Percentual de alunos Técnicos para Nível Superior
3.8 Reduzir a evasão e a retenção de estudantes
Desenvolver políticas que serão constituídas por equipes que tratem das dimensões individuais, institucionais e sociais
3.8.1 Índice de eficácia - concludente em função do nº de vagas ofertadas por turma
3.8.2 Percentual de alunos evadidos
3.8.3 Percentual de alunos retidos

Pessoas e Tecnologia

4.1 Desenvolver e manter pessoas
Desenvolver pessoas da instituição atendendo as políticas nacionais de gestão de pessoas, tendo em vista, o desenvolvimento, a qualificação, a qualidade de vida do servidor

4.1.1 Índice de exame periódico regularizado por ano
4.1.2 Índice de execução do orçamento com capacitação
4.1.3 Índice de participação de servidores em eventos de capacitação
4.1.4 Índice de qualificação dos servidores no ano (Docente)
4.1.5 Índice de qualificação dos servidores no ano (TAE)
4.2 Elaborar e executar plano diretor de infraestrutura
Promover a ampliação e a melhoria da infraestrutura do IFB
4.2.1 Percentual de elaboração do plano
4.2.2 Percentual de execução do plano
4.3 Executar o orçamento com qualidade
Melhorar e consolidar a política de planejamento orçamentário participativo, com a definição de prioridades anuais
4.3.1 Índice de execução do orçamento de Assistência ao Educando
4.3.2 Índice de execução do orçamento do NAPNE
4.3.3 Número de eventos de planejamento orçamentário e participativo por campus
4.4 Fomentar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e comunicação
Oferecer recursos inovadores de tecnologia da informação para atender a comunidade do IFB
4.4.1 Percentual de Campus com cabeamento estruturado implantado
4.4.2 Percentual de Campus com link de internet ativado
4.4.3 Percentual de processos administrativos e acadêmicos informatizados

2.4. METAS

As metas representam quantitativamente os resultados a serem alcançados pelo IFB para os próximos cinco anos de forma a alcançar os objetivos estratégicos. São níveis de desempenho necessários para a Instituição evoluir de acordo com a estratégia adotada. Sua quantificação, por meio de indicadores, possibilita acompanhar a eficácia da instituição a partir dos valores estabelecidos com prazos para sua execução.

Quadro 4 - Metas por indicador e objetivo estratégico

Resultados

1.1 Assegurar a oferta de ensino médio integrado e PROEJA em todos os campi				
Indicador:	1.1.1 Número de campus ofertando ensino médio integrado por ano			
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de campus que ofertam EMI})$			
Fonte:	SISTEC	Responsável pelo acompanhamento:	PREN	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
5	6	8	9	9
Indicador:	1.1.2 Número de campus ofertando PROEJA por ano			
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de campus que ofertam PROEJA})$			
Fonte:	SISTEC	Responsável pelo acompanhamento:	PREN	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
5	6	8	9	9
1.2 Expandir a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica alinhados às necessidade de qualificação do mundo do trabalho				
Indicador:	1.2.1 Número de eventos em articulação ao mundo do trabalho por Campus			
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de eventos em articulação ao mundo do trabalho por campus})$			
Fonte:	SGI	Responsável pelo acompanhamento:	PREX	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
1	2	2	2	2
Indicador:	1.2.2 Percentual de alunos matriculados licenciatura por campus			
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de alunos matriculados em cursos licenciatura no campus} \div n^{\circ} \text{ total de alunos matriculados no campus}) \times 100$			
Fonte:	SISTEC	Responsável pelo acompanhamento:	PREN	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
10%	15%	20%	20%	20%
Indicador:	1.2.3 Percentual de alunos matriculados PROEJA por campus			
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de alunos matriculados em cursos PROEJA no campus} \div n^{\circ} \text{ total de alunos matriculados no campus}) \times 100$			

Fonte:	SISTEC		Responsável pelo acompanhamento:	PREN	
Meta					
2014	2015	2016	2017	2018	
5%	10%	15%	15%	15%	

Indicador:	1.2.4 Percentual de alunos matriculados técnico de nível médio por campus				
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de alunos matriculados em cursos técnicos de nível médio no campus} \div n^{\circ} \text{ total de alunos matriculados no campus}) \times 100$				
Fonte:	SISTEC		Responsável pelo acompanhamento:	PREN	
Meta					
2014	2015	2016	2017	2018	
30%	50%	50%	50%	50%	

1.3 Integrar o ensino, a pesquisa e a extensão

Indicador:	1.3.1 Índice de projetos e programas articulados com ensino, pesquisa e extensão				
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de PP articulados com EnPeEx} \div n^{\circ} \text{ total de PP criados}) \times 100$				
Meta					
Fonte:	SGI		Responsável pelo acompanhamento:	PREN/PREX/PRPI	
2014	2015	2016	2017	2018	
5%	10%	20%	30%	40%	

Indicador:	1.3.2 Número de editais conjuntos ensino, pesquisa e extensão				
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de editais conjuntos de EnPeEx})$				
Fonte:	SGI		Responsável pelo acompanhamento:	PREN/PREX/PRPI	
Meta					
2014	2015	2016	2017	2018	
1	1	3	3	3	

Indicador:	1.3.3 Número de seminários, feiras, fóruns e congressos articulados com ensino, pesquisa e extensão				
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de SFFC articulados com EnPeEx})$				
Fonte:	SGI		Responsável pelo acompanhamento:	PREN/PREX/PRPI	
Meta					
2014	2015	2016	2017	2018	
2	4	20	20	20	

Sociedade

2.1 Definir parâmetros de qualidade de educação

Indicador:	2.1.1 Índice de participação da comunidade escolar nas políticas educacionais do Campus				
Cálculo:	A definir				
Fonte:	SGI		Responsável pelo acompanhamento:	CAMPI	
Meta					
2014	2015	2016	2017	2018	
25%	40%	50%	60%	75%	

Indicador:	2.1.2 Índice de satisfação dos usuários e profissionais da educação				
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de usuários e profissionais satisfeitos} \div n^{\circ} \text{ total de usuários e profissionais avaliados}) \times 100$				
Fonte:	A definir		Responsável pelo acompanhamento:	A definir	

Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
25%	40%	50%	60%	75%

Indicador:	2.1.3 Percentual de docentes com formação pedagógica			
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de docentes com formação pedagógica} \div n^{\circ} \text{ total de docentes}) \times 100$			
Fonte:	SIGI	Responsável pelo acompanhamento:	PREN/CAMPI	

Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
0%	25%	40%	50%	60%

Indicador:	2.1.4 Percentual de doutores em função dos docentes em efetivo exercício			
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de docentes com doutorado} \div n^{\circ} \text{ total de docentes em efetivo exercício}) \times 100$			
Fonte:	SIAPE	Responsável pelo acompanhamento:	PRGP	

Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
15%	18%	20%	23%	25%

Indicador:	2.1.5 Percentual de egressos que atuam no mercado de trabalho formal dentro de sua área de formação			
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de egressos que atuam no MTF dentro de sua área de formação} \div n^{\circ} \text{ total de egressos}) \times 100$			
Fonte:	RAIS/CAGED/SISTEC	Responsável pelo acompanhamento:	PREX	

Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
0%	20%	30%	40%	50%

Processos Internos

3.1 Ampliar as parcerias institucionais

Indicador:	3.1.1 Número de parcerias de estágio vigentes			
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de parcerias de estágio vigentes})$			
Fonte:	SIGI	Responsável pelo acompanhamento:	PREX	

Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
20	40	40	40	50

Indicador:	3.1.2 Número de parcerias internacionais vigentes			
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de parcerias internacionais vigentes})$			
Fonte:	SIGI	Responsável pelo acompanhamento:	GAB-RIFB	

Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
5	6	7	8	9

Indicador:	3.1.3 Número de parcerias nacionais vigentes			
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de parcerias nacionais vigentes})$			
Fonte:	SIGI	Responsável pelo acompanhamento:	PREX	

Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
14	16	13	13	13

Indicador:	3.1.4 Número de parcerias regionais vigentes			
Cálculo:	<i>(nº de parcerias nacionais vigentes)</i>			
Fonte:	SGI	Responsável pelo acompanhamento:	PREX	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
5	6	7	8	9

3.2 Articular ações *intercampi* e com a rede federal de EPT

Indicador:	3.2.1 Número de eventos interinstitucionais promovidos por ano			
Cálculo:	<i>(nº de eventos interinstitucionais promovidos no ano)</i>			
Fonte:	SGI	Responsável pelo acompanhamento:	PREN/PREX/PRPI	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
1	2	3	4	5

3.3 Consolidar a gestão democrática

Indicador:	3.3.1 Fórum institucional para discussão de políticas internas			
Cálculo:	<i>(nº de fóruns institucionais para discussão de políticas internas)</i>			
Fonte:	SGI	Responsável pelo acompanhamento:	GAB-RIFB	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
0	1	0	1	0

Indicador:	3.3.2 Número conferências de avaliação do PDI			
Cálculo:	<i>(nº de conferências de avaliação do PDI)</i>			
Fonte:	SGI	Responsável pelo acompanhamento:	DRPO	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
0	0	1	0	1

Indicador:	3.3.3 Número de eventos relacionados à Gestão Democrática			
Cálculo:	<i>(nº de eventos relacionados à Gestão Democrática)</i>			
Fonte:	SGI	Responsável pelo acompanhamento:	A definir	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
2	2	2	2	2

3.4 Consolidar a identidade do IFB perante a comunidade

Indicador:	3.4.1 Eventos externos de divulgação			
Cálculo:	<i>(nº de eventos externos de divulgação por ano)</i>			
Fonte:	SGI	Responsável pelo acompanhamento:	DICOM	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
2	2	2	2	2

Indicador:	3.4.2 Número de conselhos gestores implantados com minimamente quatro reuniões ordinárias anuais			
Cálculo:	<i>(nº de CG implantados que realizam 4 reuniões ordinárias anuais)</i>			

Fonte:	SGI	Responsável pelo acompanhamento:	CAMPI	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
4	6	8	10	10

Indicador:	3.4.3 Percentual de aumento do nº candidatos inscritos nos processos seletivos em relação ao ano anterior			
Cálculo:	$\left[\frac{(n^{\circ} \text{ de candidatos inscritos nos processos seletivos do ano vigente} - n^{\circ} \text{ de candidatos inscritos nos processos seletivos do ano anterior})}{n^{\circ} \text{ de candidatos inscritos nos processos seletivos do ano anterior}} \right] \times 100$			
Fonte:	SGPS	Responsável pelo acompanhamento:	DICOM	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
10%	10%	10%	10%	10%

3.5 Elaborar diretrizes de avaliação de aprendizagem

Indicador:	3.5.1 Número de campus envolvidos com a elaboração das diretrizes de avaliação			
Cálculo:	<i>(nº de campi envolvidos com a elaboração das diretrizes de avaliação)</i>			
Fonte:	SGI	Responsável pelo acompanhamento:	PREN	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
-	-	10	10	10

3.6 Implantar o Sistema de Avaliação Global das Práticas de Gestão

Indicador:	3.6.1 Eventos de avaliação institucional por campus			
Cálculo:	<i>(nº de eventos de avaliação institucional por campus)</i>			
Fonte:	SGI	Responsável pelo acompanhamento:	CAMPI	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
1	1	1	1	1

Indicador:	3.6.2 Percentual de colegiado que realizam auto avaliação anual			
Cálculo:	$\frac{(n^{\circ} \text{ de colegiados que realizam autoavaliação anual})}{n^{\circ} \text{ total de colegiados identificados}} \times 100$			
Fonte:	SGI	Responsável pelo acompanhamento:	A definir	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
10%	30%	50%	75%	100%

Indicador:	3.6.3 Percentual de implantação e execução do Sistema de Avaliação Global das Práticas de Gestão			
Cálculo:	<i>(% de implantação e execução do SAGPG)</i>			
Fonte:	SGI	Responsável pelo acompanhamento:	A definir	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
30%	50%	100%	100%	100%

3.7 Implantar políticas de verticalização e de criação de itinerários formativos

Indicador:	3.7.1 Percentual de alunos FIC para Técnicos			
------------	--	--	--	--

Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de alunos que passaram do FIC para Técnico} \div n^{\circ} \text{ de alunos que estavam no FIC}) \times 100$			
Fonte:	SISTEC	Responsável pelo acompanhamento:	PREN	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
0%	5%	10%	20%	30%

Indicador:	3.7.2 Percentual de alunos Nível Superior para Pós Graduação			
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de alunos que passaram do SUPERIOR para PÓS GRADUAÇÃO} \div n^{\circ} \text{ de alunos que estavam no SUPERIOR}) \times 100$			
Fonte:	SISTEC	Responsável pelo acompanhamento:	PRPI	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
0%	2%	5%	8%	10%

Indicador:	3.7.3 Percentual de alunos Técnicos para Nível Superior			
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de alunos que passaram do Técnico para SUPERIOR} \div n^{\circ} \text{ de alunos que estavam no Técnico}) \times 100$			
Fonte:	SISTEC	Responsável pelo acompanhamento:	PREN	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
0%	5%	10%	20%	30%

3.8 Reduzir a evasão e a retenção de estudantes

Indicador:	3.8.1 Índice de eficácia - concluinte em função do n° de vagas ofertadas por turma			
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de concluintes} \div n^{\circ} \text{ de vagas ofertadas}) \times 100$			
Fonte:	SISTEC	Responsável pelo acompanhamento:	PREN	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
60%	65%	70%	75%	80%

Indicador:	3.8.2 Percentual de alunos evadidos			
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de alunos evadidos} \div n^{\circ} \text{ total de alunos matriculados}) \times 100$			
Fonte:	SISTEC	Responsável pelo acompanhamento:	PREN	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
<50%	<45%	<30%	<20%	<10%

Indicador:	3.8.3 Percentual de alunos retidos			
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de alunos retidos} \div n^{\circ} \text{ total de alunos matriculados}) \times 100$			
Fonte:	SISTEC	Responsável pelo acompanhamento:	PREN	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
<10%	<9%	<8%	<7%	<6%

Pessoas e Tecnologia

4.1 Desenvolver e manter pessoas

Indicador:	4.1.1 Índice de exame periódico regularizado por ano			
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de exames periódicos realizados} \div n^{\circ} \text{ total de exames periódicos previstos}) \times 100$			

Fonte:	SIASS	Responsável pelo acompanhamento:			PRGP
Meta					
2014	2015	2016	2017	2018	
15%	30%	40%	50%	60%	

Indicador:	4.1.2 Índice de execução do orçamento com capacitação				
Cálculo:	$(\text{valor do orçamento de capacitação executado} \div \text{valor do orçamento de capacitação previsto}) \times 100$				
Fonte:	SIAFI	Responsável pelo acompanhamento:			PRGP
Meta					
2014	2015	2016	2017	2018	
95%	95%	95%	95%	95%	

Indicador:	4.1.3 Índice de participação de servidores em eventos de capacitação				
Cálculo:	$(n^\circ \text{ de servidores que participaram de eventos de capacitação} \div n^\circ \text{ total de servidores}) \times 100$				
Fonte:	SGI	Responsável pelo acompanhamento:			PRGP
Meta					
2014	2015	2016	2017	2018	
-	-	70%	70%	70%	

Indicador:	4.1.4 Índice de qualificação dos servidores no ano (Docente)				
Cálculo:	$(n^\circ \text{ de servidores docentes que se qualificaram no ano} \div n^\circ \text{ total de servidores docentes no ano}) \times 100$				
Fonte:	SIAPE	Responsável pelo acompanhamento:			PRGP
Meta					
2014	2015	2016	2017	2018	
-	-	25%	25%	25%	

Indicador:	4.1.5 Índice de qualificação dos servidores no ano (TAE)				
Cálculo:	$(n^\circ \text{ de servidores TAE que se qualificaram no ano} \div n^\circ \text{ total de servidores TAE no ano}) \times 100$				
Fonte:	SIAPE	Responsável pelo acompanhamento:			PRGP
Meta					
2014	2015	2016	2017	2018	
-	-	20%	20%	20%	

4.2 Elaborar e executar plano diretor de infraestrutura

Indicador:	4.2.1 Percentual de elaboração do plano				
Cálculo:	$(\% \text{ de elaboração do plano diretori de infraestrutura})$				
Fonte:	SGI	Responsável pelo acompanhamento:			PRAD
Meta					
2014	2015	2016	2017	2018	
20%	50%	100%	0%	0%	

Indicador:	4.2.2 Percentual de execução do plano				
Cálculo:	$(\% \text{ de execução do plano diretor de infraestrutura})$				
Fonte:	SGI	Responsável pelo acompanhamento:			PRAD
Meta					
2014	2015	2016	2017	2018	

0%	0%	10%	20%	40%
----	----	-----	-----	-----

4.3 Executar o orçamento com qualidade

Indicador:	4.3.1 Índice de execução do orçamento de Assistência ao Educando			
Cálculo:	$(\text{valor do orçamento da Assistência ao Educando executado} \div \text{valor do orçamento da Assistência ao Educando previsto}) \times 100$			
Fonte:	SIAFI	Responsável pelo acompanhamento:	DRPO	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
-	-	95%	95%	95%

Indicador:	4.3.2 Índice de execução do orçamento do NAPNE			
Cálculo:	$(\text{valor do orçamento do NAPNE executado} \div \text{valor do orçamento do NAPNE previsto}) \times 100$			
Fonte:	SIAFI	Responsável pelo acompanhamento:	DRPO	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
-	-	95%	95%	95%

Indicador:	4.3.3 Número de eventos de planejamento orçamentário e participativo por campus			
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de eventos de planejamento orçamentário e participativo por campus})$			
Fonte:	SIGI	Responsável pelo acompanhamento:	DRPO	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
1	1	1	1	1

4.4 Fomentar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e comunicação

Indicador:	4.4.1 Percentual de Campus com cabeamento estruturado implantado			
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de campi com cabeamento estruturado implantado} \div n^{\circ} \text{ total de campi}) \times 100$			
Fonte:	SIGI	Responsável pelo acompanhamento:	DTIC	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
90%	100%	100%	100%	100%

Indicador:	4.4.2 Percentual de Campus com link de internet ativado			
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de campi com link de internet ativado} \div n^{\circ} \text{ total de campi}) \times 100$			
Fonte:	SIGI	Responsável pelo acompanhamento:	DTIC	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
90%	100%	100%	100%	100%

Indicador:	4.4.3 Percentual de processos administrativos e acadêmicos informatizados			
Cálculo:	$(n^{\circ} \text{ de processos administrativos e acadêmicos informatizados} \div n^{\circ} \text{ total de processos administrativos e acadêmicos identificados}) \times 100$			
Fonte:	SIGI	Responsável pelo acompanhamento:	DTIC	
Meta				
2014	2015	2016	2017	2018
20%	40%	60%	80%	100%

3. PROJETO PEDAGÓGICO DA INSTITUIÇÃO - PPI

3.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Como indicado no inciso II do artigo 16 do Decreto nº5.773, de 2009, um dos elementos do PDI é o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), equivalente ao Projeto Político Pedagógico (PPP) elaborado pelos estabelecimentos de ensino de forma geral. Pode-se dizer que é o documento pelo qual a instituição estabelece suas políticas de ensino, pesquisa, extensão, gestão de pessoas e gestão administrativa, bem como definir a forma de relação com a sociedade e comunidade na qual está inserida. Assim atuando como a base de todo o planejamento da escola, no curto e longo prazo. Por isso, embora seja exigido como parte integrante do PDI, o PPI pode ser entendido como um documento a parte e com vigência maior do que o próprio PDI. Da mesma forma, havendo alguma modificação no PPI, esta, automaticamente se atualiza no PDI.

O PPI deve considerar as atividades *multicampi*, que, dependendo da sua natureza, ficarão sob a responsabilidade das Pró-reitoras de Ensino, Pesquisa e Extensão e Cultura. Assim, o PPI atua como a base de todo o planejamento da escola, no curto e longo prazo. Por isso, embora seja exigido como parte integrante do PDI, o PPI pode ser entendido como um documento a parte e com vigência maior do que o próprio PDI. Da mesma forma, havendo alguma modificação no PPI, esta, automaticamente se atualiza no PDI.

O PPI da instituição foi aprovado por meio da Resolução CS nº 008/2012 e encontra-se disponível no Portal do IFB: aba Acesso Rápido > Portarias e Resoluções > Resoluções > Resoluções 2012. Poderá ser acessado também por meio do seguinte link: http://www.ifb.edu.br/attachments/2939_Resolu%C3%A7%C3%A3o%20RIFB_008_2012%20Apr%20o%20PPI.pdf.

3.2. POLÍTICAS DE ENSINO

A afirmação da identidade regional do IFB demanda ganhos de qualidade na oferta de serviços educacionais e de formação profissional que são possíveis a partir dos espaços já implantados nos *campi* atuais do instituto mediante investimentos na formação docente e na discussão das práticas pedagógicas desenvolvidas cotidianamente.

Nesse sentido, as políticas para o ensino desenvolvidas no IFB visam alcançar a sua missão, observando a ampliação de oferta de cursos, investimentos na formação dos servidores e na

estruturação dos espaços educativos. Estas políticas estão definidas no Estatuto e Regimento Geral do IFB, bem como no PDI e no PPI.

No ensino, é conferida liberdade aos *campi* para a elaboração das propostas de criação de cursos nos diferentes níveis e modalidades, de acordo com os eixos de orientação do campus. A apreciação e deliberação sobre as propostas são de competência dos órgãos da administração superior.

Por seu caráter público, o IFB adota como princípios norteadores os dispostos na LDB, Lei nº 9.394, de 1996, em seu artigo 3º. Principalmente nos itens que se referem às condições necessárias ao atendimento da missão do Instituto no que diz respeito à justiça social.

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;*
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;*
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;*
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;*
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;*
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;*
- VII - valorização do profissional da educação escolar*
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino*
- IX - garantia de padrão de qualidade;*
- X - valorização da experiência extraescolar;*
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;*
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial.*

Esses princípios serão observados e detalhados no PPI, o qual deverá ser objeto de revisão anual, por comissão instituída para este fim.

As políticas de ensino do IFB, norteadas pelos princípios acima citados, visam principalmente:

- A formação docente e dos técnicos administrativos, como ação institucionalizada;
- O combate à evasão e à retenção;
- A avaliação global das práticas educativas;
- A construção de parâmetros de qualidade na educação.

3.3. POLÍTICAS DE EXTENSÃO

A defesa da escola pública, gratuita, laica e de qualidade, são princípios que o IFB, defende como basilares de um trabalho que conjuga educação e trabalho; ciência, tecnologia e cultura; como

conhecimentos essenciais para a formação de um cidadão trabalhador, capaz de ser sujeito de sua trajetória, reconhecendo suas possibilidades de produção de conhecimento a partir da escola, além da realidade onde trabalha e mora, conjugando saberes e conhecimento.

Assim é que a necessidade de manutenção desta IES, pelo poder público, com recursos públicos, garantindo a permanência de jovens e adultos, com qualidade, é também princípio inquestionável.

Uma instituição de educação, que tem em seu foco principal a formação de técnicos de nível médio, tecnólogos e graduados, tanto das engenharias como também das licenciaturas, não pode ser uma Instituição que se isola em si mesma no exercício de sua missão, sem perceber com clareza e determinação, a sociedade, suas demandas e necessidades; suas carências e as perspectivas de desenvolvimento da nação, o crescimento de empregos e postos de trabalho na região onde se situa e em particular em cada cidade-satélite onde terá uma Unidade.

Esta Instituição também não tem como fazer uma formação de qualidade, se desconsiderar a extensão e a pesquisa. A extensão, porque o vínculo com a sociedade e suas organizações educacionais, culturais, científicas, acadêmicas, filantrópicas, recreativas, entre outras, enseja ações dos mais variados tipos e durações; enseja parcerias; inserção de estudantes em realidades, antes nunca experimentadas; enseja uma aproximação da Instituição com pessoas e das pessoas com a Instituição, que nos dias atuais não se concebe mais não existirem.

Sabe-se que essas não são tarefas fáceis e de baixo custo. Com essas certezas, mesmo tendo um orçamento de manutenção e investimentos que garantam à instituição trabalhar com qualidade, a velocidade com que as tecnologias avançam, nas mais variadas áreas, impõe o estabelecimento de parcerias com outras instituições, que atuem nos mais diversos âmbitos e das mais diversas áreas do conhecimento e também de todas as constituições jurídicas.

Claro está, que ao estabelecer todas essas parcerias, o Instituto não pode perder de vista os princípios arrolados nesse projeto, aqueles que são basilares para a Instituição, os seus estudantes e servidores.

Justifica essa ação, o desafio de manter a defesa da Escola Pública, Gratuita e de Qualidade e não perder de vista a necessidade de manutenção de relações com o mundo produtivo, com os trabalhadores organizados, com o mundo do trabalho, que ao final, dá efetividade à humanidade de homens e mulheres.

E num mundo globalizado é impensável, que seus estudantes, não conheçam outras realidades próximas e distantes, de mesma origem cultural ou não; que não contribuam com nações menos ricas e menos desenvolvidas que o Brasil, e que também não devam trazer dessas nações, experiências bem-sucedidas nas mais diversas áreas; bem como vislumbrar a possibilidade de relações de trabalho em outros países. Para efetivar essas possibilidades, trabalhar conjuntamente com a Assessoria

Internacional do Ministério da Educação, será tarefa prioritária. Mas não menos importante, é a relação estreita que se deva ter com todos os organismos da sociedade civil organizada já mencionada, assim como com as instituições educacionais do DF.

Os princípios que norteiam a constituição dos Institutos Federais colocam em plano de relevância a pesquisa e a extensão. Por meio da extensão, o Instituto poderá proceder a difusão, a socialização e a democratização do conhecimento produzido e existente no mesmo. Ao estabelecer uma relação dialógica com o conhecimento acadêmico e tecnológico e a comunidade, a Extensão promove a troca de saberes com a comunidade.

A extensão é compreendida como o espaço de articulação entre o saber fazer e a realidade socioeconômica, cultural e ambiental da região. Educação, Ciência e Tecnologia devem se articular tendo como perspectiva, o desenvolvimento local e regional, possibilitando assim, a imbricação/interação necessária à vida acadêmica.

Ela, entendida como prática acadêmica que interliga o IFB nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da maioria da população, consolida a formação de um profissional cidadão e se credencia junto à sociedade como espaço privilegiado de produção e difusão do conhecimento na busca da superação das desigualdades sociais.

Tendo em vista que o processo educativo funda-se sobre os três pilares, ensino, pesquisa e extensão, como dimensões formativas e libertadoras indissociáveis e sem hierarquização, a relação que a extensão estabelece com o ensino e a pesquisa é dinâmica e potencializadora. Ora a extensão intensifica sua relação com o ensino, oferecendo elementos para transformações no processo pedagógico, onde professores e estudantes constituem-se como sujeitos do ato de ensinar e aprender, levando à socialização e a aplicação do saber acadêmico. Em outros momentos a extensão intensifica sua relação com a pesquisa que, utilizando-se de metodologias específicas, compartilhando conhecimentos produzidos pela instituição, contribuindo para a melhoria das condições de vida da sociedade.

Dimensões da extensão

- Projetos Tecnológicos: atividades de pesquisa e/ou desenvolvimento em parceria com instituições públicas ou privadas que tenham uma interface de aplicação;
- Serviços Tecnológicos: consultoria, assessoria, prestação de serviços para o mundo produtivo;
- Eventos: ações de interesse técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultural favorecendo a participação da comunidade externa e/ou interna;
- Projetos Sociais: projetos que agregam um conjunto de ações, técnicas e metodológicas transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e

apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e de pessoas com necessidades específicas, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida;

- Estágio e Emprego: compreende todas as atividades de prospecção de oportunidades de estágio/emprego e a operacionalização administrativa do estágio (encaminhamento e documentação);
- Cursos de Extensão: ação pedagógica de caráter teórico e prático, com critérios de avaliação definidos e oferta não regular;
- Projetos Culturais Artísticos e Esportivos: compreende ações referentes a atividades culturais, artísticas e esportivas, com atenção especial para a formação de um público conhecedor de sua cultura e valores e a difusão e fortalecimento do conhecimento de padrões internacionais de música, arte, teatro e cinema;
- Visitas Técnicas e Gerenciais: interação das áreas educacionais da instituição com o mundo do trabalho;
- Empreendedorismo: compreende o apoio a formação empreendedora;
- Acompanhamento de egressos: constitui-se no conjunto de ações implementadas que visam acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão;
- Relações Internacionais: tem por finalidade intercâmbios e cooperações internacionais, como um instrumento para a melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão.

Diretrizes da extensão:

- Contribuir para o desenvolvimento da sociedade do Distrito Federal, constituindo um vínculo que estabeleça troca de saberes, conhecimentos e experiências para a constante avaliação e revitalização da pesquisa e do ensino;
- Buscar interação sistematizada do IFB com a comunidade por meio da participação dos servidores nas ações integradas com as administrações públicas, em suas várias instâncias, e com as entidades da sociedade civil;
- Integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacione o conhecimento acadêmico e o saber popular;
- Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, ambiental e política, formando profissionais-cidadãos;

- Participar criticamente de projetos que objetivem o desenvolvimento regional sustentável em todas as suas dimensões e articular políticas públicas que oportunizem o acesso à educação profissional, estabelecendo mecanismos de inclusão.

3.4. POLÍTICAS DE PESQUISA E INOVAÇÃO

A Pesquisa e a Inovação no IFB são desenvolvidas por meio da Pró-reitora de Pesquisa e Inovação e suas coordenações com apoio do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), do Comitê Gestor de Programas Institucionais de Bolsas e projetos (CGPIBP) e do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) e Conselho Editorial (Consed).

A política de pesquisa e a inovação no IFB visa à formação científica e tecnológica em todos os níveis e modalidades de ensino. São incentivadas ações para a produção de conhecimento, produção tecnológica e empreendedorismo cujas soluções atendam a demandas de problemas locais e regionais, de forma a contribuir com o desenvolvimento sustentável do DF e entorno.

São ações relativas à pesquisa e inovação já institucionalizadas:

- Semana de Produção Científica do IFB: evento anual que reúne todos os pesquisadores para apresentar os resultados de suas pesquisas (envolve docentes, discentes e técnicos);
- Catálogo dos Grupos de Pesquisa: periodicidade anual dos grupos de pesquisa certificados pelo IFB e tem como objetivo apresentar para a comunidade externa as especialidades atendidas pelo IFB;
- Revista técnico científica - Revista Eixo com classificação no Qualis (CAPES): periodicidade semestral para divulgar artigos técnico-científicos em várias áreas do conhecimento. Os artigos são submetidos tanto pela comunidade interna quanto externa. A revista é disponibilizada para consulta *on line* gratuita.
- Fábrica de Ideias - evento anual para que os pesquisadores e estudantes apresentem ideias inovadoras para solucionar determinado problema. Nesse evento, são convidados avaliadores externos vinculados ao mundo do trabalho para que o julgamento das ideias seja mais adequado à realidade.

As atividades de pesquisa têm, igualmente, como objetivo, formar recursos humanos para a investigação, a produção, o empreendedorismo e a difusão de conhecimentos culturais, artísticos, científicos e tecnológicos, devendo ser desenvolvidas em articulação com o ensino e a extensão, ao longo de toda a formação profissional.

As ações em Pesquisa e Inovação também se caracterizam por meio do estímulo à Inovação Tecnológica e à disseminação da cultura e procedimentos próprios relacionada à Propriedade

Intelectual, tendo em vista a natureza de Instituição Científica e Tecnológica (ICT) do IFB. Nesse sentido e em atendimento ao que dispõe a Lei nº 10.973, de 2004, encontra-se em fase de estruturação no IFB o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), instância assessora vinculada à Pró-reitora de Pesquisa e Inovação (PRPI) criada pela Resolução nº 09/2012, que visa fortalecer as ações das Pró-reitoras de Pesquisa e Inovação (PRPI) e Extensão e Cultura (PREX) no que se refere ao relacionamento do IFB com a comunidade, envolvendo órgãos de Governo, empresas e demais organizações da sociedade civil, com o objetivo de criar oportunidades para que as atividades de ensino e pesquisa se beneficiem dessas interações para promover, como estratégia deliberada, a transferência do conhecimento em prol do desenvolvimento econômico, tecnológico e social do País. Desta forma, para o alcance dos objetivos relacionados à Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual, o IFB engendra esforços para a dotação técnica de recursos materiais e pessoal qualificado para a operacionalização de seu NIT.

As ações da Pesquisa e Inovação no IFB têm como objetivos:

- Integrar a pesquisa e a inovação com as ações de ensino e extensão, por meio da promoção de eventos articulados e elaboração de editais conjuntos;
- Aportar recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e inovação, por meio de editais;
- Criar e regulamentar programas institucionais de pesquisa e inovação no IFB;
- Estimular a publicação dos resultados dos projetos de pesquisa e inovação desenvolvido por pesquisadores e estudantes do IFB; e
- Promover eventos para a divulgação científica e tecnológica do IFB.

As ações voltadas para o apoio ao desenvolvimento da pesquisa e inovação no IFB são:

- Programa de concessão de bolsas de iniciação científica e tecnológica para estudantes dos cursos técnicos e superiores do IFB (PIBIC E PIBITI);
- Programa de apoio para consolidação dos grupos de pesquisa do IFB (PRÓ-GRUPOS);
- Programa de concessão de bolsa para pesquisadores com alta produção científica (Silvo Crestana);
- Programa de apoio à inovação no IFB (PRÓ-INOVA);
- Programa Ciência sem Fronteiras; e
- Programa Institucional de fomento à Difusão Científica e Tecnológica (PRODIF).

Outros programas serão discutidos a fim de atender as crescentes demandas internas e externas a fim de que a missão institucional possa ser cumprida em sua plenitude. Com relação a comunicação das ações de pesquisa e inovação ocorre por meio do site institucional no qual são divulgadas as seguintes informações:

- Equipe;
- Livros lançados pelo IFB para download gratuito;
- Monitoramento de editais externos para fomento;
- Editais abertos, em andamento e finalizados;
- Listagem dos grupos de pesquisa;
- Listagem dos projetos de pesquisa;
- Resoluções e portarias;
- Revista Eixo para download.

No caso da comunicação interna das ações de pesquisa acrescenta-se a intranet, o e-mail institucional, reuniões com comissões específicas e visita aos *campi*.

A política de Pesquisa e Inovação do IFB tem como horizonte, ao longo do quinquênio 2014-2018, alcançar os seguintes resultados:

- Difundir a cultura e a prática da pesquisa científica e inovadora entre os discentes e servidores (docentes e técnicos administrativos) do IFB;
- Incentivar a pesquisa aplicada e tecnológica em consonância com a lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Lei nº 11.892/2008);
- Promover a cultura da Inovação Tecnológica e da Propriedade Intelectual como estratégia deliberada para o desenvolvimento econômico, tecnológico e social do DF, entorno e região em articulação com outras Instituições Científicas e Tecnológicas;
- Contribuir para que os resultados das pesquisas científicas desenvolvidas na instituição sejam convertidos em benefícios sociais e econômicos.

3.5. POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A educação a distância (EaD) é uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica, nos processos de ensino e aprendizagem, ocorre com a utilização de meios e tecnologias da informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (Art. 1º, do Decreto nº 5.622, de 2005).

Além do Decreto referido, O IFB deve fundamentar sua política de EaD nos termos das Resoluções CD/FNDE nº 36, de 13 de julho de 2009; CD/FNDE nº 18, de 16 de junho de 2010 e CD/FNDE nº 24, de 16 de agosto de 2010; com amparo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 1996), da Lei nº 11.273, de 2006, do Decreto nº 6.301, de 2007 e a Portaria Ministerial 1.134 de 10 de outubro de 2016, que autoriza a oferta de 20% da carga horária dos cursos superiores presenciais na modalidade a distância.

Visão Estratégica

Tornar o IFB referência em EaD, estabelecendo o ensino a distância como possibilidade para ações educativas baseadas em metodologias e práticas inovadoras que potencializam o processo de ensino e aprendizagem priorizando o uso de tecnologias educacionais.

Objetivo Estratégico

Avançar a metodologia didático-pedagógica para além da linha que diferencia educação presencial de educação a distância, proporcionando metodologias ativas de aprendizagem contextualizadas com a prática e significativas para o desenvolvimento do estudante.

Objetivos Específicos

- Criar a cultura da EaD no IFB;
- Fomentar as práticas de ensino a distância no âmbito do IFB;
- Ampliar a oferta dos cursos em EaD;
- Estimular a formação continuada e a capacitação em serviço dos servidores do IFB
- Desenvolver metodologias que articulem as práticas das modalidades presenciais e a distância.
- Transformar os polos em ambiente multiuso de aprendizagem para apoio presencial e a distância, formando os recursos humanos, materiais e tecnológicos;
- Incorporar práticas inovadoras nos processos de ensino, estimulando a criatividade;
- Produzir material didático para apoio ao processo ensino-aprendizagem, disponibilizando esses conteúdos em ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) e dispositivos móveis;
- Estabelecer parcerias com a SETEC para fortalecimento e ampliação da EaD em nível nacional.

Estratégias de Avaliação - EaD

As opiniões, as críticas e os resultados obtidos no processo de avaliação institucional (das quais participa toda a comunidade acadêmica) operacionalizado pela CPA- Comissão Permanente de Avaliação, constituem-se elementos imprescindíveis para o contínuo aprimoramento da Instituição, subsidiando a tomada de decisão. Assim, não somente em conformidade com a legislação vigente, mas ainda pelo entendimento da imprescindibilidade de tal processo, desenvolve mecanismos de acompanhamento dos resultados obtidos de forma a propor ações de aperfeiçoamento e melhoria institucional.

Assim, a EaD do IFB utiliza como ferramenta de avaliação o Sistema de Acompanhamento e Avaliação dos Cursos da Rede e-Tec Brasil - SAAS, que auxilia a gestão dos cursos a distância por meio da identificação de pontos a serem aprimorados no processo de ensino e aprendizagem, incluindo a utilização do AVA, a produção dos materiais didáticos, a formação docente e a interação com os estudantes ao longo do processo.

4. AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Em cumprimento a Lei nº 10.861, de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), o processo de Avaliação Institucional do IFB é coordenado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), observando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 1996) e as Diretrizes Curriculares Nacionais de cada curso.

A CPA tem por finalidade conduzir a Avaliação Institucional, sendo composta por representantes do corpo docente, do corpo técnico-administrativo, do corpo discente e por representantes da sociedade civil organizada.

Primando pela realização de um processo participativo, democrático e com ênfase na avaliação dos processos de gestão administrativa e pedagógica, tendo em vista o processo de autoconhecimento da instituição, destacando seus pontos fortes e detectando suas dificuldades e problemas, oportunizando a tomada de decisão, a autoavaliação do IFB conta com a participação dos técnicos, docentes e discentes dos cursos de graduação mantidos pela Instituição.

Neste processo são considerados o ambiente externo, partindo do contexto no setor educacional, as tendências, os riscos e as oportunidades para a Instituição e para o ambiente interno, incluindo a análise de todas as estruturas da oferta e da demanda. O resultado da avaliação no IFB balizará a determinação dos rumos institucionais de médio prazo.

Ressalta-se que os princípios que regem esse processo de avaliação estão em consonância com os valores do IFB, a saber: educação como bem público e de qualidade; formação crítica; gestão democrática e participativa; respeito à diversidade; inovação, empreendedorismo e cooperativismo; desenvolvimento sustentável; otimização dos recursos públicos e comprometimento com o IFB.

As diretrizes para implantação da Autoavaliação Institucional do IFB visam o alcance dos seguintes objetivos:

- a) Promover o desenvolvimento de uma cultura de avaliação no IFB;
- b) Implantar um processo contínuo de avaliação institucional;
- c) Planejar e redirecionar as ações do IFB a partir da avaliação institucional;
- d) Garantir a qualidade no desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão;
- e) Construir um planejamento institucional norteado pela gestão democrática e autônoma;
- f) Consolidar o compromisso social da Instituição;
- g) Manter bancos de dados da instituição, abrangendo informações relativas à avaliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- h) Utilização das tecnologias e recursos institucionais para o desenvolvimento das atividades.

4.1. METODOLOGIA, DIMENSÕES E INSTRUMENTOS DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO

O projeto de avaliação interna do IFB considera as dimensões da Lei Federal n.º 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES:

- a) A missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- b) A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- c) A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- d) A comunicação com a sociedade;
- e) As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- f) Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- g) Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- h) Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;
- i) Políticas de atendimento aos estudantes;
- j) Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Composição da CPA

Quadro 5 - Composição da CPA (Gestão 2013/2015)

Integrantes	Segmento
*Anderson Allan Almeida Galvão - Titular 1	Técnico Administrativo
Fissil Cier Yusuki - Titular 2	Técnico Administrativo
Camila de Oliveira Cândido - Suplente 1	Técnico Administrativo
Raquel de Sousa Barbosa e Silva - Suplente 2	Técnico Administrativo
Simone Braz Ferreira Gontijo - Titular 1	Docente
José Oliver Faustino Barreira - Titular 2	Docente
Yanni Pereira de Araújo Rodrigues - Titular 1	Discente
Nóslen Salem Rosa de Sousa - Titular 2	Discente

Gean Amorim Fortes Carvalho - Suplente 1	Discente
Lúcio Renan Vieira - Suplente 2	Discente
Luzimar Pereira da Silva - Titular 1	Sociedade Civil Organizada
Cláudio Malinski - Titular 2	Sociedade Civil Organizada
Iraci Vieira Santos Silvano - Suplente 1	Sociedade Civil Organizada
Kayla Alves Goulart Suplente 2	Sociedade Civil Organizada

* Presidente da comissão.

Metodologia

As ações desenvolvidas pela CPA para a realização da autoavaliação institucional, em conformidade compreendem:

- a) Sensibilização, envolvimento e mobilização da comunidade acadêmica;
- b) Levantamento da documentação, dados e indicadores institucionais junto a unidades acadêmicas e administrativas do IFB;
- c) Elaboração e aplicação de instrumentos de avaliação aos diferentes segmentos do IFB;
- d) Elaboração do relatório final;
- e) Divulgação e discussão dos resultados alcançados.

Instrumentos externos

Compreende os mecanismos de avaliação de responsabilidade do INEP e outros órgãos, como previstos na Lei nº 10.861/ 2004. Tais mecanismos compreendem:

- a) Avaliação das Instituições de Ensino Superior - AVALIES, de responsabilidade do INEP e realizado quando do processo de credenciamento da instituição como IES;
- b) Avaliação dos Cursos de Graduação - ACG, de responsabilidade do INEP e realizado no processo de reconhecimento ou renovação de reconhecimento dos diversos cursos de graduação da instituição;
- c) Avaliação de Desempenho dos Estudantes - ENADE, conforme o Art. 5º da Lei n.º 10.861, de 2004;
- d) Avaliações da CAPES para credenciamento ou renovação de credenciamento de cursos de pós-graduação mantido pelo IFB;
- e) Cadastro Nacional de Docentes;
- f) Censo da Educação Superior;
- g) Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM);
- h) Demais sistemas de acompanhamento e supervisão da educação.

Instrumentos internos

O Processo de autoavaliação partiu da revisão dos instrumentos (questionários) elaborados pela gestão da CPA 2010/2012. A reelaboração teve como referência os cinco eixos que englobam as dez dimensões do SINAES, presentes no documento Avaliação Institucional Externa, que subsidia o ato de credenciamento e reconhecimento institucional e transformação de organização acadêmica (presencial).

Para divulgação do processo de autoavaliação, a CPA realiza visitas aos *campi*, apresenta a proposta e sensibiliza quanto à importância da participação nesse processo. O questionário de avaliação institucional é aplicado de forma eletrônica.

4.2. FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA

A avaliação deve preferencialmente ocorrer em horário que viabilize a maior participação possível de membros da comunidade acadêmica.

4.3. FORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES

Os resultados do processo dão subsídio a definição e implementação das políticas acadêmicas que o processo avaliativo sugerir, assim como, às ações internas e reformulação do planejamento estratégico institucional. O conhecimento, gerado pelo processo de autoavaliação tem uma finalidade clara de priorizar ações de curto, médio e longo prazo, planejar de modo compartilhado e estabelecer etapas para alcançar metas que comprometam a Instituição para o futuro.

Os relatórios gerados servem para que a Instituição identifique os acertos e as ineficiências, as vantagens, as potencialidades e as dificuldades envolvidas no processo e que suscitem uma reflexão sobre as causas das situações positivas e negativas, assumindo assim a direção efetiva de sua gestão política, acadêmica e científica. Também servem de base para revisão do planejamento dos projetos pedagógicos dos cursos.

O conhecimento das estratégias adequadas norteia as decisões no sentido de disseminá-las. As formas de ação que não apresentam resultados satisfatórios são modificadas, buscando-se alternativas para introdução de novos caminhos. Uma vez que o trabalho tem como objetivo apontar os pontos fortes e fracos da Instituição, permitindo alterações favoráveis, os resultados obtidos são analisados pelos diretores, coordenadores, professores e, especialmente, pela Comissão Própria de Avaliação - CPA.

5. PLANEJAMENTO DE OFERTA DE CURSOS E VAGAS

O planejamento de oferta de cursos e vagas é elaborado em consonância com os objetivos previstos na Lei nº 11.892/2008 e organiza-se de acordo com o que estabelece a LDB, as DCNs, as normas do CNE, bem como as normas internas do IFB.

5.1. PLANEJAMENTO DA OFERTA DE CURSOS TÉCNICOS

Quadro 6 - Planejamento de oferta de cursos técnicos

Campus	Modalidade	Curso	Turno	Vagas ofertadas por semestre										
				2014		2015		2016		2017		2018		
				1º S	2º S	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	
Brasília	Integrado	Serviços públicos	Diurno	-	-	-	-	-	-	-	-	80	-	
		Informática	Diurno	-	-	40	-	60	-	60	-	60	-	
		Dança	Diurno	-	-	-	-	-	-	-	-	30	-	
		Eventos	Diurno	-	-	40	-	40	-	80	-	80	-	
	PROEJA	Eventos (descontinuado)	Matutino	-	-	40	-	-	-	-	-	-	-	
			Vespertino	-	-	40	-	-	-	-	-	-	-	
	Subsequente	Comércio	Noturno	-	-	-	-	-	-	-	80	-	80	
			Vespertino	-	-	-	-	-	-	-	80	-	80	
		Informática	Matutino	40	40	40	40	40	60	60	60	60	60	
			Eventos	Matutino	40	40	40	40	40	135	135	135	135	135
		Meios de hospedagem	Matutino	-	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40
			Vespertino	-	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40
		Serviços públicos	Vespertino	40	40	40	40	40	90	90	90	90	90	90
			Noturno	40	40	40	40	40	90	90	90	90	90	90
Ceilândia	Integrado	Eletrônica	Diurno	-	-	-	-	-	-	-	-	60	-	
	PROEJA	Segurança do trabalho	A definir	-	-	-	-	-	-	-	-	30	-	
	Subsequente	Manutenção de equipamentos biométricos	Matutino	-	-	30	30	-	-	-	-	-	-	
			Noturno	-	-	-	-	30	30	30	30	30	30	
		Eletrônica	Matutino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
			Noturno	-	-	-	-	30	30	-	30	30	30	

Campus	Modalidade	Curso	Turno	Vagas ofertadas por semestre										
				2014		2015		2016		2017		2018		
				1º S	2º S	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	
Estrutural	Integrado	Manutenção automotiva	Matutino	-	-	-	-	-	-	-	-	40	-	
			Vespertino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	-
	PROEJA	Reciclagem	A definir	-	-	-	-	-	-	-	40	40	40	
	Subsequente	Manutenção automotiva	Noturno	-	-	-	40	80	80	40	40	40	40	
Gama	Integrado	Alimentos	Diurno	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	
		Química	Diurno	-	-	-	-	-	-	30	-	30	-	
	PROEJA	Administração	Noturno	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	
	Subsequente	Cooperativismo (descontinuado)	Noturno	40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		Logística	Noturno	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	
		Agronegócio (descontinuado)	Matutino	40	40	40	40	-	-	-	-	-	-	
		Química (descontinuado)	Matutino	40	40	40	40	-	-	-	-	-	-	
	Administração	Matutino	-	-	-	-	-	-	-	40	40	40		
Recanto das Emas	Subsequente	Produção de Áudio e Vídeo	A definir	-	-	-	-	-	-	-	40	-		
Riacho Fundo	Integrado	Cozinha	Diurno	-	-	-	-	40	-	80	-	40	-	
		Hospedagem	Diurno	-	-	-	-	40	-	40	-	40	-	
		Lazer	Diurno	-	-	-	-	-	-	-	-	40	-	
	PROEJA	Serviços de bar e restaurante	Noturno	-	-	-	-	-	40	-	40	-	40	
	Subsequente	Cozinha	Matutino	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
			Noturno	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
		Panificação	Vespertino	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
Serviços de bar e restaurante		Matutino	-	-	-	-	-	-	-	-	36	36	36	
São Sebastião	Integrado	Administração	Diurno	-	-	35	-	35	-	35	-	70	-	
		Secretariado	Diurno	-	-	35	-	35	-	35	-	-	-	
	PROEJA	Secretariado ou Marketing	Noturno	-	-	-	-	-	-	-	-	40	-	
	Subsequente	Secretaria escolar	Noturno	80	80	80	80	40	40	80	40	40	40	
		Secretariado	Noturno	80	80	80	80	40	40	80	40	40	40	
	Desenv. de Sistemas Educacionais	Diurno	-	-	-	-	-	-	-	-	40	40		
Planaltina	Integrado	Agropecuária	Matutino	160	-	160	-	160	-	160	-	160	-	
	Subsequente	Agropecuária	Matutino	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	
		Agropecuária	Vespertino	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	
		Agroindústria	Matutino	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	
	Alternância	Agroindústria	Integral	60	-	60	-	60	-	60	-	60	-	
Samambaia	Integrado	Controle ambiental	Diurno	-	-	40	-	80	-	35	-	35	-	
		Design de móveis	Diurno	-	-	-	-	35	-	35	-	35	-	
	PROEJA	Edificações	Noturno	-	40	40	40	40	40	35	35	35	35	
	Subsequente	Controle ambiental	Matutino	40	-	40	-	35	35	35	35	35	35	

Campus	Modalidade	Curso	Turno	Vagas ofertadas por semestre										
				2014		2015		2016		2017		2018		
				1º S	2º S	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	
			Vespertino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		Edificações	Noturno	30	30	30	30	30	30	70	70	70	70	
		Móveis	Noturno	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	
Taguatinga Centro	Subsequente	Comércio (Descontinuado)	Vespertino	80	80	80	80	80	80	-	-	-	-	
	PROEJA	Comércio (Descontinuado)	Noturno	40	-	40	-	40	-	-	-	-	-	
Taguatinga	Integrado	Eletromecânica	Diurno	-	-	32	-	32	-	32	-	32	-	
	PROEJA	Artesanato	Noturno	-	-	36	36	40	40	40	40	40	40	
	Subsequente		Eletromecânica	Vespertino	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32
			Refrigeração e climatização	Vespertino	-	-	-	-	-	-	-	-	32	32
			Vestuário	Vespertino	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32
			Manutenção e suporte em informática	Vespertino	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
			Rede de computadores	Vespertino	-	-	-	-	-	-	-	-	40	40

5.2. PLANEJAMENTO DA OFERTA DE CURSOS SUPERIORES

Oferta de cursos de graduação

Os cursos de graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Em conformidade com a Lei nº 11.892, de 2008 o IFB oferta Cursos Superiores de Tecnologia; Cursos de Licenciatura e Cursos de Bacharelado.

Para o PDI 2014-2018, o IFB planeja ofertar vagas para os Cursos de Graduação, conforme disposto no quadro 7.

Oferta de cursos de pós-graduação

No IFB, a oferta de cursos de pós-graduação é realizada com apoio da Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação (PRPI), por meio da Diretoria de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (DDCT) que tem, dentre suas competências, a de apoiar os *campi* na elaboração das propostas de cursos de Pós-Graduação, bem como fomentar e acompanhar as Coordenações de Pós-Graduação (*lato* ou *stricto sensu*) dessas unidades.

Especialização

A criação de novos cursos de pós-graduação *lato sensu* do IFB é regulamentada pela Resolução CS nº 012/2013 que aprova as normas de funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* do IFB.

Almeja-se ampliar os cursos de especialização de forma a propiciar aos estudantes do IFB a verticalização dos seus estudos e, por consequência, melhorar o seu desempenho profissional.

Mestrado e Doutorado

A criação de programas de pós-graduação em nível *strito sensu* no IFB seguirão as normas e diretrizes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para o PDI 2014-2018, almeja-se ofertar novos cursos de mestrado, preferencialmente o mestrado profissional, de forma a propiciar aos estudantes do IFB a verticalização dos seus estudos e, por consequência, melhorar o seu desempenho profissional.

Quadro 7 - Planejamento de oferta de cursos superiores

Campus	Modalidade	Curso	Turno	Vagas ofertadas por semestre										
				2014		2015		2016		2017		2018		
				1º S	2º S	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	
Brasília	Licenciatura	Dança	Diurno	30	30	60	30	30	30	-	-	-	-	
			Vespertino	-	-	-	-	-	-	30	30	30	30	
			Noturno	-	-	-	-	-	-	30	30	30	30	
	Tecnologia	Gestão pública	Noturno	40	40	40	40	40	40	90	90	90	90	
			Vespertino	-	-	-	-	45	45	90	90	90	90	
		Eventos	Noturno	-	-	-	-	40	40	40	90	90	90	
			Sistemas para internet	Diurno	-	-	-	-	-	-	30	30	30	30
				Noturno	-	-	-	-	-	-	30	30	30	30
		Processos gerenciais	Noturno	-	-	-	-	-	-	-	40	-	40	
		Especialização	Gestão pública	Noturno	-	-	45	-	45	-	40	-	40	-
	Eventos		Noturno	-	-	40	-	40	-	40	-	40	-	
	Dança		Noturno	-	-	30	-	30	-	30	-	30	-	
	Sistemas para internet		Noturno	-	-	-	-	-	-	-	-	30	30	
	Mestrado prof.	Gestão pública	Vespertino	-	-	-	-	-	-	-	-	30	-	
Noturno			-	-	-	-	-	-	-	-	30	-		
Ceilândia	Licenciatura	Letras - Língua espanhola	Diurno	-	-	-	-	-	-	40	-	40	-	
		Matemática	Diurno	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60	
Estrutural	Licenciatura	Matemática	Vespertino	-	-	-	40	-	40	-	40	-	40	
			Noturno	-	-	-	-	40	-	40	-	40	-	
	Especialização	Educação em matemática	Vespertino	-	-	-	-	-	-	-	30	-	30	
Gama	Licenciatura	Química	Diurno	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	
	Tecnologia	Alimentos	Matutino	-	-	-	-	-	-	40	-	40	-	
		Logística	Matutino	-	-	40	-	40	-	40	-	40	-	
	Bacharelado	Administração	Noturno	-	-	-	-	-	-	-	-	40	-	
Riacho Fundo	Licenciatura	Letras - língua inglesa	Vespertino	40	-	40	-	80	-	80	-	80	-	
		Geografia	Noturno	-	-	-	-	-	-	-	-	40	40	
	Tecnologia	Gastronomia	Noturno	-	-	-	-	-	-	-	-	50	-	
		Hotelaria	Matutino	-	-	-	-	-	-	-	-	60	-	
	Especialização	Ensino em humanidades	Noturno	-	-	-	-	-	-	-	30	-	30	
Planaltina	Licenciatura	Biologia	Matutino	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	
	Tecnologia	Agroecologia	Diurno	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	
Samambaia	Licenciatura	Educação profissional e tecnológica	Vespertino	-	-	30	30	30	-	-	30	30	30	
	Tecnologia	Design de interiores (oferta a definir)	Noturno	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		Saneamento (oferta a definir)	Matutino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Mestrado prof.	Construções sustentáveis (descontinuado)	Matutino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Campus	Modalidade	Curso	Turno	Vagas ofertadas por semestre									
				2014		2015		2016		2017		2018	
				1º S	2º S	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS
São Sebastião	Licenciatura	Letras - Língua portuguesa	Diurno	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
		Pedagogia	Matutino	-	-	-	-	-	-	40	-	40	-
	Tecnologia	Secretariado executivo	Noturno	-	-	-	-	40	-	40	-	40	-
Taguatinga Centro	Licenciatura	Letras - Língua espanhola (Descontinuado)	Diurno	40	-	40	-	40	-	-	-	-	-
	Tecnologia	Processos gerenciais (Descontinuado)	Noturno	-	-	-	40	-	40	-	-	-	-
	Especialização	Gestão pública (Descontinuado)	Vespertino	-	40	-	-	40	-	-	-	-	-
Taguatinga	Licenciatura	Física	Diurno	-	-	40	-	40	-	40	-	40	-
		Licenciatura em informática [ABI]	Diurno	30	-	30	-	30	-	30	-	30	-
	Tecnologia	Automação industrial	Diurno	-	-	-	32	32	-	32	-	32	-
		Design de moda	Noturno	-	-	-	32	32	-	32	-	32	-
	Bacharelado	Ciência da computação [ABI]	Diurno	30	-	30	-	30	-	30	-	30	-
	Mestrado prof.	Computação aplicada	Diurno	-	-	-	-	-	-	-	-	20	-

5.3. PLANEJAMENTO DE OFERTA DE CURSOS DE EAD

Quadro 8 - Planejamento de oferta de cursos EaD com fomento externo

Curso	Vagas ofertadas por semestre									
	2014		2015		2016		2017		2018	
	1º S	2º S	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS
Técnico Administração	326	30	-	493	-	-	-	150	-	100
Técnico em Eventos	-	-	-	-	-	-	-	150	-	100
Técnico em Hospedagem	-	-	-	-	-	-	-	120	-	100
Técnico em Informática	-	-	-	-	-	-	-	200	-	150
Técnico em Meio Ambiente	132	70	-	476	-	-	-	150	-	100
Técnico em Multimeios Didáticos	54	-	-	168	-	-	-	120	-	100
Técnico em Panificação	-	-	-	-	-	-	-	120	-	80
Técnico em Suporte em Informática	-	-	-	-	-	-	-	150	-	100
Técnico Logística	120	30	-	272	-	-	-	150	-	100
Técnico Segurança do Trabalho	623	70	-	476	-	-	-	200	-	150
Técnico Serviços Públicos	212	-	-	300	-	-	-	150	-	100
Técnico em Produção de Áudio e Vídeo	-	-	-	-	-	-	-	150	-	100
Técnico em Secretaria Escolar	112	-	-	340	-	-	-	150	-	100

Quadro 9 - Planejamento de oferta de cursos EaD sem fomento externo (oferta própria)

Campus	Modalidade	Curso	Vagas ofertadas por semestre									
			2014		2015		2016		2017		2018	
			1º S	2º S	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS
Brasília	Técnico Subsequente	Informática	-	-	-	-	-	-	-	120	-	-
		Serviços públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	40	-
		Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	40	-
		Secretariado	-	-	-	-	-	-	-	-	40	-
	Tecnólogo	Gestão Pública	-	-	-	-	-	-	-	-	100	100
	Licenciatura / Compl. Pedag. EPT	Educação profissional e tecnológica	-	-	-	-	-	-	-	-	100	-
		Especialização	Especialização em Dança	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Especialização em Eventos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	40
	Redes de Computadores		-	-	-	-	-	-	-	-	60	-
	Gestão pública		-	-	-	-	-	-	-	-	80	-
	Educação a distância	-	-	-	-	-	-	-	-	100	-	
Ceilândia	Técnico Subsequente	Segurança no trabalho	-	-	-	160	60	60	40	30	40	40
	Licenciatura	Matemática	-	-	-	-	-	-	-	30	30	30

6. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

6.1. COMPONENTE CURRICULAR

Seleção de conteúdos

Os conteúdos dos diversos cursos e áreas de formação do Instituto Federal de Brasília serão selecionados com base nas competências a serem consolidadas em cada área profissional.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Educação Profissional, entende-se por competência profissional a capacidade de articular e mobilizar valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho. O conhecimento é entendido como o que muitos denominam simplesmente saber. A habilidade refere-se ao saber fazer relacionado com a prática de trabalho, transcendendo a mera ação motora.

Princípios metodológicos

Os programas de educação profissional do IFB, com currículos dirigidos para competências caracterizam-se por um conjunto significativo de projetos propostos aos participantes e que desencadeiam ações resolutivas de pesquisa. Nesta perspectiva o currículo não é fim, mas coloca-se a serviço do desenvolvimento de competências.

Em consonância com as DCN para Educação Profissional de Nível Técnico, os currículos do IFB, desenhados na perspectiva da construção de competências, serão constituídos essencialmente de um eixo de projetos, problemas e desafios significativos do contexto produtivo da área, envolvendo situações simuladas ou, quando possível, reais. Neste sentido serão disponibilizados ambientes e recursos adequados e atualizados para o desenvolvimento de projetos típicos da área profissional alvo do programa de formação.

Processo de avaliação

A avaliação do processo de aprendizagem será processual, sistemática, integral, diagnóstica e formativa, envolvendo professores e alunos, bem como as práticas globais do processo educativo, sendo parte integrante do processo.

O IFB oferecerá adaptações aos seus instrumentos avaliativos e os apoio necessário, aos alunos com Necessidades Educacionais Específicas previamente, solicitados pelo aluno, inclusive

tempo adicional para realização de provas, conforme as características da deficiência ou outra necessidade específica.

6.2. ATIVIDADES PRÁTICAS E ESTÁGIOS

O estágio como procedimento didático-pedagógico e ato educativo supervisionado desenvolvido no ambiente de trabalho é essencialmente uma atividade curricular de competência da Instituição de Ensino, em parceria com a empresa concedente, e que deve integrar a proposta pedagógica da escola e os instrumentos de planejamento curricular do curso, devendo ser planejado, executado e avaliado em conformidade com os objetivos propostos e com a legislação vigente.

O estágio visa à preparação para o trabalho produtivo proporcionando o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular.

Considerando a Resolução CNE/CEB nº 1 de 21 de janeiro de 2004, podem haver estágios em cursos de qualificação profissional (FICs) cuja carga horária mínima seja de 150 horas. O estágio deverá estar previsto no Plano de Curso, com a estipulação de carga horária mínima e consonância com o correspondente perfil profissional de conclusão definido como identidade própria.

Segundo a Lei nº 11.788, de 2008, o estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

- Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma;
- Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

O estágio das Licenciaturas terá 400 horas de atividades obrigatórias e os cursos técnicos de nível médio que optarem por incluir o estágio em sua matriz curricular deverão prever, no mínimo, 160 horas de estágio.

As atividades de monitoria, iniciação científica e extensão poderão ter a carga horária aproveitada como estágio obrigatório. O IFB deverá estimular estágios que conjuguem iniciação científica e inovação, possibilitando que os educandos contribuam para resolver problemas de uma empresa ou de uma comunidade por meio da inovação.

O IFB poderá, no caso do estágio obrigatório, possibilitar que o aluno trabalhador que comprovar exercer funções correspondentes às competências profissionais a serem desenvolvidas, à luz do perfil profissional de conclusão do curso, possa ser dispensado, em parte, das atividades de estágio.

O estágio supervisionado é a prática profissional desenvolvida em situação real de trabalho, devendo ter sua carga horária acrescida ao mínimo de horas estabelecidas para o curso pelo Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.

Já a prática profissional simulada, desenvolvida em laboratórios ou salas ambientes do próprio IFB, com amparo de diferentes recursos tecnológicos, compõe o mínimo de horas estabelecidas para o curso pelo Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.

Por meio do planejamento, estágio e prática profissional simulada deverão ter caráter complementar e integrativo, nunca devendo um substituir o outro. Desenvolvimento de Materiais Pedagógicos incorporações e avanços tecnológicos

Considerando que o Decreto nº 5773/2006, Art. 16, inciso IV, estabelece que o plano de desenvolvimento institucional deverá conter “eventuais inovações consideradas significativas, especialmente quanto [...] desenvolvimento de materiais pedagógicos e incorporação de avanços tecnológicos”. Esta Pró-reitora considera que o termo “eventuais” não nos obriga a explicitar tais informações no PDI. Contudo, consideramos relevante a discussão que será feita durante a revisão do PPI.

7. DESENVOLVIMENTO HUMANO

7.1. CORPO DOCENTE

O quadro efetivo de docentes no IFB apresenta o quantitativo de 414 servidores ingressados mediante concurso público. Esse dado reflete a sistematização da oferta e do investimento na educação profissional e tecnológica pública.

Quadro 10 - Evolução do corpo docente do IFB por titulação entre 2009 e 2013

Titulação	2009	2010	2011	2012	2013
Doutor	0	38	46	52	58
Mestre	1	86	117	155	171
Especialista	0	24	35	43	59
Graduado	1	21	35	75	97
Total	2	169	233	325	385

Quadro 11 - Percentual do corpo docente por titulação

Nível de classificação	Quantidade	%
Doutor	62	14,97%
Mestre	178	42,99%
Especialista	64	15,45%
Graduado	110	26,57%
Total	414	100,00%

Requisitos de titulação e experiências no magistério superior e experiência profissional não acadêmica

A titulação mínima exigida para atuação no IFB é de curso superior de graduação. A titulação acima da graduação é passível de pontuação nos editais de concurso público para contratação de professores efetivos. No entanto, professores de cursos de graduação devem ter no mínimo uma especialização. Durante sua carreira profissional o docente faz jus a percentuais distintos para titulação adquirida em nível de especialização, mestrado ou doutorado. A carreira de docente é regida pela Lei nº 11.784, de 2008, Lei nº 12.772, de 2012, Lei nº 8.112, de 1990 e pela Constituição Federal, além da legislação vigente atreladas a essas Leis e a LDB, Lei nº 9.394, de 1996.

A experiência no magistério e em atividades profissionais não acadêmicas é passível de pontuação nos editais de concurso público para contratação de professores efetivos, conforme prevê a Lei nº 8.112, de 1990 e demais legislações vigentes.

Critérios de seleção, contratação e procedimentos para substituição eventual de professores do quadro

Para atender à necessidade temporária em caráter excepcional, o IFB se apoia na legislação vigente - Lei nº. 8.745, de 1993 -, e alterações que estabelece as regras para contratação de pessoal por tempo determinado.

Regime e trabalho

Quanto ao Regime de Trabalho, o Art. 20 da Lei nº 12.772, de 2012 estabelece dois tipos:

- I - 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional; ou*
- II - tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais de trabalho.*

Excepcionalmente, o IFB poderá, mediante aprovação do Conselho Superior, admitir a adoção do regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, observando 2 (dois) turnos diários completos, sem dedicação exclusiva, para áreas com características específicas.

Quadro 12 - Quantitativo e percentual de docentes por regime de trabalho

Regime de trabalho	Quantidade	Percentual
20 horas semanais	22	5,31%
40 horas semanais	80	19,32%
Dedicação exclusiva	312	75,36%
Total	414	100,00%

Plano de carreira

Os 414 servidores ocupantes do cargo de Professor deste Instituto estão enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, com base na Lei 11.784 de 2008, e suas alterações: Lei nº 12.772, de 2012 e Lei nº 12.863, de 2013.

O desenvolvimento na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico dos servidores docentes que integram os Quadros de Pessoal do IFB ocorrerá mediante progressão funcional e promoção, na forma do disposto no Art. 14 da Lei nº 12.772, de 2012:

Art. 14. A partir da instituição do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, o desenvolvimento na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico ocorrerá mediante progressão funcional e promoção, na forma disposta nesta Lei.

§ 1º Para os fins do disposto no caput, progressão é a passagem do servidor para o nível de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, e promoção, a passagem do servidor de uma classe para outra subsequente, na forma desta Lei.

§ 2º A progressão na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico ocorrerá com base nos critérios gerais estabelecidos nesta Lei e observará, cumulativamente:

I - o cumprimento do interstício de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício em cada nível; e

II - aprovação em avaliação de desempenho individual.

§ 3º A promoção ocorrerá observados o interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) meses no último nível de cada Classe antecedente àquela para a qual se dará a promoção e, ainda, as seguintes condições:

I - para a Classe D II: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;

II - para a Classe D III: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;

III - para a Classe D IV: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;

IV - para a Classe Titular:

a) possuir o título de doutor;

b) ser aprovado em processo de avaliação de desempenho; e

c) lograr aprovação de memorial que deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante, ou de defesa de tese acadêmica inédita.

O processo de avaliação de desempenho para fins de progressão e de promoção na Carreira de Professor de EBTT seguirá as Diretrizes Gerais estabelecidas pela Portaria nº 554, de 20 de junho de 2013, do Ministério da Educação. O processo de avaliação para acesso à Classe Titular será realizado em conformidade com as Diretrizes estabelecidas pela Portaria nº 982, de 3 de outubro de 2013.

A estrutura remuneratória dos servidores docentes, de acordo com o art. 16 da Lei nº 12.772, de 2012 possui a seguinte composição:

I - Vencimento Básico, conforme valores e vigências estabelecidos no Anexo III, para cada Carreira, cargo, classe e nível; e

II - Retribuição por Titulação - RT.

Para fins de percepção da RT, será considerada a equivalência da titulação exigida com o Reconhecimento de Saberes e Competências – RSC, que poderá ser concedido em 3 (três) níveis: RSC-I, RSC-II e RSC-III.

A equivalência do RSC com a titulação acadêmica, exclusivamente para fins de percepção da RT, ocorrerá da seguinte forma (Redação do § 2º do Art. 18 da Lei nº 12.772, de 2012:

I - diploma de graduação somado ao RSC-I equivalerá à titulação de especialização;

II - certificado de pós-graduação lato sensu somado ao RSC-II equivalerá a mestrado; e

III - titulação de mestre somada ao RSC-III equivalerá a doutorado.

A concessão da RT em equivalência ao RSC deverá considerar os pressupostos, as diretrizes e os procedimentos estabelecidos na Resolução nº 1, de 20 de fevereiro de 2014, do Conselho Permanente para Reconhecimento de Saberes e Competências.

Cronograma de expansão do corpo docente

Até 2018, se prevê a contratação de aproximadamente 350 docentes de maneira a aproximar-se da dotação orçamentária necessária ao completo funcionamento de cada Campus, considerando-se a possível expansão do número de *campi* do IFB para 13.

7.2. CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Os 336 servidores ocupantes do cargo técnico-administrativo em educação são enquadrados no Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação, conforme a Lei nº 11.091, de 2005, com redação alterada pelas Leis nº 11.784, de 2008, e 12.772, de 2012, a estruturação dos cargos integrantes do Plano de Carreira é organizada em cinco níveis de classificação, quais sejam Nível A, B, C, D e E.

Quadro 13 - Evolução do corpo técnico do IFB por classe entre 2009 e 2013

Nível de classificação	2009	2010	2011	2012	2013
E	-	42	63	82	117
D	-	47	73	117	146
C	-	12	21	37	68
Total	-	101	157	236	331

Fonte: DRGP – SIAPE em 27/03/2014

Destaca-se que a organização dos cargos também considera os ambientes organizacionais - a área específica de atuação do servidor -, de acordo com as demandas institucionais e políticas de desenvolvimento dos recursos humanos.

Estão elencados, conforme a lei vigente, dez ambientes organizacionais, a saber: (a) Ambiente Administrativo, (b) Infraestrutura, (c) Ciências Humanas, Jurídicas e Econômicas, (d) Ciências Biológicas, (e) Ciências Exatas e da Natureza, (f) Ciências da Saúde, (g) Agropecuário, (h) Informação, (i) Artes, Comunicação e Difusão, (j) Marítimo, Fluvial e Lacustre.

Quadro 14 - Quantitativo e percentual de técnicos administrativos em educação por classe

Nível de classificação	Quantidade	Percentual
C	68	20,24%
D	151	44,94%
E	117	34,82%
Total	336	100,00%

Fonte: DRGP – SIAPE em 27/03/2014

Critérios de seleção e contratação

A seleção do corpo Técnico-administrativo do IFB se dá por meio de concurso público de provas. O contrato dos Técnicos Administrativos em Educação é regido pela Lei nº 11.091, de 2005, pela Lei nº 8.112, de 1990 e pela Constituição Federal, além da legislação vigente atreladas a essas Leis e a LDB, Lei nº 9.394, de 1996.

Titulação e regime de trabalho

O quadro a seguir apresenta a distribuição, por titulação, dos servidores técnico-administrativos do IFB, e seu respectivo percentual.

Quadro 15 - Quantitativo e percentual de técnicos administrativos em educação por titulação

Titulação	Quantidade	Percentual
Ensino fundamental	-	-
Ensino médio	101	30,06%
Graduação	160	47,62%
Aperfeiçoamento	-	-
Especialização	69	20,54%
Mestrado	5	1,49%
Doutorado	1	0,29%
Total	336	100,00%

Fonte: DRGP – SIAPE em 27/03/2014

Plano de carreira

O Plano de Carreira garante o desenvolvimento na carreira por meio da Progressão por Capacitação. O servidor ingressa na carreira no primeiro nível de capacitação do respectivo nível de classificação. Mediante a participação em cursos de capacitação desde que compatível com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida, o servidor, respeitado o interstício de 18 meses, poderá obter a progressão mudando para o padrão de vencimento imediatamente subsequente.

O desenvolvimento na carreira ocorre também por meio da Progressão por Mérito Profissional, possibilitando que o servidor passe para o padrão imediatamente subsequente ao que ocupa, no mesmo nível de capacitação, a cada 18 (dezoito) meses de efetivo exercício, desde que tenha sido avaliado mediante um processo de avaliação de desempenho.

O Plano de Carreira também estabelece o Incentivo à Qualificação, com a possibilidade do servidor que possui educação formal superior à exigida para o cargo ter um percentual de acréscimo sobre o seu salário, conforme estabelecido em lei.

Cronograma de expansão do corpo técnico-administrativo

Até 2018, se prevê a contratação de aproximadamente 320 técnicos administrativos em educação de maneira a aproximar-se da dotação orçamentária necessária ao completo funcionamento de cada campus, considerando-se a possível de expansão do número de *campi* do Instituto Federal de Brasília para 13.

7.3. POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE SERVIDORES

O Instituto Federal de Brasília busca desenvolver permanentemente os docentes e os técnico-administrativos em educação, bem como melhorar os indicadores de qualificação profissional, por meio de políticas de incentivo a formação continuada, destinadas a fomentar e apoiar as demandas para capacitação e qualificação dos seus servidores.

O IFB, como uma instituição pública de Educação Profissional e Tecnológica que pretende se consolidar no Distrito Federal como uma instituição de qualidade inclusiva e emancipatória, articulada em rede e com a comunidade, entende que promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos seus servidores é uma condição central ao alcance da qualidade social de sua ação educativa.

Neste sentido, no presente documento, são apresentadas as linhas básicas da política de formação continuada dos servidores que compõem o quadro do IFB, as quais estão alicerçadas nos seguintes princípios e prioridades institucionais:

- Incentivo e apoio aos servidores em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais;
- Garantia de acesso dos servidores em eventos de capacitação e qualificação profissional internos ou externos;
- Articulação e integração das políticas de aperfeiçoamento, capacitação e qualificação com as demais políticas de gestão de pessoas, notadamente a de avaliação de desempenho por competências;
- Promoção da capacitação gerencial dos servidores e sua qualificação para o exercício de atividades de direção e assessoramento;
- Oferta e garantia de cursos introdutórios ou de formação, respeitadas as normas específicas aplicáveis a cada carreira ou cargo, aos servidores que ingressarem no IFB, inclusive àqueles sem vínculo efetivo com a administração pública;

- Ampliação e melhoria dos canais de comunicação buscando a transparência, a empatia, a afetividade, o comprometimento e a cooperação nas relações interpessoais, transformando esses valores em crescimento e desenvolvimento, e conseqüentemente, em ganhos de desempenho e produtividade;
- Elaboração do plano anual de capacitação e qualificação da instituição, compreendendo as definições dos temas e as metodologias de capacitação a serem implementadas, a partir da integração dos ambientes organizacionais e das diferentes áreas do conhecimento, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional;
- Avaliação permanentemente dos resultados das ações de capacitação e qualificação no desempenho das funções dos servidores, considerando o resultado das ações de capacitação e a mensuração do desempenho do servidor complementares entre si;
- Estabelecimento de critérios e condições de afastamento para fins de participação dos servidores em Programas e Projetos de Formação Continuada (Capacitação e Qualificação);
- Desenvolvimento do Projeto Educacional;
- Atendimento às demandas decorrentes da criação de novos cursos quer em nível básico, médio, de graduação e pós-graduação;
- Formação de mestres e doutores para atender às demandas de cursos em processo de implantação/implementação e/ou de outras áreas de interesse da instituição;
- Desenvolvimento de projetos de capacitação e de pesquisa voltados para o incentivo à introdução de novas tecnologias nos serviços prestados pela Instituição, com vista ao seu aprimoramento.

As políticas de formação continuada dos servidores do IFB consistirão de Programas/Planos de atualização, graduação, pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*:

- Programa de atualização (apoio à participação em encontros, seminários, congressos, feiras, simpósios, visitas técnicas, dentre outros).
- Programa de Incentivo à Graduação (destinação de vagas em Cursos e Programas do IFB, para o acesso de servidores, desde que estes atendam aos requisitos legais de ingresso nos cursos/programas; bolsas acadêmicas).
- Programa de Incentivo à Pós-Graduação *lato sensu* (bolsas acadêmicas e participação nos programas institucionais).
- Programa de Incentivo à Pós-Graduação *stricto sensu* (concessão de afastamentos totais e/ou parciais; bolsas acadêmicas; programas interinstitucionais).

7.4. CORPO DISCENTE

O perfil de egresso do IFB leva em consideração o atendimento às demandas dos cidadãos, do mercado e da sociedade, bem como a conciliação das demandas identificadas com a vocação e a capacidade institucional.

O perfil do egresso constitui base para a construção do plano de curso, que deverá estar em concordância com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, de Cursos Superiores de Tecnologias e Diretrizes Curriculares e resoluções emitidas pelo CNE.

Formas de acesso

Os processos de ingresso nos cursos do IFB devem prever ações afirmativas e de caráter inclusivo, tendo como instrumento de seleção, a ser aplicados de maneira isolada ou em associação, questionários de trajetória de vida, sorteios públicos, palestras específicas, uso das notas do ENEM (especialmente por meio do Sistema de Seleção Unificada – SISU/MEC e do SISUTEC) e Teste de Habilidades Específicas quando aplicáveis.

Da política de assistência estudantil

A PAE desenvolve ações de permanência que visam à promoção da inclusão social e da redução da evasão dos discentes. Esta política é norteadada pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), regulamentada pelo Decreto nº 7.234, de 2010.

A PAE do IFB atual está em processo de revisão. Os programas e ações de permanência em execução atualmente são:

Programas de apoio pedagógico e financeiro

- Programa Bolsa Monitoria - a finalidade é contribuir para o bom desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem atendendo aos alunos que necessitem de apoio e reforço nas atividades acadêmicas aos alunos em vulnerabilidade socioeconômica e pedagógica. Neste sentido promove-se a integração entre os diferentes segmentos da Instituição e possibilitando a participação dos alunos no processo educacional e nas atividades relativas ao ensino; e
- Programa de apoio ao desenvolvimento técnico científico - o objetivo deste programa é o estímulo ao desenvolvimento técnico e científico dos alunos visando a sua formação intelectual, acadêmica e profissional. O programa poderá ser implementado por meio de pecúnia ou de forma subsidiada pela instituição, mediante parecer social.

Programas de estímulos a permanência

- Programa Auxílio Permanência: é um recurso financeiro de repasse direto ao estudante. Objetiva minimizar as desigualdades sociais vivenciadas pelos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica para contribuir em sua permanência e conclusão dos estudos no IFB;
- Programa de Moradia: disponibilização de residência estudantil para os estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, comprovada por meio de estudo socioeconômico, realizado por assistente social. Este programa atenderá preferencialmente alunos que residam em outros estados; e
- Auxílio Emergencial: em situações emergenciais será disponibilizado auxílio de cunho imediato em que assegura ao assistente social a autonomia para disponibilizar o recurso, baseado por parecer social.

Organização estudantil

Na discussão do PPI que ocorrerá a partir do segundo semestre de 2014 a comunidade do IFB estabelecerá suas normas e processos.

Acompanhamento de egressos

Na discussão do PPI que ocorrerá a partir do segundo semestre de 2014 a comunidade do IFB estabelecerá suas normas e processos.

8. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

8.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL COM INSTÂNCIAS DE DECISÃO

Em conformidade com a Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, o IFB é organizado em estrutura *multicampi* e tem como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes (CD) e o Conselho Superior (CS), e como órgão executivo a Reitoria, unidade de administração central, dirigida por um Reitor e composta por cinco Pró-Reitorias.

8.2. ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL

O Estatuto, o Regimento e Resolução CS nº 001/2017 do IFB apresentam o detalhamento dessa estrutura, compreendendo os órgãos de apoio e assessoramento, as comissões permanentes e de assessoria, as diretorias sistêmicas e demais diretorias, coordenações e núcleos. A Resolução CS nº 001/2017, aprovada pelo Conselho Superior na 22ª reunião extraordinária, realizada em 24 de janeiro de 2017, que apresenta o organograma do IFB (Anexo I) pode ser acessada por meio do Portal do IFB: Acesso Rápido > Portarias e Resoluções > Resoluções > Resoluções 2017. O organograma do IFB compreende:

Órgãos colegiados

Conselho Superior/CS

Colégio de Dirigentes/CD

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão/CEPE

Órgãos executivos da administração geral

Reitoria

- Chefia de gabinete
- Assessoria do Gabinete
- Ouvidoria
- Autoridade Responsável pelo SIC/IFB-AURE

Pró-reitorias

- Pró-Reitoria de Administração

- Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
- Pró-Reitoria de Ensino
- Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
- Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação

Diretorias Sistêmicas

- Diretoria de Comunicação Social
- Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação
- Diretoria de Planejamento e Orçamento

Direção Geral dos *campi*

- Direção Geral Campus Brasília
- Direção Geral Campus Ceilândia
- Direção Geral Campus Estrutural
- Direção Geral Campus Gama
- Direção Geral Campus Planaltina
- Direção Geral Campus Riacho Fundo
- Direção Geral Campus Samambaia
- Direção Geral Campus São Sebastião
- Direção Geral Campus Taguatinga
- Direção Geral Campus Recanto das Emas

Órgãos de assessoramento e comissões

Conselho de Gestor em cada Campus.

Comissão Permanente de Pessoal Docente/CPPD

Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação/CIS

Comissão de Ética/COET

Comissão Própria de Avaliação/CPA

Procuradoria Jurídica Federal

Auditoria Interna (vinculada ao CS)

8.3. ÓRGÃOS COLEGIADOS: COMPETÊNCIAS E COMPOSIÇÃO

Conselho Superior

O Conselho Superior é o órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, é o órgão máximo do IFB e tem a seguinte composição:

- I. Reitor, como presidente;
- II. Representação de, no mínimo, 1/3 (um terço) do número de *campi*, destinada aos servidores docentes, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 04 (quatro) representantes titulares e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma do regulamento a ser editado pelo CS/IFB para esse fim; com direito a uma recondução;
- III. Representação de, no mínimo, 1/3 (um terço) do número de *campi*, destinada ao corpo discente de Cursos Técnicos e Superiores, maiores de 18 (dezoito) anos, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 04 (quatro) representantes titulares e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma do regulamento a ser editado pelo CS/IFB para esse fim; com direito a uma recondução;
- IV. Representação de, no mínimo, 1/3 (um terço) do número de *campi*, destinada aos servidores técnico-administrativos, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 04 (quatro) representantes titulares e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma do regulamento a ser editado pelo CS/IFB para esse fim; com direito a uma recondução;
- V. 02 (dois) representantes titulares dos egressos de Cursos Técnicos e/ou dos Cursos Superiores da Instituição e igual número de suplentes, maiores de 18 (dezoito) anos, eleitos pelos seus pares; com direito a 01 (uma) recondução;
- VI. 11 (onze) representantes titulares e suplentes da sociedade civil, sendo:
 - a) 02 (dois) designados pelas federações patronais listadas no §3º, em sistema de rodízio, com direito a 01 (uma) recondução;
 - b) 01 (um) designado pela organização sindical que representa os servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, listado no §4º, em sistema de rodízio, com direito a 01 (uma) recondução;
 - c) 01 (um) designado pela organização sindical que representa os Estudantes em Ensino Técnico, listado no §5º, em sistema de rodízio, com direito a 01 (uma) recondução;
 - d) 01 (um) designado pelas Centrais Sindicais que representa os trabalhadores, listado no §6º, em sistema de rodízio, com direito a 01 (uma) recondução;

e) 01 (um) designado pelos que representam os Movimentos dos Trabalhadores Rurais e/ou do Campo, listados no §7º, em sistema de rodízio, com direito a 01 (uma) recondução;

f) 01 (um) designado pelas empresas do setor público que tenham como objetivo o desenvolvimento de tecnologias, conhecimentos e informações técnico-científicas, listados no §8º, em sistema de rodízio, com direito a 01 (uma) recondução;

g) 01 (um) designado pelos que representam o Movimento Negro, listados no §9º, em sistema de rodízio, com direito a 01 (uma) recondução;

h) 01 (um) designado pelos que representam os Movimentos de Gênero, listados no §10, em sistema de rodízio, com direito a 01 (uma) recondução;

i) 01 (um) designado pelos que representam as Associações de Pais de Alunos Ensino Médio Integrado e/ou Técnicos Subsequentes, listados no §11, em sistema de rodízio, com direito a 01 (uma) recondução;

j) 01 (um) designado pelos que representam as Associações de Portadores de Necessidades Específicas, listados no §12, em sistema de rodízio, com direito a 01(uma) recondução;

VII. 01 (um) representante titular e seu suplente do Ministério da Educação, designados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;

VIII. Representação de, no mínimo, 1/3(um terço) dos Diretores-Gerais de *campi*, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 04 (quatro) representantes titulares e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental; com direito a uma recondução.

Ao Conselho Superior compete:

I. zelar pela observância dos princípios, finalidades e objetivos do IFB;

II. zelar pelas condições de funcionamento do IFB;

III. deflagrar e aprovar as normas do processo de escolha do Reitor do Instituto Federal de Brasília e dos Diretores-Gerais dos Campus, em consonância com o estabelecido nos Artigos. 12 e 13 da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008;

IV. aprovar as alterações no Projeto Político Institucional (PPI);

V. aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);

VI. aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;

VII. autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico;

VIII. apreciar o Relatório de Gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e a regularidade dos registros;

IX. deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo IFB.

X. autorizar a criação, a alteração curricular e a extinção de cursos no âmbito do IFB, bem como o registro de diplomas, após parecer conclusivo encaminhado pelo CEPE;

XI. aprovar as alterações na estrutura administrativa e no Regimento Geral do IFB, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e a legislação específica; e

XII. deliberar sobre outros assuntos de interesse do IFB levados a sua apreciação pelo Reitor.

XIII. alterar o Regimento Interno do Conselho Superior, o Estatuto do IFB e o Regimento Geral do IFB, ouvida a comunidade escolar.

XIV. aprovar as diretrizes para atuação do IFB e zelar pela execução de sua política educacional;

XV. zelar pela autonomia do IFB, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

XVI. homologar a nomeação, designação, exoneração ou dispensa do auditor chefe da Auditoria Interna do IFB;

XVII. homologar a nomeação, designação, exoneração ou dispensa do para a função de ouvidor do IFB.

Colégio de Dirigentes

O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, possuindo a seguinte composição:

- I. o Reitor, como presidente;
- II. os Pró-Reitores; e
- III. os Diretores-Gerais dos *campi*.

Ao Colégio de Dirigentes compete, de acordo com o Estatuto e Regimento:

- I. apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos;
- II. apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos e para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
- III. propor ao Conselho Superior a alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFB;
- IV. apreciar e recomendar o calendário de referência anual;
- V. apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão;
- VI. apreciar os assuntos de interesse da administração do IFB a ele submetido.

- VII. Opinar nos casos de comodato, cessão, locação e alienação no todo ou em parte de bens imóveis patrimoniados ou não;
- VIII. propor ao Conselho Superior/CS critérios referentes à destinação de cargos docentes nas unidades do IFB;
- IX. propor ao Conselho Superior/CS a distribuição dos cargos docentes vagos;
- X. opinar sobre os demais casos encaminhados pelo Reitor e pelos Pró-Reitores;
- XI. propor as políticas estratégicas do IFB;

8.4. ÓRGÃO DE APOIO A ATIVIDADE ACADÊMICA

Caracterizam-se como órgãos de apoio acadêmico do menor grau para o maior as Coordenações dos Cursos, as Coordenações Pedagógicas, as Coordenações-Gerais de Ensino dos *Campi*, a Coordenação-Geral de Ensino da PREN, a Coordenação-Geral de Articulação Pedagógica, a Coordenação de Permanência e Ações Pedagógicas Estudantis, a Diretoria de Desenvolvimento de Ensino, a Diretoria de Políticas Estudantis e a Pró-Reitoria de Ensino.

9. INFRAESTRUTURA

9.1. PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E DE ATENDIMENTO DIFERENCIADO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O Plano de Acessibilidade visa orientar o IFB na adequação de sua infraestrutura física, no sentido de atender às orientações legais e estar em consonância com sua política de Inclusão. A partir das reuniões das coordenações do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) com a Coordenação de Ações Inclusivas e da realização do Seminário sobre acessibilidade arquitetônica no IFB promovido em 23 de setembro de 2013 com a presença do Núcleo de Engenharia do IFB concluiu-se que todos os projetos executivos de construção dos espaços devem prever acessibilidade e facilidade de locomoção para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. E em áreas já construídas que não possuem acessibilidade, estas áreas deverão passar por adequações a curto e médio prazo. O IFB deverá embasar todas as suas ações nas Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) NBR 9050/2004. “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos”, NBR 9077/2001 - “Saídas de Emergência em Edifícios” e NBR 13994/1999 - “Elevadores de Passageiros – Elevadores para Transportes de Pessoas Portadora de Deficiência”.

Ainda, conforme o Decreto nº 5.296, de 2004, que regulamenta as Leis nº 10.048, de 2000 e Lei nº 10.098, de 2000, cuja prioridade de atendimento é para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, o IFB pretende atender às suas normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade às pessoas com deficiência, de acordo com o que foi definido no artigo 2º:

Acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

O Decreto supracitado define ainda que, “barreira é qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas”. No artigo 24, afirma que:

Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.

Nesse contexto, O IFB por meio de seus Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas realizou um *Checklist* da Acessibilidade e identificou algumas barreiras. Para eliminar tais barreiras, o IFB se compromete a prever o dimensionamento dos seus espaços para acesso de todos os usuários, adequar sanitários, alargar portas e vias de acesso, construir rampas, instalar corrimão e colocar sinalização tátil e visual; bem como adquirir mobiliário acessível, cadeira de rodas, material desportivo acessível e outros recursos de tecnologia assistiva.

Espaços

O IFB providenciará eliminação de desníveis e de limitação ao alcance manual e utilização de áreas para manobras sejam externas ou internas. Haverá a adequação de todos os espaços sendo os blocos de salas de aula, as salas de aula, os laboratórios, o bloco administrativo, o auditório, o ginásio de esportes, o estacionamento, a biblioteca e o refeitório de forma a garantir minimamente a acessibilidade a todo público.

As novas obras e reformas devem prever o que regem as Normas Regulamentadoras, especialmente a NR 17 - ergonomia, no que concerne a iluminação, a ventilação, conforto térmico e acústico dos ambientes.

Será elaborado o zoneamento dos *campi*, e especificando as áreas administrativas, educacionais, de serviços de alimentação, serviços de saúde, moradias estudantis, áreas esportivas, áreas de produção e experimentos e seus respectivos acessos e circulações. Será providenciado um plano diretor para a execução de tais ações.

Quanto à circulação interna dos *campi*

- Os corredores considerados de uso público terão no mínimo, 1,50 m de largura e os demais no mínimo, 1,20m;
- As portas de circulação interna com largura livre mínima de 0,80m, para tanto a folha da porta deverá ter largura superior a 80 cm;
- A área de aproximação frontal em portas deverá ter largura mínima de 1,40m e profundidade de 1,50m;
- As maçanetas das portas serão do tipo alavanca;
- As portas dos sanitários, vestiários ou de salas de aula serão acessíveis com puxador horizontal a uma altura entre 0,90 m a 1,10m com largura de 0,40m;
- As calçadas, passeios e vias exclusivas de pedestres com faixa livre com largura mínima recomendável de 1,50m, sendo admissível de 1,20m de largura e altura livre de 2,10m;

- Serão providenciadas rotas acessíveis nas áreas que ligam os diferentes espaços dos Campus, salas de aula, auditórios, ginásios etc; para aqueles que possuem calçamento que causam trepidação aos usuários de cadeiras de rodas, haverá uma pavimentação nessas áreas a fim de corrigir a trepidação que pode comprometer a saúde do PCD.

Quanto ao refeitório

O refeitório terá pelo menos 5% do total das mesas, com no mínimo uma, acessível a PCR; o refeitório terá pelo menos um exemplar do cardápio em *braille*.

Quanto ao ginásio de esportes

As portas dos sanitários e vestiários terão no mínimo a largura de 0,90cm; os sanitários acessíveis estarão próximos aos locais para a prática de esporte.

Quanto ao auditório

No Campus deverá haver espaço reservado para PCR (pessoa com cadeira de rodas); haverá assento reservado para PMR (pessoa com mobilidade reduzida); haverá assento reservado para PO (pessoa obesa); a quantidade de assentos disponíveis deve estar de acordo com a tabela 8, item 8.2.11 da NBR 9050/2004. Os espaços/assentos reservados serão localizados em uma rota acessível vinculada a uma rota de fuga; localizados com uma garantia de conforto, segurança, boa visibilidade e acústica; localizados em piso plano horizontal; estes espaços deverão permitir a acomodação de o mínimo de um acompanhante. O auditório deverá disponibilizar de alguma tecnologia assistiva para atender no palco as pessoas com deficiência visual e pessoas com deficiência auditiva.

Mobiliários

Os mobiliários serão adequados às necessidades dos usuários. Dessa forma, os *campi* farão as aquisições de mobiliários acessíveis conforme as indicações do NAPNE.

Serviços de transporte

Haverá a providência quanto ao transporte de alunos e servidores, cuja entrada e saída de todos seja independente da capacidade física.

Edificações

Serão construídas rampas de acesso bem como a instalação de elevadores ou plataformas elevatórias em todas as edificações que ainda não dispõem de acessibilidade nos *campi* do IFB, como auditórios e demais pisos superiores.

Sistemas de comunicação e informação

Cada Campus atenderá as normas Técnicas de Acessibilidade Comunicacional da ABNT, especialmente a NBR 9050/2004, bem como o Decreto nº 5.296, de 2004 para adequar-se a uma sinalização adequada a todas as pessoas, respeitando as diferenças e a diversidade humana;

Garantir-se-á a toda a comunidade uma comunicação que respeite as diferenças e as necessidades específicas, por meio da língua portuguesa, língua de sinais brasileira (LIBRAS), o Sistema Braille, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos de mídia acessível, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizada e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, inclusive a tecnologia da informação

E ainda comunicação acessíveis conforme artigo 2º do Decreto nº 6.949, de 2009. Toda a estrutura física, gradativamente, terá sua identificação em Braille, Libras, números, dentre outros, conforme NBR 9050/2004. A Acessibilidade Comunicacional e sinalização sonora será uma construção permanente no IFB. Serão providenciados na entrada de cada Campus totem com indicação dos setores, sinalização tátil de alerta e direcional.

Serviço de tradutor e intérprete de Libras

A Acessibilidade Comunicacional para o público surdo, será providenciada por meio dos Profissionais qualificados em tradução e interpretação em Libras em todos os cursos/turmas em que tiverem alunos surdos ou surdos oralizados matriculados. Assim também para os diferentes eventos internos e externos organizados pelo IFB. Eles profissionais receberão qualificação, sempre que necessário e de acordo, com as indicações do NAPNE.

Dispositivos

Os elevadores e plataformas elevatórias contemplarão a Norma NBR 13994/1999, com botoeiras em braile e alerta sonoro luminoso em cada parada.

O Corpo Técnico de engenheiros e arquitetos receberá capacitação/qualificação necessária na elaboração dos projetos de promoção da acessibilidade.

Quanto a acessibilidade em geral nos *Campus* deverá ser contemplado minimamente:

- a) A entrada de alunos localizada na via de menor fluxo de tráfego de veículos;
- b) Toda a escola com uma rota acessível interligando o acesso de alunos a todas as áreas e setores;
- c) As salas de aula (convencionais e laboratórios) acessíveis;
- d) As salas de aula (convencionais e laboratórios) com mobiliário interno acessível;
- e) As salas de aula (convencionais e laboratórios) com áreas de aproximação e manobra acessível;
- f) As salas de aula (convencionais e laboratórios) com áreas de alcance manual acessíveis;
- g) As lousas da sala de aula com altura inferior máxima de 0,90m do piso;
- h) A biblioteca com publicações em Braille;
- i) As mesas de biblioteca, mesas de salas de aula, mesas de refeitório, terminais de consulta e bancadas destinadas ao uso de cadeirante deverão ter altura máxima de 0,85m e área de aproximação livre mínima equivalente a um módulo de referência (0,80mx1,20m) com altura livre de 0,73m e profundidade entre 0,30 e 0,50m, conforme NBR 9050/2004.
- j) Os bebedouros deverão estar instalados a uma altura entre 0,73m e 0,90m do piso acabado e deverão permitir no mínimo a aproximação lateral de uma cadeira de rodas. No caso de aproximação frontal à altura livre deverá ser de 0,73m.
- k) A biblioteca com publicações em áudio;
- l) Distância mínima de 0,90m de largura entre estantes de livros;
- m) A faixa livre de circulação dos corredores sem vegetação ou jarros ou outros obstáculos que obstruam sua acessibilidade;
- n) Na entrada principal da escola faixa de pedestre com sinalização visual e sonora para pedestre.

Para acompanhar as permanentes adequações em prol da acessibilidade, o IFB constituirá uma Comissão de Acessibilidade que deverá ser composta por todos os engenheiros e arquitetos do quadro do IFB, além representantes dos NAPNE. Esta será uma comissão Geral, a qual terá suas subcomissões nos *Campus*, com representantes da Direção Geral, da DREP e DRAP, além de um representante do NAPNE. Essa comissão Geral de Acessibilidade será organizada pela Pró-reitora de Administração, cuja presidência será de responsabilidade do NAPNE.

9.2. BIBLIOTECAS

Campus Brasília

Quadro 16 - Biblioteca do Campus Brasília

Horário de Atendimento	Espaço Físico	Serviços Oferecidos	Pessoal Técnico-administrativo
8h às 22h	3.000m ²	Empréstimo domiciliar	Auxiliares de biblioteca: 07
	Capacidade para 450 usuários	Empréstimo entre bibliotecas	
	160 estantes	Comutação bibliográfica	
	20 computadores para pesquisa	Disseminação seletiva da informação	Bibliotecário:01
	05 salas de estudo em grupo	Levantamento bibliográfico	
	01 laboratório digital	Acesso à internet	
	01 sala de processamento técnico	Disponibilização de livros eletrônicos	Arquivista: 01
	01 sala de aquisição/seleção	Orientação quanto à normalização de trabalhos acadêmicos	
	01 sala da biblioteca digital	Pesquisa online ao acervo	
	01 sala da direção	Pesquisa em bases de dados	Museólogo: 01
	01 sala para atividades administrativas do museu	Treinamento de usuários para uso de bases de dados	
	01 sala para atividades administrativas do arquivo	Visita orientada à biblioteca	
	04 sanitários para usuários	Renovação de material bibliográfico	Técnico em informática: 01
	04 sanitários para servidores		
02 copas			
03 salas técnicas (informática)	Reserva de material bibliográfico		

Quadro 17 - Acervo da biblioteca do Campus Brasília

Tipo	Área do conhecimento	Qtd. Títulos	Qtd. Exemplares	Ano I 2014	Ano II 2015	Ano III 2016	Ano IV 2017	Ano V 2018
LIVROS	Ciências agrárias	-	-	-	-	-	-	-
	Ciências biológicas	50	270	603	936	1269	1602	1935
	Ciências exatas	179	898	3148	5398	7648	9898	12148
	Ciências humanas	420	2150	4400	6650	8900	11150	13400

Tipo	Área do conhecimento	Qtd. Títulos	Qtd. Exemplares	Ano I 2014	Ano II 2015	Ano III 2016	Ano IV 2017	Ano V 2018
	Ciências da saúde	54	326	659	992	1325	1658	1991
	Ciências sociais	402	1970	4220	6470	8720	10970	13220
	Engenharias	102	597	930	1263	1596	1929	2262
	Linguística, letras e artes	207	1087	3337	5587	4500	6750	9000
PERIÓDICOS	Ciências exatas, ciências humanas, ciências sociais, linguística, letras e artes	11	11	20	30	40	50	60
JORNAIS	-----	1	3	4	6	8	8	8
OBRAS DE REFERÊNCIA	Ciências exatas, ciências humanas, ciências sociais, linguística, letras e artes	16	92	200	300	400	600	800
DVD CD-ROM`s	Ciências exatas, ciências humanas, ciências sociais, linguística, letras e artes	140	140	220	300	400	600	800
		20	60	80	120	160	180	200
ASSINATURAS ELETRÔNICAS	-----	1	1	5	10	15	20	25
MAPAS		-	-	10	20	30	40	50
TESES		-	-	20	40	60	80	100
DISSERTAÇÃO		2	2	20	40	60	80	100
NORMAS TÉCNICAS		-	-	30	60	90	120	150
OUTROS		-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		1605	7607	17906	28222	35221	45735	56249

Formas de atualização do acervo

A atualização e ampliação do acervo é norteada pelas diretrizes da Política de Desenvolvimento de Coleções - PDC, elaborada pelo Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal de Brasília - SIBIFB. Esta se processa de forma contínua, tendo como principal fonte os componentes curriculares dos cursos oferecidos pela Instituição, seguidas as recomendações do MEC para determinar as quantidades de exemplares, da bibliografia básica e complementar, para cada modalidade de curso. Além disso, a ampliação do acervo também se dá por meio das sugestões da comunidade acadêmica encaminhadas à Biblioteca e avaliadas pela equipe técnica.

Destaca-se que anualmente são destinados recursos financeiros para aquisição de novos materiais bibliográficos, audiovisuais e eletrônicos, a fim de que haja o crescimento racional do acervo, constituindo assim uma coleção com alto grau de excelência, tanto qualitativa quanto quantitativa, de forma que melhor atenda aos interesses da comunidade acadêmica.

A estrutura física da biblioteca Campus Brasília acomoda 70.000 itens, sendo assim se calcula que o crescimento do acervo seja de aproximadamente 10.000 itens/ano.

Campus Gama

Quadro 18 - Biblioteca do Campus Gama

Horário de Atendimento	Espaço Físico	Serviços Oferecidos	Pessoal Técnico-administrativo
Segunda a sexta-feira 8h às 22h	- 51 cabines; - 16 mesas com 4 cadeiras; - 25 mesas individuais; - 2 mesas com 4 cadeiras para estudo em grupo; - 9 computadores para pesquisa.	- Consulta ao catálogo online; - Empréstimo domiciliar; - Renovação e reserva pela internet.	- 2 bibliotecárias - 3 auxiliares

Quadro 19 - Acervo da biblioteca do Campus Gama

Tipo	Área do conhecimento	Qtd. Títulos	Qtd. Exemplares	Ano I 2014	Ano II 2015	Ano III 2016	Ano IV 2017	Ano V 2018
LIVROS	Ciências agrárias	82	175	210	252	302	362	434
	Ciências exatas	190	1107	1328	1593	1911	2293	2751
	Ciências humanas	138	655	786	943	1131	1357	1628
	Ciências da saúde	-	-	-	-	-	-	-
	Ciências sociais	144	542	650	780	936	1123	1347
	Linguística, letras e artes	276	976	1171	1405	1686	2023	2427
PERIÓDICOS	Ciências Exatas	-	-	1	2	3	4	5
	Ciências humanas	-	-	1	2	2	2	2
REVISTAS	Ciências Exatas	-	-	-	-	-	-	-
	Ciências humanas	-	-	-	-	-	-	-
	Diversos	5	15	6	7	8	8	8

Tipo	Área do conhecimento	Qtd. Títulos	Qtd. Exemplares	Ano I 2014	Ano II 2015	Ano III 2016	Ano IV 2017	Ano V 2018
JORNAIS	-----	2	60	3	3	3	3	3
OBRAS DE REFERÊNCIA	Ciências Exatas, ciências humanas, linguística, letras e artes	12	65	78	93	111	133	159
VÍDEOS	Ciências exatas, ciências humanas, linguística, letras e artes	4	4	-	-	-	-	-
DVD		53	53	63	75	90	108	130
CD-ROM's		8	8	10	12	14	16	20
ASSINATURAS ELETRÔNICAS	-----	-	-	1	2	3	4	5
MAPAS		-	-	-	-	-	-	-
TESES		-	-	-	-	-	-	-
DISSERTAÇÃO		-	-	-	-	-	-	-
NORMAS TÉCNICAS		-	-	20	30	40	50	60
OUTROS		-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		914	3660	3728	5199	6240	7486	8979

Formas de atualização do acervo

A atualização do acervo é baseado na política de desenvolvimento de acervo adotada pelo Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal de Brasília - SIBIFB. São elaboradas listas de aquisição de materiais bibliográficos nas áreas específicas pelos professores e coordenadores de curso, baseadas na bibliografia básica e complementar dos cursos. Para as áreas gerais e referência à biblioteca estuda a demanda e solicita a compra de materiais informacionais. Os usuários também colaboram indicando títulos e sugerindo materiais.

Campus Planaltina

Quadro 20 - Biblioteca do Campus Planaltina

Horário de Atendimento	Espaço Físico	Serviços Oferecidos	Pessoal Técnico-Administrativo
8:00 às 22:00h	1 Salão de Estudos com 17 mesas de estudo em grupo e capacidade total de 68 lugares. 1 Sala de Estudo Individual com 7 mesas de estudo individual com capacidade total de 7 lugares 1 Sala de Estudo em Grupo com 4 mesas de estudo em grupo e capacidade total de 26 lugares e 9 computadores com acesso à internet Espaço para Leitura de Jornais correntes (3 sofás com capacidade total de 4 lugares)	Empréstimo <i>on line</i> de 10 % do acervo Devolução <i>on line</i> de 10 % do acervo Renovação e Reserva <i>on line</i> de 10 % do acervo Orientação de pesquisa na estante Levantamento Bibliográfico por meio de pesquisa on-line (Internet) Treinamento para uso de Fontes de Pesquisa (Portal da CAPES) Visita Orientada	Técnico administrativo: 5 Bibliotecário: 2 Auxiliar de Biblioteca: 1 Estagiário: 1 Bolsista Pronatec: 1

Quadro 21 - Acervo da biblioteca do Campus Planaltina

Tipo	Área do conhecimento	Qtd. Títulos	Quant. Exemplares	Ano I 2014	Ano II 2015	Ano III 2016	Ano IV 2017	Ano V 2018
LIVROS	Ciências agrárias	3435	5765	6341	6975	7672	8439	9282
	Ciências exatas	998	1703	1873	2060	2266	2492	2741
	Ciências humanas	1022	1450	1595	1754	1929	2121	2333
	Ciências da saúde	159	174	191	210	231	254	279
	Ciências sociais	459	1076	1183	1301	1431	1574	1731
	Linguística, letras e artes	1606	2264	2490	2739	3012	3313	3644
PERIÓDICOS (REVISTAS)	Ciências agrárias	1937	2525	2777	3054	3359	3694	4063
	Ciências exatas	28	28	31	34	37	41	45
	Ciências humanas	232	291	320	352	387	425	467
	Ciências da saúde	27	30	33	37	41	45	50
	Ciências sociais	124	141	155	170	187	205	225
	Linguística, letras e artes	14	14	15	17	19	21	23
OBRAS DE REFERÊNCIA	Ciências agrárias	23	50	60	72	86	103	123
	Ciências exatas	33	102	122	146	175	210	252
	Ciências humanas	10	59	70	84	100	120	144
	Ciências da saúde	4	25	30	36	43	51	61
	Ciências sociais	9	39	46	55	66	79	94

Tipo	Área do conhecimento	Qtd. Títulos	Quant. Exemplares	Ano I 2014	Ano II 2015	Ano III 2016	Ano IV 2017	Ano V 2018
	Linguística, letras e artes	97	648	777	932	1118	1341	1609
VÍDEOS (VHS)*	Ciências agrárias	79	107	107	-	-	-	-
	Ciências exatas	17	18	18	-	-	-	-
	Ciências humanas	38	44	44	-	-	-	-
	Ciências da saúde	14	19	19	-	-	-	-
	Ciências sociais	25	31	31	-	-	-	-
	Linguística, letras e artes	8	8	8	-	-	-	-
DVD	Ciências agrárias	21	39	46	55	67	80	96
	Ciências exatas	3	11	15	21	29	40	56
	Ciências humanas	4	24	28	33	39	46	55
	Ciências da saúde	1	2	6	8	11	15	21
	Ciências sociais	9	57	67	80	96	115	138
	Linguística, letras e artes	7	17	20	24	28	33	39
JORNAIS	-----	-	-	2	4	6	6	6
CD-ROM's	Ciências agrárias	16	27	32	38	45	54	64
	Ciências exatas	6	13	15	18	21	25	30
	Ciências humanas	8	9	10	12	14	16	19
	Ciências da saúde	-	-	1	4	6	8	10
	Ciências sociais	3	5	6	7	8	9	10
	Linguística, letras e artes	-	-	1	2	4	6	8
ASSINATURAS ELETRÔNICAS	---	-	-	1	3	5	6	10
MAPAS	---	2	2	5	10	20	30	40
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	---	5	5	7	11	17	25	38
TESES (DOUTORADO)	---	1	1	-	2	3	4	5
DISSERTAÇÃO (MESTRADO)	---	-	-	-	2	3	4	8

Tipo	Área do conhecimento	Qtd. Títulos	Quant. Exemplares	Ano I 2014	Ano II 2015	Ano III 2016	Ano IV 2017	Ano V 2018
NORMAS TÉCNICAS	---	-	-	1	2	5	6	8
OUTROS	---	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		10484	16823	18599	20364	22586	25056	27827

Formas de atualização do acervo

A atualização do acervo do Campus Planaltina é realizada por meio dos seguintes critérios: aquisição de materiais bibliográficos pela modalidade de compra das edições mais recentes existentes no mercado editorial, recebimento de doações de livros e multimeios levando-se em consideração a indicação em bibliografia básica ou complementar e o período de obsolescência do conhecimento na área específica, e de periódicos visando completar coleções já existentes na Biblioteca, ou que sejam adequados aos conteúdos trabalhados nos cursos que o Campus oferece; atendimento aos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), quantidade existente do material sobre determinada área temática na Biblioteca, conveniência do formato e compatibilização com os equipamentos existentes quando se tratar de acervo multimídia, recebimento de obras publicadas pela Editora do IFB (depósito legal), e adequação da aquisição de acordo com os recursos orçamentários. Faz-se também periodicamente a avaliação da coleção para verificar sua adequação aos objetivos dos cursos, sua atualidade técnico-científica, relevância temática, condição física e autoridade do autor, e destinação das obras para desbastamento (retirada do material de um setor da Biblioteca para outro) ou descarte (retirada definitiva do acervo).

O *Campus* Planaltina possui atualmente 10.484 títulos e 16.823 itens, com previsão de crescimento do acervo de aproximadamente 33% até 2018. Os VHS serão convertidos em CD-ROM ou DVD.

Campus Riacho Fundo

Quadro 22 - Biblioteca do Campus Riacho Fundo

Horário de Atendimento	Espaço Físico para Estudos	Serviços Oferecidos	Pessoal Técnico-Administrativo
09:30 às 21:30 de Segunda-feira a Sexta-feira	112 m ² térreo 72 m ² 1º andar 1 sala de processamento técnico 1 sala de estudo em grupo Cabines de estudo individual	Empréstimo domiciliar Acesso à Internet Wi-Fi Pesquisa online ao acervo Visita orientada à biblioteca Renovação de material bibliográfico Reserva de material bibliográfico	1 auxiliar de biblioteca

Quadro 23 - Acervo da biblioteca do Campus Riacho Fundo

Tipo	Área do conhecimento	Qtd. Títulos	Qtd. Exemplares	Ano I 2014	Ano II 2015	Ano III 2016	Ano IV 2017	Ano V 2018
LIVROS	Ciências agrárias	-	-	-	-	-	-	-
	Ciências exatas	13	69	+10% que 2013	+10% que 2014	+10% que 2015	+10% que 2016	+10% que 2017
	Ciências humanas	50	85	+10% que 2013	+10% que 2014	+10% que 2015	+10% que 2016	+10% que 2017
	Ciências da saúde	1	3	-	-	-	-	-
	Ciências sociais	161	722	+10% que 2013	+10% que 2014	+10% que 2015	+10% que 2016	+10% que 2017
	Linguística, letras e artes	40	140	+10% que 2013	+10% que 2014	+10% que 2015	+10% que 2016	+10% que 2017
PERIÓDICOS	Ciências Exatas	-	-	-	-	-	-	-
	Ciências humanas	-	-	-	-	-	-	-
REVISTAS	Ciências Exatas	1	4	+10% que 2013	+10% que 2014	+10% que 2015	+10% que 2016	+10% que 2017
	Ciências humanas	4	16	+10% que 2013	+10% que 2014	+10% que 2015	+10% que 2016	+10% que 2017
	Ciências Sociais	11	50	+10% que 2013	+10% que 2014	+10% que 2015	+10% que 2016	+10% que 2017
	Diversos	-	-	-	-	-	-	-

Tipo	Área do conhecimento	Qtd. Títulos	Qtd. Exemplares	Ano I 2014	Ano II 2015	Ano III 2016	Ano IV 2017	Ano V 2018
JORNAIS	-----	-	-	1 (assinatura)	-	-	-	-
OBRAS DE REFERÊNCIA	Ciências Exatas, ciências humanas, linguística, letras e artes	10	59	+10% que 2013	+10% que 2014	+10% que 2015	+10% que 2016	+10% que 2017
VÍDEOS		-	-	10	+10% que 2014	+10% que 2015	+10% que 2016	+10% que 2017
DVD	Ciências exatas, ciências humanas, linguística, letras e artes	-	-	10	+10% que 2014	+10% que 2015	+10% que 2016	+10% que 2017
CD-ROM's		3	12	+10% que 2013	+10% que 2014	+10% que 2015	+10% que 2016	+10% que 2017
ASSINATURAS ELETRÔNICAS	-----	-	-	-	-	-	-	-
MAPAS		-	-	-	-	-	-	-
TESES		-	-	-	-	-	-	-
DISSERTAÇÃO		-	-	-	-	-	-	-
NORMAS TÉCNICAS		-	-	-	-	-	-	-
OUTROS		-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		294	1160	-	-	-	-	-

Forma de atualizar o acervo

A aquisição de títulos do acervo é embasada na Política de Desenvolvimento de Bibliotecas do IFB, que é elaborada pelo Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal de Brasília - SIBIFB. O objetivo é atender à comunidade acadêmica do IFB (docentes, alunos e técnico-administrativos). A fonte principal para aquisição de títulos são os componentes curriculares dos cursos oferecidos pela instituição, seguindo as recomendações do Ministério da Educação para determinar a quantidade títulos e exemplares das bibliografias básica e complementar das disciplinas de cada modalidade de curso.

À equipe técnica das bibliotecas compete analisar as sugestões realizadas pela comunidade, visando o crescimento racional e sistemático do acervo, enriquecendo-o com material que apoie as práticas acadêmicas e proporcione o desenvolvimento crítico e intelectual da comunidade acadêmica

Atualmente, o Campus Riacho Fundo desenvolve suas rotinas acadêmicas em local provisório, logo, a biblioteca está sendo construída no espaço definitivo. No ano de 2014, o Campus começará a oferecer o curso de Licenciatura Português/Inglês. Neste momento são oferecidos os seguintes cursos: Técnico em cozinha, cursos FIC e Pronatec.

Campus Samambaia

Quadro 24 - Biblioteca do Campus Samambaia

Horário de Atendimento	Espaço Físico para Estudos	Serviços Oferecidos	Pessoal Técnico-Administrativo
Segunda a sexta-feira, de 07h30 às 21h30.	40 cabines para estudo individual 11 mesas para estudo em grupo ou individual de forma compartilhada 02 salas com uma mesa para estudo em grupo	-Empréstimo domiciliar -Renovação online de material bibliográfico -Reserva online de material bibliográfico -Pesquisa em catálogo online	02 bibliotecários 02 auxiliares de biblioteca

Quadro 25 - Acervo da biblioteca do Campus Samambaia

Tipo	Área do conhecimento	Qtd. Títulos	Qtd. Exemplares	Ano I 2014	Ano II 2015	Ano III 2016	Ano IV 2017	Ano V 2018
LIVROS	Ciências exatas	93	340	357	374	392	392	411
	Ciências biológicas	136	383	402	422	443	465	488
	Ciências humanas	90	260	273	286	300	315	330
	Engenharias	106	499	523	549	576	604	634
	Ciências Sociais	440	900	910	915	920	925	930
	Linguística, letras e artes	400	900	912	924	936	948	960
PERIÓDICOS	Ciências exatas, ciências humanas, ciências sociais, linguística, letras e artes	-	-	6	15	20	25	30
REVISTAS	Ciências Exatas	-	-	-	-	-	-	-
	Ciências humanas	-	-	-	-	-	-	-
	Diversos	3	3	7	8	8	8	8
JORNAIS	-----	1	1	2	3	3	3	3
OBRAS DE REFERÊNCIA	Ciências Exatas, ciências humanas, linguística, letras e artes	28	93	100	105	110	115	120

Tipo	Área do conhecimento	Qtd. Títulos	Qtd. Exemplares	Ano I 2014	Ano II 2015	Ano III 2016	Ano IV 2017	Ano V 2018
VÍDEOS	Ciências exatas, ciências humanas, linguística, letras e artes	-	-	-	-	-	-	-
DVD		5	5	10	30	50	70	90
CD-ROM's		31	114	119	124	130	136	142
ASSINATURAS ELETRÔNICAS	-----	-	-	2	3	3	3	3
MAPAS		-	2	4	4	4	4	4
TESES		-	-	-	-	-	-	-
DISSERTAÇÃO		-	-	-	-	-	-	-
NORMAS TÉCNICAS		450	450	502	504	506	508	510
OUTROS		-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		1783	3948	4129	4266	4401	4521	4663

Formas de atualizar o acervo

O acervo é atualizado de forma a disponibilizar fontes de informação relacionadas aos cursos oferecidos pelo Campus, atendendo às solicitações de docentes, discentes e aos programas das disciplinas.

Campus Taguatinga

Quadro 26 - Biblioteca do Campus Taguatinga

Horário de Atendimento	Espaço Físico para Estudos	Serviços Oferecidos	Pessoal Técnico-administrativo
8h às 22h de segunda a sexta	500 m ² 22 cabines na sala de estudo individual 57 cabines de estudo individuais 12 Computadores para estudos 06 mesas de quatro lugares para estudo em grupo 3 salas de estudo em grupo	Empréstimo domiciliar Acesso à internet Renovação de material bibliográfico Reserva de material bibliográfico Pesquisa online ao acervo DSI Disponibilização de livros eletrônicos Treinamento de usuários para uso de bases de dados Orientação quanto à normalização de trabalhos acadêmicos Comutação bibliográfica	3 bibliotecários 2 Auxiliar de biblioteca 1 Assistente de aluno

Quadro 27 - Acervo da biblioteca do Campus Taguatinga

Tipo	Área do conhecimento	Qtd. Títulos	Qtd. Exemplares	Ano I 2014	Ano II 2015	Ano III 2016	Ano IV 2017	Ano V 2018
LIVROS	Ciências agrárias	1	10	-	-	-	-	-
	Ciências exatas	191	925	+10% que 2013	+10% que 2014	+10% que 2015	+10% que 2016	+10% que 2017
	Ciências humanas	55	216	+10% que 2013	+10% que 2014	+10% que 2015	+10% que 2016	+10% que 2017
	Ciências da saúde	10	35	-	-	-	-	-
	Ciências sociais	178	752	+10% que 2013	+10% que 2014	+10% que 2015	+10% que 2016	+10% que 2017
	Linguística, letras e artes	387	1.194	+10% que 2013	+10% que 2014	+10% que 2015	+10% que 2016	+10% que 2017
PERIÓDICOS	Ciências Exatas	-	-	-	-	-	-	-
	Ciências humanas	-	-	-	-	-	-	-
REVISTAS	Ciências Exatas	5	38	-	-	-	-	-
	Ciências humanas	12	118	-	-	-	-	-
	Diversos	2	94	-	-	-	-	-
JORNAIS	-----	1	Diário	-	-	-	-	-
OBRAS DE REFERÊNCIA	Ciências Exatas, ciências humanas, linguística, letras e artes	14	45	-	-	-	-	-

Tipo	Área do conhecimento	Qtd. Títulos	Qtd. Exemplares	Ano I 2014	Ano II 2015	Ano III 2016	Ano IV 2017	Ano V 2018
VÍDEOS	Ciências exatas, ciências humanas, linguística, letras e artes	0	0	-	-	-	-	-
DVD		12	62	-	-	-	-	-
CD-ROM's		34	171	-	-	-	-	-
ASSINATURAS ELETRÔNICAS	-----	-	-	-	-	-	-	-
MAPAS		-	-	-	-	-	-	-
TESES		-	-	-	-	-	-	-
DISSERTAÇÃO		-	-	-	-	-	-	-
NORMAS TÉCNICAS		-	-	-	-	-	-	-
OUTROS		-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		902	3660					

Formas de atualizar o acervo

Lista anual de compra elaborada com auxílio/indicação de títulos da comunidade acadêmica. Crescimento dos livros técnicos (básicos e complementares) de no mínimo 10% ao Ano.

Campus Taguatinga Centro

Quadro 28 - Biblioteca do Campus Taguatinga Centro

Horário de Atendimento	Espaço Físico para Estudos	Serviços Oferecidos	Pessoal Técnico-administrativo
8h às 22h	58 m ² Capacidade para 14 usuários 12 estantes 02 computadores para pesquisa 04 Estações de trabalho	Empréstimo domiciliar Levantamento bibliográfico Acesso à internet Renovação de material bibliográfico Reserva de material bibliográfico Pesquisa online ao acervo	Bibliotecário: 01 Auxiliares de biblioteca: 02

Quadro 29 - Acervo da biblioteca do Campus Taguatinga Centro

Tipo	Área do conhecimento	Qtd. Títulos	Qtd. Exemplares	Ano I 2014	Ano II 2015	Ano III 2016	Ano IV 2017	Ano V 2018
LIVROS	Ciências exatas	28	45	-	-	-	-	-
	Ciências humanas	11	46	-	-	-	-	-
	Ciências sociais	150	590	-	-	-	-	-
	Linguística, letras e artes	179	711	-	-	-	-	-
PERIÓDICOS	Ciências Exatas	0	-	-	-	-	-	-
	Ciências humanas	0	-	20	-	-	-	-
JORNAIS	-----	2	2	4	6	8	8	8
OBRAS DE REFERÊNCIA	Ciências Exatas, ciências humanas, linguística, letras e artes	7	41	80	120	160	200	240
VÍDEOS	Ciências exatas, ciências humanas, linguística, letras e artes	-	-	-	-	-	-	-
DVD		110	116	200	300	400	500	600
CD-ROM's		20	30	60	90	120	150	180
ASSINATURAS ELETRÔNICAS	-----	0	0	1	3	6	9	12
MAPAS		0	0	-	-	-	-	-
TESES		1	1	-	-	-	-	-
DISSERTAÇÃO		-	-	-	-	-	-	-
NORMAS TÉCNICAS		-	-	-	-	-	-	-
OUTROS		-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		508	1582	365	519	394	867	1.040

Formas de atualizar o acervo

A atualização e ampliação do acervo da Biblioteca Taguatinga Centro segue as diretrizes da Política de Desenvolvimento de Coleções - PDC, elaborada pelo Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal de Brasília - SIBIFB. Esta se processa de forma contínua, tendo como principal fonte os componentes curriculares dos cursos oferecidos pela Instituição, seguidas as recomendações do MEC para determinar as quantidades de exemplares, da

bibliografia básica e complementar, para cada modalidade de curso. Além disso, a ampliação do acervo também se dá por meio das sugestões da comunidade acadêmica encaminhadas à Biblioteca e avaliadas pela equipe técnica.

Destaca-se que anualmente são destinados recursos financeiros para aquisição de novos materiais bibliográficos, audiovisuais e eletrônicos, a fim de que haja o crescimento racional do acervo, constituindo assim uma coleção com alto grau de excelência, tanto qualitativa quanto quantitativa, de forma que melhor atenda aos interesses da comunidade acadêmica.

O acervo da Biblioteca do Campus Taguatinga Centro é voltado principalmente para as áreas de Gestão, Negócios, Teoria Literária e Linguística, atendendo aos cursos de Técnico em Comércio, Especialização em Gestão Pública, Licenciatura em Letras Espanhol, Mulheres Mil, Cursos Técnicos em EAD, FICs e Pronatec.

Campus São Sebastião

Quadro 30 - Biblioteca do Campus São Sebastião

Horário de Atendimento	Espaço Físico para Estudos	Serviços Oferecidos	Pessoal Técnico-Administrativo
08h às 22h de segunda-feira a sexta-feira	112 m ² térreo 72 m ² 1º andar 1 sala de processamento técnico 1 sala de estudo em grupo Cabines de estudo individual	Empréstimo domiciliar Acesso à Internet Wi-Fi Pesquisa online ao acervo Visita orientada à biblioteca Renovação de material bibliográfico Reserva de material bibliográfico	2 bibliotecários 2 auxiliares de bibliotecas 2 bolsistas PRONATEC

Quadro 31 - Acervo da biblioteca do Campus São Sebastião

Tipo	Área do conhecimento	Qtd. Títulos	Qtd. Exemplares	Ano I 2014	Ano II 2015	Ano III 2016	Ano IV 2017	Ano V 2018
LIVROS	Ciências agrárias	-	-	-	-	-	-	-
	Ciências exatas	28	162	+10% que 2013	+10% que 2014	+10% que 2015	+10% que 2016	+10% que 2017
	Ciências humanas	72	354	+10% que 2013	+10% que 2014	+10% que 2015	+10% que 2016	+10% que 2017
	Ciências Biológicas	16	102	+10% que 2013	+10% que 2014	+10% que 2015	+10% que 2016	+10% que 2017

Tipo	Área do conhecimento	Qtd. Títulos	Qtd. Exemplares	Ano I 2014	Ano II 2015	Ano III 2016	Ano IV 2017	Ano V 2018
	Ciências da saúde	13	54	+10% que 2013	+10% que 2014	+10% que 2015	+10% que 2016	+10% que 2017
	Ciências sociais	112	462	+10% que 2013	+10% que 2014	+10% que 2015	+10% que 2016	+10% que 2017
	Linguística, letras e artes	275	1.059	+10% que 2013	+10% que 2014	+10% que 2015	+10% que 2016	+10% que 2017
JORNAIS	-----	1	-	-	-	-	-	-
OBRAS DE REFERÊNCIA	Ciências Exatas, ciências humanas, linguística, letras e artes	14	47	+10% que 2013	+10% que 2014	+10% que 2015	+10% que 2016	+10% que 2017
TOTAL		431	2.240	-	-	-	-	-

Formas de atualizar o acervo

A aquisição de títulos do acervo é embasada na Política de Desenvolvimento de Bibliotecas do IFB, que é elaborada pelo Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal de Brasília - SIBIFB. O objetivo é atender à comunidade acadêmica do IFB. A fonte principal para aquisição de títulos são os componentes curriculares dos cursos oferecidos pela instituição, seguindo as recomendações do Ministério da Educação para determinar a quantidade títulos e exemplares das bibliografias básica e complementar das disciplinas de cada modalidade de curso.

À equipe técnica das bibliotecas compete analisar as sugestões da comunidade, visando o crescimento racional e sistemático do acervo, enriquecendo-o com material que apoie as práticas acadêmicas e proporcione o desenvolvimento crítico e intelectual da comunidade acadêmica

Atualmente, o Campus desenvolve suas rotinas acadêmicas em local provisório, logo, a biblioteca está sendo construída no espaço definitivo. No ano de 2014, o Campus começará a oferecer o curso de Licenciatura Português. Neste momento são oferecidos os seguintes cursos: Técnico em Secretariado Executivo e Secretaria Escolar, cursos FIC e Pronatec.

9.3. ÁREA FÍSICA

O Quadro abaixo apresenta o demonstrativo da área geral do IFB, por *Campi*, antes e durante a vigência do PDI 2008-2013 como forma de apresentar a expansão de sua Infraestrutura nesse período:

Quadro 32 - Área física do IFB

Campus	Área anterior (m²)	Área Construída no quinquênio (2008-2013) (m²)	Área total construída (m²)	Área do terreno Original (m²)/(ha)	Área disponível para a construção (m²)/(ha)
Brasília	-	30.927,20 m ²	30.927,20 m ²	42.000,00 m ²	-
Ceilândia	-	-	7.014,00 m ²	19.800,00 m ²	3.889,16 m ²
Estrutural	-	-	7.014,00 m ²	25.054,74 m ²	11.849,72 m ²
Gama	-	-	10.443,80 m ²	75.197,76 m ²	6.946,61 m ²
Planaltina	150.000,00 m ²	-	19.55,64 m ²	150.000,00 m ²	-
Riacho Fundo	-	-	7.014,00 m ²	60.000,00 m ²	-
Samambaia	-	-	10.443,80 m ²	30.006,05 m ²	-
São Sebastião	-	-	7.014,00 m ²	31.489,63 m ²	-
Taguatinga	-	-	10.443,80 m ²	30.000,00 m ²	-
Taguatinga Centro	7.713,85 m ²	7.713,85 m ²	7.713,85 m ²	2.096,32 m ²	-
Reitoria	-	-	-	-	-
Total	157.713,85 m²	38.641,05 m²	131.303,29 m²	465.644,50 m²	22.685,49 m²

9.4. INSTALAÇÕES

Quadro 33 - Instalações por Campus

Especificações	Quantidade	Área total (m2)	Capacidade de atendimento por turno
Campus Brasília			
Instalações Administrativas	52	1.196	-
Sala de Aula	32	51,9	1280
Sala de Coordenação	12	13,1	-
Sala de Docentes	4	41,67	80
Espaço de Convivência	4	125	1200
Biblioteca	1	1649,4	400
Auditório	1	1600	970
Miniauditório e anfiteatros	3	180	400
Banheiros coletivos - incluindo os adaptados.	29	21	-
Sala de vídeo	2	51,9	60
Laboratórios	24	51,8	557
Museu	1	440,6	400
Laboratório música	1	127,4	80
Campus Ceilândia			
Instalações Administrativas	1	1.209	80
Sala de aula	12	60	400
Sala de coordenação	12	15	60
Sala de docentes	1	35	30
Espaço de convivência para servidores e terceirizados	2	85	60
Biblioteca	1	112	100
Auditório	1	163	180
Miniauditório e anfiteatros	-	-	-
Banheiros coletivos - incluindo os adaptados	17	39	480
Laboratórios	10	60	250
Campus Planaltina			
Instalações Administrativas	14	426,72	-
Sala de Aula	19	1093,64	760
Sala de Coordenação	5	257,93	-
Sala de Docentes	2	105,34	12
Espaço de Convivência	2	427,68	-
Biblioteca	1	560	-
Auditório	1	274	-

Especificações	Quantidade	Área total (m2)	Capacidade de atendimento por turno
Miniauditório e anfiteatros	1	129,15	-
Banheiros coletivos – incluindo os adaptados.	33	550,77	-
Sala de vídeo	1	50	-
Laboratórios	13	880	390
Campus Gama			
Instalações Administrativas	37	1.406	111
Sala de Aula	22	52,3	960
Sala de Coordenação	23	25	69
Sala de Docentes	3	40	30
Espaço de Convivência	2	30	24
Biblioteca	1	428	160
Auditório	1	550	237
Miniauditório e anfiteatros	0	0	0
Banheiros coletivos - incluindo os adaptados.	28	13,3	140
Sala de vídeo	0	0	0
Laboratórios	25	66	960
Instalações Administrativas	37	38	111
Ginásio*	1	1369	250
Sala de Artes*	1	66	40
Campus Planaltina			
Instalações Administrativas	14	426,72	-
Sala de Aula	19	1093,64	760
Sala de Coordenação	5	257,93	-
Sala de Docentes	2	105,34	12
Espaço de Convivência	2	427,68	-
Biblioteca	1	560	-
Auditório	1	274	-
Miniauditório e anfiteatros	1	129,15	-
Banheiros coletivos – incluindo os adaptados.	33	550,77	-
Sala de vídeo	1	50	-
Laboratórios	13	880	390
Alojamentos	31	1272,55	-
Unidade Ens. e Produção (UEP)	5	500	-
Almoxarifado	1	511,42	-
Garagem e Oficinas	1	792	-
Mecanização Agrícola	1	-	-
Campus Riacho Fundo (Provisório)			
Instalações Administrativas	3	70,4	17
Sala de Aula	6	38,10	30

Especificações	Quantidade	Área total (m2)	Capacidade de atendimento por turno
Sala de Coordenação	4	16,64	4
Sala de Docentes	1	27,1	
Espaço de Convivência	1	17,26	12
Biblioteca	1	33,28	19
Auditório	-	-	-
Miniauditório e anfiteatros	-	-	-
Banheiros coletivos - incluindo os adaptados.	4	24,27	8
Sala de vídeo	-	-	-
Laboratórios (Informática)	1	40,51	24
Vestiários	2	16,64	6
Depósito de Insumos de Cozinha	1	41,57	-
Almoxarifado	1	54,22	-
Campus Riacho Fundo (Definitivo)			
Instalações Administrativas	9	185,67	47
Sala de Aula	12	109,27	70
Salas de Coordenação	5	88,75	30
Sala de Docentes	1	35,51	15
Espaço de Convivência	1	17,26	12
Biblioteca	1	155,63	45
Auditório	1	217,97	180
Miniauditório e anfiteatros	-	-	-
Banheiros coletivos - incluindo os adaptados.	18	103,83	
Sala de vídeo	-	-	-
Laboratórios	9	266,71	204
Sala de Reuniões	1	60,63	16
Almoxarifado de Informática	1	16,93	3
Adega/Depósito de bar e restaurante	1	18,26	1
Sala de preparo	1	57,41	4
Depósitos de Insumos	6	23,1	-
Hall de demonstrações	1	128,55	8
Refeitório/ Convivência	1	244,27	72
Cantina	1	17,15	2
Cozinha do Restaurante	1	43,89	6
Lavatório	1	10,57	1
Dispensas	2	24,17	-
Almoxarifado (Expediente)	1	16,40	-
Depósito	1	16,40	-
Sala Multiuso	1	80,59	-
Quadra poliesportiva	1	640,00	-

Especificações	Quantidade	Área total (m2)	Capacidade de atendimento por turno
Campus Samambaia			
Instalações Administrativas	40	25	
Sala de Aula	25	52,3	42
Sala de Coordenação	12	25	
Sala de Docentes	1	72,6	
Espaço de Convivência		1600	
Biblioteca	1	428,2	154
Auditório	1	501,3	240
Miniauditório e anfiteatros	1	175,8	200
Banheiros coletivos - incluindo os adaptados.	24	21,4	6
Sala de vídeo	1	20	10
Laboratórios	12	86	25
Ginásio Esportivo	1	1200	
Campus São Sebastião			
Instalações Administrativas	3	60	45
Sala de Aula	13	60	400
Sala de Coordenação	2	60	35
Sala de Docentes	1	60	35
Espaço de Convivência	1	240	65
Biblioteca	1	185	40
Auditório	1	165	180
Miniauditório e anfiteatros	0	0	0
Banheiros coletivos - incluindo os adaptados.	5	45	500
Sala de vídeo	0	0	0
Laboratórios	11	60	275
Teatro de Arena	1	300	100
Campus Taguatinga			
Instalações Administrativas	34	23	
Sala de Aula	21	52	840
Sala de Coordenação	6	13	
Sala de Docentes	2	20	11
Espaço de Convivência	1	100	
Biblioteca	1	430	160
Auditório	1	550	220
Miniauditório e anfiteatros	2	80	120
Banheiros coletivos - incluindo os adaptados.	23	13	140
Sala de vídeo	0	0	0
Laboratórios	30	60	25
Ginásio	1	1369	250

Especificações	Quantidade	Área total (m2)	Capacidade de atendimento por turno
Instalações Administrativas	2	≅ 193,18	30
Campus Taguatinga Centro			
Sala de Aula	7	≅ 338,77	247
Sala de Coordenação	2	≅ 8,66	1
Sala de Docentes	1	≅ 30,69	6
Espaço de Convivência	1	≅ 27,96	10
Biblioteca	1	≅ 53,87	14
Auditório	0	0	0
Miniauditório e anfiteatros	0	0	0
Banheiros coletivos - incluindo os adaptados.	2	≅ 67,69	12
Sala de vídeo	0	0	0
Laboratórios	2	≅ 68,4	40
Almoxarifado	2	≅ 33,68	Não se aplica
Sala Técnica	1	≅ 13,68	Não se aplica
Copa	1	≅ 22,20	8

9.5. LABORATÓRIOS

Quadro 34 - Laboratórios por Campus

Laboratório	Capacidade de atendimento por turno	Cursos Atendidos	Principais Equipamentos Disponíveis	Descrição de Inovações Tecnológicas Significativas
Campus Brasília				
Eventos Decoração	35	Eventos	2 compressores de ar	
Pratica Eventos Empresa Júnior	35	Eventos	4 computadores e TV	
Informática Bl.A sl 207	30	Técnico, Tecnólogo e Dança	30 computadores e projetor	
Informática Bl. A sl 208	25	Técnico, Tecnólogo e Dança	25 computadores e 1 projetor	
Informática Bl. A sl 209	35	Técnico, Tecnólogo e Dança	35 computadores e projetor	
Informática Bl. A sl 210	32	Técnico, Tecnólogo e Dança	32 computadores e projetor	
Informática Bl. D sl 212	24	Técnico em Informática	24 computadores e projetor	
Informática Manutenção em PC Bl. D sl 209 -	24	Técnico em Informática	10 computadores (sucata)	
Campus Ceilândia				
Informática	60	FIC Informática Básica para a Terceira Idade; Técnico em Serviços Públicos; Técnico em Infraestrutura Escolar EAD.	31 computadores, projetor e lousa.	Inclusão digital do público idoso.
Campus Gama				
Laboratório de Informática 1	40	Todos os cursos	41 computadores e projetor	
Laboratório de Informática 2	40	Todos os cursos	41 computadores e projetor	

Laboratório	Capacidade de atendimento por turno	Cursos Atendidos	Principais Equipamentos Disponíveis	Descrição de Inovações Tecnológicas Significativas
Laboratório de Informática 3	40	Todos os cursos	-	
Laboratório de Informática 4	40	Todos os cursos	-	
Laboratório de Informática 5	40	Todos os cursos	-	
Laboratório de Informática 6	20	Todos os cursos	21 computadores e projetor	
Lab. Química Geral e Inorgânica	20	Licenciatura em Química, Técnico em Química e integrado - Técnico em Alimentos.	Estufa, Balança Analítica, Balança semi-analítica, Banho-maria, Bomba de Vácuo, Chapa de aquecimento com agitação, Condutivímetro, medidor de pH, Deionizador, Medidor de Ponto de Fusão e Refrigerador (Geladeira).	
Lab. Química Analítica e Orgânica	20	Licenciatura em Química e Técnico em Química.	Estufa, Balança Analítica, Banho-maria, Bomba de Vácuo, Centrífuga Refrigerada, Condutivímetro, Medidor de pH, Deionizador, Medidor de Ponto de Fusão, Mufla, e Refrigerador (Geladeira).	
Lab. Processos e Físico-Química	20	Licenciatura em Química, Técnico em Química	Balança Analítica, Balança semi-analítica, Banho-maria, Bomba de Vácuo, Condutivímetro, Estufa, e Refrigerador (Geladeira).	
Lab. Análise Instrumental	20	Licenciatura em Química e Técnico em Química.	Balança Analítica, Banho-maria, Bomba de Vácuo, Condutivímetro, Estufa, Medidor de pH, Turbidímetro, Refratômetro, Cromatógrafo Gasoso e Refrigerador (Geladeira).	
Lab. Pesquisa e Extensão	20	Licenciatura em Química e Técnico em Química.	Estufa, Balança Analítica, Banho-maria, Bomba de Vácuo, Centrífuga, Condutivímetro, Medidor de pH e Refrigerador (Geladeira).	
Lab.de Microbiologia	20	Técnico em Química e Integrado - Técnico em Alimentos.	Estufa bacteriológica (TE- 392/2_ TECNICAL), Banho-maria (Centauro), Centrífuga refrigerada para eppendorfs (SL-703/ Solab Científica), Medidor de pH (MS Tecnopon), Estereomicroscópio (Tecnival), Balança (Shimadzu), Balança analítica (Bel), Contador de colônia (EI TKS)	
Lab. de Ciências	20	Licenciatura em Química e Técnico em Química.	-	
Lab. de Ciências Ambientais	20	Técnico em Agronegócios	Banho termostatizado, Condutivímetro Peagâmetro	
Lab. de qualidade e propriedades físico-químicas de produtos vegetais	20	Técnico em Agronegócios Licenciatura em Química	Câmara Climática, Câmara Climática do tipo B.O.D, Condutivímetro Peagâmetro, Kit para densidade de grãos	
Lab. de Alimentos 1	20	Integrado - Técnico em Alimentos		

Laboratório	Capacidade de atendimento por turno	Cursos Atendidos	Principais Equipamentos Disponíveis	Descrição de Inovações Tecnológicas Significativas
Lab. de Alimentos 2	20	Integrado - Técnico em Alimentos		
Lab. de Logística	20	Técnico em Logística		
Lab. de Cooperativismo	20	Técnico em Cooperativismo		
Lab. de Gestão 1	20	Técnico em Logística; Técnico em Cooperativismo; Proeja em Administração		
Lab. de Gestão 2	20	Técnico em Logística; Técnico em Cooperativismo; Proeja em Administração		
Campus Planaltina				
Microscopia	30	Tecnológico Agroecologia Técnico; Agropecuária; Lic. Biologia; Técnico Agroindústria	Microscópios ópticos Lupas estereoscópicas	
Física	30	Tecnológico Agroecologia; Técnico Agropecuária; Lic. Biologia; Técnico Agroindústria		
Línguas	30	Tecnológico Agroecologia; Técnico Agropecuária; Lic. Biologia; Técnico Agroindústria PRONATEC		
Artes Plásticas	30	Tecnológico Agroecologia; Técnico Agropecuária; Lic. Biologia; Técnico Agroindústria		
Química	30	Tecnológico Agroecologia; Técnico Agropecuária; Lic. Biologia; Técnico Agroindústria		
Informática 1	40	Tecnológico; Agroecologia; Técnico Agropecuária; Lic. Biologia; Técnico Agroindústria PRONATEC	Computador	
Informática 2	40	Tecnológico; Agroecologia; Técnico Agropecuária; Lic. Biologia; Técnico Agroindústria PRONATEC	Computador	
Campus Riacho Fundo (Provisório)				

Laboratório	Capacidade de atendimento por turno	Cursos Atendidos	Principais Equipamentos Disponíveis	Descrição de Inovações Tecnológicas Significativas
Laboratório de Informática	24	Técnico em Transações Imobiliárias Técnico em Recursos Humanos Técnico em Cozinha Informática Cursos dos Programas Mulheres Mil e Pronatec	25 computadores com monitor e periféricos.	Projetor multimídia interativo.
Laboratório de Cozinha	18	Técnico em Cozinha Informática Técnico em Panificação Cursos dos Programas Mulheres Mil e Pronatec	Forno elétrico; fogão industrial; refrigerador, 2 freezers horizontais, forno micro-ondas e 4 mesas aço inox	
Laboratório de Bar e Restaurante	08	Somelier de cervejas	Refrigerador duplex, máquina de café expresso, moedora de grãos, conj. de mesa em madeira retangular, 3 bancos de bar Paris em madeira e 1 armário alto	
Campus Samambaia				
Informática I	35	Cursos FIC, Técnico em Edificações e Técnico em Controle Ambiental	Projetor Multimídia, CPU Desktop 6005 pro, monitor, mesa retangular, 2 cadeiras Giratória, quadro branco côncavo	
Informática II	35	Cursos FIC, Técnico em Edificações e Técnico em Controle Ambiental	Projetor Multimídia; CPU Desktop 6005 pro; monitor, mesa retangular, cadeiras giratória, quadro branco côncavo.	
Informática III	40	Cursos FIC, Técnico em Edificações e Técnico em Controle Ambiental	Projetor multimídia, CPU Desktop 6005 pro; monitor, mesa retangular, cadeira giratória, quadro branco	Impresso Plotter
Topografia	20	Cursos FIC e Técnico em Edificações	Estação total de topografia, nível eletrônico de precisão digital, nível Ótico AT-G6 com tripé e mira, par medidor GPS, teodolito Eletrônico; trena a laser Óptica, armário alto, mesa retangular e cadeira para laboratório	
Solos	20	Cursos FIC e Técnico em Edificações	Agitador de peneiras, aparelho Casagrande elétrico com contador de golpes analógico, aparelho dispersor de solos de bancada, balança de precisão, balança eletrônica, carrinho com duas plataformas para transporte, conjunto para ensaio abr em campo, cronometro digital portátil, Catalogar de temperatura e umidade , destilador de água tipo pilsen, destilador de Femel, dispersor de solos, estufa de secagem e esterilização, extrator de amostras hidráulico cbr/proctor/marshall, furadeira de impacto profissional, makita , medidor de PH digital, medidor de Umidade tipo Speedy, mesa para pesagem hidrostática, mesa vibratória em aço , penetrômetro de cone manual para solos, penetrômetro universal simples , permeâmetro carga constante, permeâmetro carga variável , prensa eletromecânica automática , relógio comparador, repartidor de Amostras, soquete cilíndrico, tanque para banho de provetas com aquecimento , Projetor Multimídia	

Laboratório	Capacidade de atendimento por turno	Cursos Atendidos	Principais Equipamentos Disponíveis	Descrição de Inovações Tecnológicas Significativas
			, CPU , Monitor LCD 20” , NOTEBOOK, frigobar, cadeira para laboratório, mesa retangular, mesa reta	
Águas e Efluentes	25	Cursos FIC e Técnico em Controle Ambiental	Mesa reta, quadro branco, bomba de vácuo e ar comprimido, forno elétrico para tratamento térmico , sistema global de Posicionamento via satélite - GPS, chuveiro lava-olhos, espectrofotômetro digital, medidor portátil de Oxigênio, garrafa de van dorn, fotômetro de chama, triturador trifásico, Banho termostatizado, Destilador de água tipo pilsen, capela para exaustão de gases, agitador Magnético com aquecimento, moinho de facas tipo willye superstar, medidor de PH, coluna deionizador água, cronometro digital portátil, turbidimetro portátil, datalogger de temperatura e umidade, termômetro digital portátil (tipo espeto), chapa aquecedora, bancada para laboratório tipo plataforma para 05 pessoas , refrigerador, balança aço carbono , estufa de esterilização e secagem, lavador Automático de Pipetas decibelímetro digital portátil, manta aquecedora, Jar Test 6 provas digital programável completo, triturador de resíduos orgânicos, britador de mandíbulas e Projector.	
Microbiologia	25	Cursos FIC e Técnico em Controle Ambiental	Mesa reta, quadro branco, microscópio Biológico Binocular, Microscópio com câmera biológico trinocular, chuveiro lava-olhos, banqueta, contador digital de colônias, autoclave vertical, incubadora Bod Microprocessada, estereomicroscópio binocular, banho termostatizado, bancada para laboratório tipo plataforma, refrigerador Duplex, agitador de tubos tipo vortex, lavador Automático de Pipetas, agitador mecânico, bancada de Fluxo laminar horizontal, balança analítica digital , britador de mandíbulas, mesa retangular, mesa retangular, frigobar, CPU, monitor, Impressora , quadro branco com cavalete e Projeter Multimídia.	
Materiais de Construção	20	Cursos FIC e Técnico em Edificações	Luxímetro digital, Luxímetro digital portátil, megômetro digital para medição de resistência de isolamento, tensão alternada e continuidade, multímetro digital, osciloscópio, osciloscópio digital portátil, terrômetro, medição de tensão e resistência de aterramento, aparelho de Vicat, aparelho medidor de ar incorporado para concreto, aparelho medidor de impulso ultrassônico portátil, aparelho para determinação da superfície específica do cimento, aparelho para determinação do teor de ar incorporado ao concreto fresco, aparelho para determinar retenção de água em argamassas, argamassadeira de movimento planetário para mistura de cimentos e argamassas, balança de precisão, balança digital, betoneira, bigorna para calibração de esclerômetro, bomba de vácuo e ar comprimido, célula de carga triaxial, comparador de expansibilidade/retração com barra padrão de aço, cronometro digital portátil, esclerômetro modelo N(suíço) de impacto Schmidt para determinação “inloco” , estufa para secagem e esterilização, makita, máquina para ensaios de abrasão tipo Los Angeles máquina Universal de ensaios mecânicos em materiais, medidor de ar incorporado pelo método presometrico em argamassa, medidor portátil de	

Laboratório	Capacidade de atendimento por turno	Cursos Atendidos	Principais Equipamentos Disponíveis	Descrição de Inovações Tecnológicas Significativas
			consistência do concreto fresco em formas e moldes, motobomba autoescorvante com motor elétrico trifásico, prensa hidráulica elétrica digital, prensa Manual, relógio comparador com base magnético, relógio comparador curso de 10mm, relógio comparador curso de 20mm, termômetro digital portátil, trena a Laser Óptica, vibrador imersão para concreto .	
Campus São Sebastião				
Secretariado	25	Secretariado, Secretaria Escolar	Mesas para simulações, balcão, mesas redondas, armários e cadeiras,	
Saúde e Cuidados	25	Cuidador de Idosos, Monitor Infantil	Chuveiro, pias, vaso sanitário, macas, berços, armários,	
Imagem Pessoal	25	Imagem Pessoal	Lavatórios de cabelo, cadeira de cabeleireiro, macas, armários.	
Multimeios Didáticos	25	Secretariado, Secretaria Escolar, cuidador de idosos, imagem pessoal, línguas, letras português.	Projektor, sistema de som, câmera, mesas trapezoidais, armários,	
Campus Taguatinga Centro				
Laboratório 01	20	Técnico em Comércio FIC em Gestão Comercial Especialização em Gestão Pública Cursos de EaD	20 Máquinas e projetor.	
Laboratório 02	20	Técnico em Comércio FIC em Gestão Comercial Especialização em Gestão Pública Cursos de EaD	20 Máquinas e projetor,	
Campus Taguatinga				
Fabricação Mecânica	16	Eletromecânica / Refrigeração / Automação Industrial	8 tornos, 2 fresas, 2 retíficas, centro de usinagem, torno CNC, afiadora, furadeira de coluna, 10 moto-esmeril, 2 curvadores de tubo e girafa.	
Eletrônica	32	Eletromecânica / Refrigeração / Automação Industrial/ Informática	16 fontes de tensão, 21 osciloscópios, 16 geradores de funções, 25 multímetros digitais, 29 alicates amperímetros, 1 fresadora CNC, 1 fresadora Laser, 2 fornos, 2 estações de solda, 1 banho químico, 1 posicionador de componentes eletrônicos, 3 computadores, ferramentas diversas, Data show.	
Materiais	8	Eletromecânica / Refrigeração / Automação Industrial	Máquina de ensaio universal, embutidora metalográfica, 2 politrizes metalográficas, durômetro, computador.	
Soldagem	16	Eletromecânica / Refrigeração / Automação Industrial	8 máquinas de solda elétrica, 3 máquinas TIG, máquina MIG-MAG, cilindros de gás, EPIS e ferramentas, computador	
Metrologia	16	Eletromecânica / Refrigeração / Automação Industrial / Física	Máquina de medição por coordenadas, projetor de perfil, microscópio de medição, câmera termográfica, medidor de vibração, medidor de espessura por ultrassom, calibrador de paquímetro, calibrador de relógio comparador e	

Laboratório	Capacidade de atendimento por turno	Cursos Atendidos	Principais Equipamentos Disponíveis	Descrição de Inovações Tecnológicas Significativas
			calibrador de micrômetro, 140 paquímetros, 160 micrômetros, 40 relógios comparadores, 40 relógios apalpadores, 9 jogos de blocos padrão, 50 suportes, 2 computadores e projetor.	
Pneumática/ Hidráulica/ Manutenção Industrial	32	Eletromecânica / Refrigeração / Automação Industrial	12 bancadas de pneumática, bancada hidráulica, 12 bancadas de automação e controle, peças de máquinas diversas e ferramentas, computador e projetor	
Eletrotécnica	32	Eletromecânica / Refrigeração / Automação Industrial / Física / Informática	1 bancada didática, 1 kit de eletrotécnica, 1 kit de medidas elétricas, 1 kit de servo comando, 1 kit de partida estática, 1 kit de CLP, 1 computador, Datashow.	
Pesquisa de Moda	16	Vestuário/Design de Moda/Artesanato	Mesas de apoio e cadeiras, Datashow	
Costura 1	32	Vestuário/Design de Moda/Artesanato	Maquinas de costura industriais e acabamento	
Costura 2	32	Vestuário/Design de Moda/Artesanato	Maquinas de costura reta e máquinas especiais, Datashow	
Criatividade	16	Vestuário/Design de Moda/Artesanato	Mesas de apoio e cadeiras, Datashow	
Corte e Modelagem	32	Vestuário/Design de Moda/Artesanato	Máquina de infesto, 50 manequins, 1 bordadeira, 1 serra de tecido e 2 máquinas de acabamento, Datashow	
Desenho	32	Eletromecânica / Refrigeração / Automação Industrial / Vestuário/ Design de Moda/ Artesanato	32 pranchetas e bancos, Datashow	
Hardware	25	Informática	50 multímetros, 12 computadores, ferramentas e mesas de apoio, Datashow	

Quadro 35 – Aquisição de equipamentos para laboratórios, por Campus

Laboratório	2014	2015	2016	2017	2018
Campus Brasília					
Gestão Jogo Empresarial		Mesa interativa, tela interativa e computadores			
Eventos Decoração	Computador , impressora colorida, cx de som, mesa de som e pedestais cx. Som	Computador , impressora colorida, cx de som, mesa de som e pedestais cx. Som			
Laboratório Musica		acústica da sala Bl. D 127,4m2			
Campus Ceilândia					
Informática 1 e 2		Computadores; projetor de imagem; lousa; lousa móvel, tela móvel.			
Equipamentos Biomédicos		Fonte de Alimentação Digital Tripla, Gerador de funções de 10 MHz, Multímetro digital de bancada, Osciloscópio Digital,			

Laboratório	2014	2015	2016	2017	2018
		<p>Multímetro Digital com Bateria recarregável, Protoboard Sem Solda, Pontas de Prova de Osciloscópio, Alicates universal com isolamento, Alicates de corte diagonal com isolamento, Alicates de bico com isolamento, Alicates decapador de fios, Chaves de fenda tamanhos variados, Chaves Philips tamanho variado, Martelo de pena, Ferro para soldar, Furadeira industrial e mandril, Cabo banana, 4mm, preto, vermelho, azul, verde, amarelo, Cabo banana pino agulha, 4 mm, preto, vermelho, Cabo 2mm vermelho, e, Cabo 2mm preto, branco, verde e azul, Conectores Elétricos, tipo mola, Fita isolante, Resistor de filme de carbono com resistências variadas, Capacitor tensão mínima variada e picofarads variados. Capacitor tensão mínima variadas e com capacitância nanofarads variadas, Notebook, Processador Intel Core i7, 8 GB de memória RAM, Disco Rígido com capacidade de 1 TB, com sistema operacional Windows 8</p>			
Eletrônica Digital		<p>Bancada Didática com Instrumentação Integrada para Ensino de Eletrônica Digital, Multímetro Analógico de sensibilidade, Multímetro Digital com Bateria recarregável, Alicates universal com isolamento, Alicates de corte diagonal com isolamento, Alicates de bico com isolamento, Chaves de fenda, Lupa com iluminação, Protoboard sem solda, Pontas de Prova de Osciloscópio, Pontas de Prova Lógica, Circuito Integrado (diversos), Cabo de conexão tipo BNC - Garra para Gerador de Funções, LED mm e cores variadas, Cabo de conexão do tipo Pino banana - Garra Jacaré nas cores Vermelho e Preta, Cabo de conexão do tipo Garra - Garra (Jacaré) nas cores Vermelha e Preta Gravador e debugador de microcontroladores PIC e dSPIC via USB 2.0, compatível com todas as portas USB, compatível com os microcontroladores PIC das famílias 12F, 16F, 18F e 30F e 100% compatível com Windows 7 e Windows 8, Kit didático dsPIC30F3012, Kit didático para microcontrolador PIC18F4550.</p> <p>Gravador incluído. Cristal quartzo, Soquete para circuito integrado estampado pinos variados, Microcontrolador PIC (variados), Notebook, Processador Intel Core i7, 8 GB de memória RAM, Disco Rígido com capacidade de 1 TB, com sistema operacional Windows 8.</p> <p>Alicates Amperímetro Digital, Alicates Wattímetro Digital, Fonte Simétrica com modos de corrente constante, Gerador de Funções Digital, Lupa Com Iluminação, Multímetro Digital, Multímetro Digital De Bancada, osciloscópio digital com duas entradas</p> <p>Analógicas, Capacímetro digital, osciloscópios digitais com duas entradas analógicas faixa de frequência variada, Gerador De Funções, Paquímetro Universal, Protoboard, Sugador De Solda Manual, Ferro de solda, Alicates Com Catraca, Alicates De</p>			

Laboratório	2014	2015	2016	2017	2018
		<p>Bico Meia-Cana, Alicates De Corte Diagonal, Alicates para cabo coaxial, Alicates push down, Decapador para cabo UTP, Alicates universal com isolamento, Alicates de corte diagonal com isolamento, Alicates de bico com isolamento, Alicates decapador de fios, Chave de Fenda de tamanhos variados, Chave Philips de tamanho variados, Martelo de pena, Régua de madeira, Arco de serra para lâmina, Rolo de fita isolante antichamas, Cortador de placa de circuito impresso com régua metálica, Resistores de filme de carbono com resistências variadas, Transistor BC variados, Capacitores tensão variadas e capacitância picofarads variadas, Capacitores tensão variadas e capacitância nanofarads variadas, Diodo retificador de corrente, Diodo de sinal, Diodo emissor de luz (LED) mm e cores variados, Potenciômetro linear rotativo simples metálico vertical, Soquetes para circuito integrado estampado pinos variados, Circuito Integrado regulador de tensão, Transformador de baixa tensão, Conector do tipo plug, Chave micro switch pequena, Chave DIP switch, Conector tipo Jack P2, Notebook</p>			
Eletrotécnica		<p>Conjunto Didático para realização de experimentos sobre Instalações Elétricas Residenciais, Quadro de distribuição bifásica e trifásica, Interruptor simples, Interruptores paralelos, Tomada 10A / 250V, Pulsador de campainha, Soquete para lâmpada de rosca, Soquete para lâmpada fluorescente, Reator convencional para lâmpada, Reator eletrônico para lâmpada fluorescente, Cabo banana, 4mm, preto, vermelho, azul, verde e amarelo, Cabo banana pino agulha, 4 mm, preto e vermelho, Cabo 2mm vermelho, preto, branco, verde e azul, Conectores Elétricos, tipo mola, Fita isolante, Alicates universal com isolamento, Alicates de corte diagonal com isolamento, Alicates de bico com isolamento, Alicates decapador de fios, Chave de fenda tamanho variados, Chave Philips tamanho variado, Martelo de pena, Régua de madeira 1m, Arco de serra para lâmina, Grifo 8", Ferro para soldar, tipo machadinha, Furadeira industrial portátil 600W, mandril 13mm (1/2"), Morsa de bancada, Protoboard sem Solda, Multímetro Analógico de sensibilidade 20k/V e Bateria 9 V, Multímetro Digital com Bateria recarregável, Alicates Amperímetro Digital, Alicates wattímetro digital, Fonte simétrica com modos de tensão e corrente constante, Gerador de funções digital, Lupa com iluminação, Osciloscópio digital com duas entradas, Resistor de filme de carbono resistências variadas, Capacitores tensão variadas e capacitância nanofarads variadas, Diodo retificador de corrente, Diodo de sinal, Diodo emissor de luz (LED) mm e cores variados.</p>			
Controle e Automação		<p>Conjunto KIT equipamento para apenas para uso acadêmico (apenas placa), Controlador Lógico Programável, Módulo de expansão Analógico, Interface Homem Máquina – IHM, Inversor</p>			

Laboratório	2014	2015	2016	2017	2018
		de Frequência, Kit Eletropneumático, Notebook , Software MATLAB, Protoboard, Fonte de alimentação de bancada, Multímetro de Digital de bancada			
Equipamentos eletrônicos e circuitos elétricos		Alicate Amperímetro Digital, Alicate Wattímetro Digital, Fonte Simétrica, Gerador De Funções Digital, Lupa Com Iluminação, Multímetro Digital, Multímetro Digital De Bancada, Osciloscópio Digital, Capacímetro digital, Fonte Regulável, Gerador De Funções, Paquímetro Universal, Protoboard, Sugador de solda manual , Ferro de solda, alicate com catraca, Alicate De Bico meia-cana, Alicate de corte diagonal, Alicate para cabo coaxial, Alicate push down, Decapador para cabo, Alicate universal com isolamento, Alicate de corte diagonal com isolamento, Alicate de bico com isolamento, Alicate decapador de fios, Chave de fenda tamanho variados, Chave Philips tamanho variados, Régua de madeira, Arco de serra para lâmina, Grifo 8, Rolo de fita isolante antichamas, Cortador de placa de circuito impresso com régua metálica, Resistores de filme de carbono com valor de resistência variadas, Transistor BC variados, Capacitores de tensão mínima de 50 volts com capacitâncias variadas, Capacitores eletrolítico radial com tensões e capacitância variadas, Diodo retificador de corrente, Diodo de sinal 1N4148, Diodo emissor de luz diâmetros e cores variadas, Potenciômetro linear rotativo, Placa de fenolite virgem para circuito impresso com uma e duas faces, Soquete para circuito integrado estampado pinos variados, Circuito Integrado regulador de tensão LM 7805 e LM 7812, Circuito integrado 7404, LM555 e 4081, Transformador de baixa tensão, Conector do tipo plug P2 mono metálico, Chave micro switch pequena com haste de 27 mm com roldana, Chave DIP switch de 8 pinos, Conector tipo Jack P2 mono, Notebook, Software de Simulação de Circuitos Elétricos			
Campus Gama					
Informática	Solução Multimídia, Computador		Solução Multimídia, Computador		Solução Multimídia, Computador
Química Geral e Inorgânica	Solução Multimídia e Agitador de Tubos de Ensaio				
Química Analítica e Orgânica	Agitador Eletromagnético				
Processos e Físico-Química	Agitadores Magnético e Balanças Eletrônica de Precisão				
Análise Instrumental	Balança Tríplex Escala e Bomba D'água				
Pesquisa e	Centrífuga Refrigerada de Bancada				

Laboratório	2014	2015	2016	2017	2018
Extensão					
Microbiologia	Colorímetro				
Ciências	Condutivímetro de Bancada				
Ciências Ambientais	Conjunto Emilia com Manômetro				
Qualidade e propriedades físico- químicas de produtos vegetais	Conjunto para termometria termoeétrica, crômetro digital, densímetro, automático digital, destilador de água tipo pilsen, estufa de secagem e esterilização, estufa de secagem e esterilização evaporador rotativo à vácuo, fonte de alimentação , forno mufla, fotômetro fe chama, freezer vertical, lavadora ultra-sônica liquidificador e trituradormanta aquecedora, medidor de fluxomedidor venturimicro destilador de etanolmicropipeta mecânicamoinho de bolas de bancadamultímetro digitalpaquímetro digitalpeneira tylerpipeta automáticaponto de fusão digital refratômetro de bancadasistema de produção de água reagentetermômetro digitalbarrilete de água bandeja em polietilenolavador automático de pipetasdestilador de água tipo pilsen banho ultratermostático				
Alimentos	Solução Multimídia, Freezer horizontal, Geladeira com refrigeração, Microondas, Purificador de água, Balança industrial, Batedeira de Manteiga, Conjunto de prensas com capacidade para 50 formas, desnatadeira, dosador/selador, fermenteira <i>starter</i> , iogurteira capacidade 50L, máquina para fabricação de sorvete, pasteurizador, seladora de bancada para bandejas PVC sistema gerador de água gelada/água quente, tacho para doce de leite, Tanque de fabricação retangular, tanque desador, amolador de facas elétrico, balança analítica e digital, cutter comenuizador de carnes microcutter, defumador a gás, embutideira hidráulica, Instalação hidráulica com mangueiras flexíveis de alta pressão, estufa de cozimento, exaustor industrial, fogão Industrial , liquidificador doméstico e industrial, Misturador de massas para embutidos, moedor de carne industrial, Phmetro de bancada digital, secador à gás Potência 1/40, seladora de bancada à vácuo, seladora de pedal, Tacho a gás com geração de vapor, tanque para óleo, Vacuômetro analógico, Armário de crescimento para pães, Dispositivo de segurança, Cilindro laminador, densímetro digital Portátil, divisora de massa, fatiadora de pães, forno turbo, masseira basculante, modeladeira de pães, moinhos de percussão rotativos				
Microbiologia	Barrilete, Destilador Construído, Homogeneizador “stomacher” , Ultra FreezerBalança analítica, pipetador automático, bomba de vácuo e compressor de ar estufa de				

Laboratório	2014	2015	2016	2017	2018
	secagem e esterilização cronômetro digital estufa bacteriológica, agitador orbital com incubadora estufas incubadoras para B.O.D Jarra de anaerobiose (Jarra de Gaspak) e Impressora.				
Logística	Solução Multimídia, Softwares específicos e Computadores				Softwares específicos e Computadores
Cooperativismo	Solução Multimídia, Softwares específicos e Computadores				Softwares específicos e Computadores
Gestão	Solução Multimídia, computadores e Softwares específicos				Solução Multimídia, computadores e Softwares específicos
Campus Riacho Fundo					
Informática	Projeter interativo.				
Bar e Restaurante	Freezer vertical e freezer horizontal				
Laboratórios de Cozinha	Adega de vinhos, amplificador de som, armário para assadeiras, balança de piso, balança digital, balcão refrigerado, batedeira, batedeira planetária, blender, câmara de fermentação controlada, câmara fria de congelamento, câmara fria de resfriamento, cilindro coifa, cutter de mesa, divisora de massas manual, embaladora manual, estante para câmara fria, estante para estoque, blender, extrator de citricos, fatiadora de frios, fatiadora de pães, fogão 4 bocas, forno combinado forno de lastro, freezer, freezer vertical, fritadeira liquidificador, máquina de café expresso, máquina de gelo, máquina de lavar copos, masseira extrator de citricos, liquidificador Microondas Mixer de mão, Modeladora, moedor de carnes, moinho para grãos de café, Papeleira, processador de alimentos, refrigerador, Resfriador de água, Resfriador rápido Seladora da vácuo, tela retrátil, computador + Monitor, Impressora, Caixa de som 75w e projetor.			Amplificador de som, balança digital, batedeira, batedeira planetária, blender caixa de som 75w, extrator de citrico liquidificador, mixer de mão processador de alimentos.	
Campus Samambaia					
Música	Mesa de som de no mínimo 12 canais, amplificador, pedestais articulados para microfones, microfones, microfones condensadores com pedestais violões Nylon Encordoamentos para violões Nylon, estantes de partituras e desmontáveis, suportes/apoio para os violões, teclado arranjador e apoios de pés para violonistas				

Laboratório	2014	2015	2016	2017	2018
Materiais de Construção Tipografia	<p>Agitador de peneiras eletromagnético Luxímetro digital – Luxímetro digital portátil Megômetro digital, aparelho para determinação da superfície específica do cimento, balança de precisão balança digital, bomba de vácuo e ar comprimido, aparelho para ensaio de arrancamento manual com indicador digital de força, balança eletrônica digital, balança mecânica, bomba de vácuo e ar comprimido para laboratório, com manômetro, vacuômetro e reguladores celula de carga cap. 10 TON --10000kgf Celula de carga cap. 5 TON--5000kgf Contador de golpes para Mini-- MCV Dispositivo de Rilen, Estufa microprocessada de secagem Furadeira de Impacto Higrotermômetro para ambientes Infiltrômetro para Campo Kit com 2 LVDT's para módulo de resiliência Localizador de barras de aço e determinador do cobrimento de concreto em barras Medidor de ar incorporado pelo método pressométrico em argamassa Medidor de Densidade de Solo Paquímetro Universal Penetrômetro de Cone para Solo Penetrômetro MCT Prensa para adensamento Prensa para ensaio mini--CBR Relógio comparador analógico Secador de ar comprimido por resfriamento, soquete CBR/Proctor elétrico, umidificador centrifugo de aspersão, cisalhamento direto, coletor de dados para prensa de adensamento com software, compressor de ar pressão máxima, equipamento completo p/sondagem a percussão granulometro laser para análise granulométrica de materiais com faixa de medição 0,2 microns a 500 microns, indicador digital para transdutor, triaxial estático automático para solos c/ 1 câmara triaxial estático e dinâmico para solos.</p>				
Solos	Termômetro digital portátil (tipo espeto), relógio comparador curso de 10mm	Termômetro digital portátil (tipo espeto), relógio comparador curso de 10mm, balança de precisão de 0,01g – capacidade 2100g, balança eletrônica de precisão 0,1g e carga de 5000g, estufa de secagem e esterilização cronometro digital portátil.	Conjunto para ensaio cbr em campo	Agitador de peneiras eletromecânico de bancada	
Tipografia	Estação total de topografia, nível Eletrônico de precisão digital, teodolito eletrônico, agitador mecânico digital autoclave vertical câmara climática com controle de umidade, chapa aquecedora retangular microprocessada espectrofotômetro, estufa de secagem com circulação/renovação de ar e viscosímetro digital giratório de bancada	Nível Eletrônico de precisão digital, estação Total de topografia.			
Produção Moveleira	Produção moveleira, agitador mecânico digital, autoclave vertical câmara climática com controle de umidade relativa e temperatura, chapa aquecedora retangular, microprocessada espectro fotômetro, estufa de secagem com circulação/renovação de ar , viscosímetro digital giratório de bancada				

Laboratório	2014	2015	2016	2017	2018
Meio Ambiente	analítica com calibração externa, bloco digestor Micro Estereomicroscópio binocular, microscópio biológico binocular, contador digital de colônias, clorímetro portátil para cloro balança analítica digital – 210gx0,0001g, agitador jar test 6 provas básico, agitador mecânico digital, capacidade, balança analítica com calibração externa bloco digestor m micro estereomicroscópio binocular Microscópio biológico binocular contador digital de colônias clorímetro portátil para cloro balança analítica digital – 210gx0,0001g, condutivímetro portátil, com temperatura automática digestor. destilador de Kjeldahl, espectrofotômetro UV/Vis, display "TOUCH SCREEN", estufa de secagem analógica medidor de pH de bancada microprocessa, medidor multiparametros digital de bancada, microcentrífuga para 24 tubos de 1,5 µL, turbidímetro portátil e turbidímetro para amostra de 15mL	Agitador magnético com aquecimento datalogger de temperatura e umidade, medidor portátil de Oxigênio e Garrafa de van dorn.			
Campus São Sebastião					
Secretariado	Mesas para simulações, balcão, mesas redondas, armários e cadeiras.				
Saúde e Cuidados	Chuveiro, pias, vaso sanitário, macas, berços, armários.				
Imagem Pessoal	Lavatórios de cabelo, cadeira de cabeleireiro, macas, armários.				
Multimeios Didáticos	Projetor, sistema de som, câmera, mesas trapezoidais, armários.				
Informática	Computadores, mesas, armários.				
Campus Taguatinga					
Eletromecânica	Equipamentos para automação industrial e adequação dos laboratórios	Equipamentos para automação industrial e adequação dos laboratórios	Equipamentos para automação industrial e adequação dos laboratórios	Equipamentos para automação industrial e adequação dos laboratórios	Equipamentos para automação industrial e adequação dos laboratórios
Informática	Computadores, servidores, equipamentos de rede de computadores, analisadores de protocolo, analisadores de rede, e equipamentos de telecomunicações	Computadores, servidores, equipamentos de rede de computadores, analisadores de protocolo, analisadores de rede, e equipamentos de telecomunicações	Computadores, servidores, equipamentos de rede de computadores, analisadores de protocolo, analisadores de rede, e equipamentos de telecomunicações	Computadores, servidores, equipamentos de rede de computadores, analisadores de protocolo, analisadores de rede, e equipamentos de telecomunicações	Computadores, servidores, equipamentos de rede de computadores, analisadores de protocolo, analisadores de rede, e equipamentos de telecomunicações
Física	Equipamentos de mecânica, termodinâmica, óptica, eletricidade, física moderna, vibração, fluidos	Equipamentos de mecânica, termodinâmica, óptica, eletricidade, física moderna, vibração, fluidos	Equipamentos de mecânica,	Equipamentos de mecânica,	Equipamentos de mecânica,

Laboratório	2014	2015	2016	2017	2018
			termodinâmica, óptica, eletricidade, física moderna, vibração, fluidos	termodinâmica, óptica, eletricidade, física moderna, vibração, fluidos	termodinâmica, óptica, eletricidade, física moderna, vibração, fluidos
Química	Equipamentos de química para o ensino médio e licenciatura	Equipamentos de química para o ensino médio e licenciatura	Equipamentos de química para o ensino médio e licenciatura	Equipamentos de química para o ensino médio e licenciatura	Equipamentos de química para o ensino médio e licenciatura
Biologia	Equipamentos de biologia para o ensino médio e licenciatura	Equipamentos de biologia para o ensino médio e licenciatura	Equipamentos de biologia para o ensino médio e licenciatura	Equipamentos de biologia para o ensino médio e licenciatura	Equipamentos de biologia para o ensino médio e licenciatura
Campus Taguatinga Centro					
Informática	Computador Desktop, Mesa de 120cm, Cadeiras	Computador Desktop, Mesa de 120cm, Cadeiras	Computador Desktop, Mesa de 120cm, Cadeiras	Computador Desktop, Mesa de 120cm, Cadeiras	Computador Desktop, Mesa de 120cm, Cadeiras

9.6. CRONOGRAMA DE AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

Não há previsão de ampliação das Instalações Físicas dos dez *campi* do IFB, mas a consolidação dos *campi* já estabelecidos. Poderá haver, no entanto, previsão de ampliação do número de *campi*, segundo proposta de expansão governamental da Rede Federal. No âmbito do Instituto Federal de Brasília considera-se para cálculos, a criação de mais três *campi* nos próximos cinco anos.

9.7. PRINCÍPIOS NORTEADORES PARA A CARACTERIZAÇÃO DE NOVOS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA

Os quadros abaixo pretendem orientar a implantação de novos espaços, descritos Cronograma de expansão da infraestrutura para o período de vigência do PDI, para o Instituto Federal de Brasília, apresentando na forma de indicadores uma proposta de avaliação e acompanhamento que pode ser realizada ainda na etapa de contratação, especificação de projeto básico para licitação.

Entende-se por princípio uma característica construtiva intrínseca ao partido de projeto, ou seja, diz respeito às decisões preliminares de projeto, que precisam ser consideradas antes das demais decisões. Já os critérios de dimensionamento são parâmetros para o detalhamento ou dimensionamento dos espaços já caracterizados pelos princípios de projeto no partido arquitetônico.

Quadro 36 - Princípios norteadores para a caracterização de novos investimentos em infraestrutura

Descrição	Caracterização
Flexibilidade	
Quando a edificação é concebida considerando o dinamismo da atividade e possíveis mudanças ao longo de sua vida útil.	Regularidade e modulação estrutural; Uso de espaços padronizados (módulos e submódulos espaciais); Independência de instalações entre unidades, possibilitando isolamentos para manutenção sem atingir outras unidades. Preferencialmente utilizar shafts e espaços intersticiais de manutenção com entrada independente; Uso de paredes não estruturais; Utilizar pé direito com folga para possíveis passagens de instalações horizontais futuras;
Acessibilidade	
Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos.	Todos os ambientes devem cumprir na integralidade as exigências da NBR 9050/94, presentes no roteiro de avaliação proposto pela Coordenação do NAPNE.
Expansão	
Quando a edificação é projetada como um empreendimento não finalizado em sua totalidade, possibilitando futura expansão segundo novas possibilidade de formação profissional.	Programar a ocupação do lote (taxa de ocupação) em 50% do valor permitido pela municipalidade para o lote; Nos locais onde seja mais provável a expansão da atividade, alocar áreas administrativas contíguas, que podem ser facilmente realocadas;
Sustentabilidade	
A espaços devem ser concebidos segundo os princípios básicos de uma construção sustentável, que são: qualidade ambiental interna e externa; redução do consumo energético; redução de resíduos; redução do consumo de água; aproveitamento das condições naturais locais; implantação e análise do entorno; reciclar, reutilizar e reduzir resíduos sólidos; inovação.	Redução do consumo energético - preferência por sistemas de consumo energético na produção das matérias e insumos para a implantação e manutenção da atividade proposta de baixo consumo energético (energia de transformação de bens; baixo custo de transporte e logística; preferência por iluminação natural diurna; preferência por iluminação artificial de alta eficiência energética quando da necessidade de sua existência; preferência por nenhuma ou mínimo consumo de climatização induzida); Redução de resíduos - preferência pelo consumo de materiais, produtos e insumos para a implantação e manutenção da atividade proposta que envolvam baixa produção de resíduos e embalagens (balanço entrada e saída de materiais); Redução do consumo de água - elaboração de instalações de água e esgoto de forma a minimizar o consumo de água (reaproveitamento das águas cinzas; coleta de águas das chuvas; minimização de irrigação; utilização de tubulações e equipamentos que otimizem o consumo de água; preferir o uso de bacias com caixa acoplada de baixo consumo hídrico a válvulas de descarga; preferir sistemas de tratamento de esgoto biodegradáveis);

	<p>o aproveitamento das condições naturais locais - preferir uma implantação da edificação que privilegie as ventilações e iluminação naturais, evite o manejo de poluentes líquidos e que minimize movimentos de terra e interferências nos cursos naturais das águas e nascentes;</p> <p>condições de acesso -minimizar a necessidade de realização de viagens motorizadas individuais (alto consumo de CO²), induzindo a utilização de modos coletivos, transporte público, não motorizado e que utilizem combustíveis menos agressores do meio ambiente; promoção da reciclagem, reutilização e redução dos resíduos sólidos - prever um plano de manejo de resíduos e espaços destinados ao armazenamento e reprocessamento de resíduos sólidos;</p>
Conforto ambiental	
<p>Organizar as atividades na edificação e/ou propor medidas construtivas que amenizem o desconforto térmico, acústico, lumínico, etc.</p>	<p>Iluminação - seguir parâmetros mínimos (ver normas ABNT) para iluminação natural e artificial. Evitar especificação de materiais que possam provocar ofuscamento ou brilho indesejável junto às projeções e quadros de sala de aula;</p> <p>Conforto térmico - adaptação da edificação às exigências climáticas de cada região. Evitar insolação direta, ou implantar controle dessas, a oeste e norte (ou composição dessas orientações) em ambientes de grande permanência diurna;</p> <p>Inércia térmica - propor materiais de vedação e revestimento para o exterior, paredes e cobertura, com maior resistência térmica das paredes;</p> <p>Geração interna de calor - isolar fontes internas de geração de calor;</p> <p>Ventilação - Incluir, e dimensionar adequadamente e em todos os ambientes, mesmo com o uso de condicionadores de ar, a possibilidade de ventilação natural, para o meio externo, e preferencialmente com o uso da ventilação cruzada. Para ambientes de permanência transitória pode-se considerar dispositivos de ventilação permanente.</p> <p>Conforto Acústico - adequar níveis de ruídos nos ambientes aos limites previstos em norma para cada atividade. Isolar fontes externas de ruído (aeronáutico, de tráfego, etc.) pela localização e orientação do edifício e/ou aplicação de barreiras acústicas;</p> <p>Sinalização visual - adequar a orientação de fluxos e identificação dos ambientes racionalmente, para fluxos seletivos, orientação rápida e desenho universal.</p>
Desenho Universal	

<p>Aquele que visa atender à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população.</p>	<p>São pressupostos do conceito de desenho universal:</p> <p>a. Equiparação nas possibilidades de uso - o <i>design</i> é útil e comercializável às pessoas com habilidades diferenciadas.</p> <p>b. Flexibilidade no uso - o <i>design</i> atende a uma ampla gama de indivíduos, preferências e habilidades.</p> <p>c. Uso Simples e intuitivo - o uso do <i>design</i> é de fácil compreensão, independentemente de experiência, nível de formação, conhecimento do idioma ou da capacidade de concentração do usuário.</p> <p>d. Captação da informação - o <i>design</i> comunica eficazmente ao usuário as informações necessárias, independentemente de sua capacidade sensorial ou de condições ambientais.</p> <p>e. Tolerância ao erro - o <i>design</i> minimiza o risco e as consequências adversas de ações involuntárias ou imprevistas.</p> <p>f. Mínimo esforço físico - o <i>design</i> pode ser utilizado com um mínimo de esforço, de forma eficiente e confortável.</p> <p>g. Dimensão e espaço para uso e interação - o <i>design</i> oferece espaços e dimensões apropriados para interação, alcance, manipulação e uso, independentemente de tamanho, postura ou mobilidade do usuário.</p>
Simplificação e sistematização de instalações prediais	
<p>Organizar sistemas de instalações prediais de forma racional e facilmente identificável, que privilegie a independência para a manutenção, controle de surtos e atenção aos sinistros.</p>	<p>Localizar centrais energéticas e de equipamentos de forma a diminuir percursos de distribuição;</p> <p>Áreas com exigências semelhantes de equipamentos e instalações deveriam estar contíguas;</p> <p>Facilidade de acesso aos sistemas de manutenção corretiva e preventiva;</p> <p>Respeito às normas brasileiras e das concessionárias locais de serviços;</p> <p>Implantas estratégias de economia e conservação de energia;</p>
Modicidade de Manutenção	
<p>Considerar na concepção da edificação o barateamento da manutenção preferencialmente à instalação inicial, mesmo com custos menos competitivos.</p>	<p>Uso preferencial de materiais de disponibilidade local para a substituição/manutenção predial;</p> <p>Especificação de materiais de maior vida útil;</p> <p>Especificação de materiais menos suscetíveis ao vandalismo;</p>

Quadro 37 - Critérios a serem observados para a Infraestrutura

Critério	Descrição	Avaliação	
		Indicador	Parâmetro
Circulação interna de veículos;	Disposições sobre a circulação de veículos no interior dos <i>campi</i> ;	I= largura mínima por sentido de circulação; I= raio de giro;	- Largura maior ou igual a 3,20m e raio de giro maior ou igual a 6,0m;
Áreas de alimentação	Disposição sobre áreas de alimentação	I= área de preparo em m ² ; I= área de mesas em m ² ;	- A área de mesas deve ter área igual ou maior que a área de preparo de alimentos;
Área para resíduos	Disposição de áreas para depósito intermediário de resíduos compatíveis com o lixo doméstico (sem coleta especial);	I= área interna do compartimento em m ² ; I = dimensão mínima do compartimento em m;	- Conferir na administração municipal e legislação ANVISA, o mínimo exigido em cada localidade e outras disposições sobre resíduos específicos; - Área igual ou maior a 5,00m ² , com disposição para materiais não orgânicos e recicláveis; - Largura maior ou igual a 1,50m;
Áreas de lazer	Disposição de áreas alternativas para permanência de alunos e outros usuários fora do horário de aulas. Devem ser previstas áreas cobertas e descobertas e privilegiem o encontro de pequenos grupos	I = área coberta de lazer em m ² ; I = área descoberta de lazer em m ² ;	- Área mínima de 2,00m ² por aluno para área coberta, com espaços de convivência devidamente tratados; - Área mínima de 4,00m ² por aluno para área descoberta, com espaços de convivência devidamente tratados;
Áreas para equipes de apoio	Disposição de áreas para o conforto de funcionários de serviços terceirizados ou equipes próprias de manutenção, para serviços de apoio. Deve incluir vestiários, banheiros com chuveiros, e área de aquecimento e consumo de refeições.	I= área interna de todos os compartimentos para este fim em m ² ;	Área igual ou maior que 2,5m ² por funcionário. Construir banheiros e vestiários acessíveis divididos por sexo;
Áreas de manutenção Depósitos áreas de C/D	Disposição de áreas de manutenção e limpeza. Depende do nível de manutenção realizado por equipe própria e serviços terceirizados. Este indicador avalia apenas o aspecto da limpeza predial;	I= número de Depósitos de Material e Limpeza - DML	Mínimo de um DML por andar de atividades acadêmicas e administrativas; Para atividades laboratoriais, pode ser integrado ao espaço laboratorial;

10. CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

10.1. ESTRATÉGIA DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Os gastos referentes às despesas com pessoal, manutenção de instalações, bem como os gastos relacionados às suas necessidades de investimentos, são supridos, em sua maioria, por recursos provenientes do orçamento público da União Federal.

Os recursos orçamentários são consignados anualmente no Orçamento Geral da União por meio de Lei específica (LOA). O orçamento anual do IFB atingiu em 2013 o montante de R\$145.635.118,00 (cento e quarenta e cinco milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, cento e dezoito reais), incluindo-se a previsão de arrecadação de receitas próprias, compreendendo as despesas de manutenção, investimentos, pessoal ativo e inativo, ou seja, todas as despesas relativas à Reitoria e aos *campi*.

As receitas orçamentárias captadas são oriundas de recursos diretamente arrecadados pelo IFB na venda de produção vegetal, animal e derivados, serviços administrativos diversos, fornecimento de alimentação e aplicação de recursos na conta única.

A maioria das descentralizações de crédito obtidas com órgãos públicos até o exercício de 2011 foram firmados com a SETEC/MEC, o que subsidiou em maior volume a construção de *campi*, implantação e melhoria da educação tecnológica.

Como estratégia de gestão financeira, além dos recursos oriundos do Tesouro, buscar-se-á parcerias e convênios, bem como aumentar a arrecadação de receitas próprias, a fim de assegurar a sustentabilidade de outros projetos não contemplados no Plano de Desenvolvimento Institucional.

O quadro a seguir apresenta a evolução do orçamento anual do IFB, no período de 2009 - 2013. Tal evolução refere-se aos recursos necessários para suprir os custos com manutenção e novos investimentos.

10.2. EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL DO IFB

Quadro 38 - Evolução do orçamento anual do IFB

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	2009	2010	2011	2012	2013
Recursos do Tesouro Nacional	8.942.937,88	45.484.750,21	97.706.295,94	139.759.882,37	143.817.436,02
Recursos Próprios	4.215,00	374.524,52	265.873,56	982.374,64	152.982,58
Recursos Descentralizados pela SETEC	4.882.985,00	4.908.604,74	5.647.175,68	284.404,77	-
Recursos Descentralizados SPO/MEC	-	-	-	1.303.586,28	-
Recursos Descentralizados por Outros Órgãos	6.301,00	8.517,50	1.196.014,92	2.736.594,68	121.434.24,17
TOTAL	13.836.438,88	50.776.396,97	114.815.360,10	145.066.842,74	156.126.802,77
Pessoal e Encargos	6.426.545,05	16280817,86	27687399,77	38.131.620,50	52569658,09
Outras Despesas Correntes	1105167,4	10569122,86	25.135.001,87	31616652,17	48787923,22
Investimentos	6304726,43	23926456,25	61992958,46	75.318.570,07	54769221,46
TOTAL	13.836.438,88	50.776.396,97	114.815.360,10	145.066.842,74	156.126.802,77

Nota: Tendo em vista que o exercício de 2013 encontra-se em andamento, foram consideradas para fins de informação as Dotações Atualizadas, ou seja, créditos orçamentários e adicionais, bem como cancelamentos e remanejamentos de dotações, com base em 08/11/2013. O valor dos recursos próprios corresponde à receita estimada na LOA 2013. Não foram informados os totais de recursos recebidos por descentralização devido ao exercício ainda não ter se encerrado.

10.3. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Quadro 39 - Previsão orçamentária e cronograma de execução (5 anos)

DEMONSTRATIVO ANOS	2014	2015	2016	2017	2018
RECEITAS					
Anuidade/Mensalidade (+)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bolsas (-)	3.687.936,00	3.906.261,81	4.140.637,52	4.389.075,77	4.652.420,32
Diversos (+)	121.668.112,00	128.870.864,23	136.603.116,08	144.799.303,05	153.487.261,23
Financiamentos (+)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inadimplência (-)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços (+)	720.476,00	763.128,18	808.915,87	857.450,82	908.897,87
Taxas (+)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS					
Acervo bibliográfico (-)	1.000.000,00	1.059.200,00	1.122.752,00	1.190.117,12	1.261.524,15
Aluguel (-)	900.128,00	953.415,58	1.010.620,51	1.071.257,74	1.135.533,21
Despesas administrativas (-)	1.476.486,00	1.563.893,97	1.657.727,61	1.757.191,27	1.862.622,74
Encargos (-)	18.200,00	19.277,44	20.434,09	21.660,13	22.959,74
Equipamentos (-)	5.805.000,00	6.148.656,00	6.517.575,36	6.908.629,88	7.323.147,67
Eventos (-)	900.000,00	953.280,00	1.010.476,80	1.071.105,41	1.135.371,73
Investimento (compra de imóvel) (-)	20.036.576,00	21.222.741,30	22.496.105,78	23.845.872,12	25.276.624,45
Manutenção (-)	17.493.672,00	18.529.297,38	19.641.055,23	20.819.518,54	22.068.689,65
Mobiliários (-)	2.000.128,00	2.118.535,58	2.245.647,71	2.380.386,57	2.523.209,77
Pagamento pessoal administrativo (-)	23.140.125,75	24.510.021,19	25.980.622,47	27.539.459,81	29.191.827,40
Treinamento (-)	1.230.800,00	1.303.663,36	1.381.883,16	1.464.796,15	1.552.683,92
Pagamento professores (-)	43.624.519,25	46.207.090,79	48.979.516,24	51.918.287,21	55.033.384,44
Pesquisa e extensão (-)	1.075.017,00	1.138.658,01	1.206.977,47	1.279.396,15	1.356.159,91
Receitas	122.388.588,00	129.633.992,41	137.412.031,95	145.656.753,87	154.396.159,10
Despesas	122.388.588,00	129.633.992,41	137.412.031,95	145.656.753,87	154.396.159,10

REFERÊNCIAS

MARTINS, Humberto Falcão; MARINI, Caio. Um guia de governança para resultados. Brasília: Publix Editora, 2010.

SOUZA, Daniel Luiz de. Planejamento Estratégico em organizações públicas. Planejamento de longo prazo em organizações públicas com a utilização do *Balanced Scorecard* e de cenários prospectivos. Brasília, 2010. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2507576.PDF>, acesso em 12/01/2014.

COUTINHO, André R.; KALLÁS, David. Gestão estratégica: experiências e lições de empresas brasileiras. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. A Estratégia em Ação – *Balanced Scorecard*. 34º. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BRASIL, Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/>, acesso em 19 de janeiro de 2013.

Instruções Para Elaboração De Plano De Desenvolvimento Institucional. Disponível em <http://www2.mec.gov.br/sapiens/pdi.html>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

Termo de Acordo de Metas e Compromissos SETEC/MEC. Disponível em http://www.ifb.edu.br/images/PRDI/acordo_de_metas_e_compromissos.pdf. Acesso em 19 de janeiro de 2013; www.ifb.edu.br, acesso em 19 de janeiro de 2013.

IFB. Resolução nº 008-2012/CS-IFB. Aprova o Projeto Pedagógico Institucional – PPI do Instituto Federal de Brasília. Disponível em: http://www.ifb.edu.br/attachments/2939_Resolu%C3%A7%C3%A3o%20RIFB_008_2012%20Aprova%20o%20PPI.pdf. Acessado em 26 de maio de 2014.

IFB. Resolução nº 35/2012- CS/IFB. Aprova, ad referendum do Conselho Superior, nova estrutura organizacional do IFB. Disponível em: http://www.ifb.edu.br/attachments/2939_Resolu%C3%A7%C3%A3o%2035_2012_referendada_11_12_2012.pdf. Acesso em 21 de novembro de 2013.

BRASIL, Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Lei Nº 10.861 de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>, acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>, acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Decreto n. 5.773, de 9 de maio de 2006: Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Lei Nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Decreto Nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964. Altera denominação de escolas de iniciação agrícola, agrícolas e agrotécnicas. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967. Transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e dá outras providências. Disponível em <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Decreto Nº 82.711, de 23 de Novembro de 1978. Dispõe sobre a transferência do Colégio Agrícola de Brasília para o Distrito Federal e dá outras providências. Disponível em <http://www2.camara.leg.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Lei Nº 4.506, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o imposto que recai sobre as rendas e proventos de qualquer natureza. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Lei Nº 11.534, de 25 de outubro de 2007. Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Lei Nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Decreto Nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Resolução/CD/FNDE nº 36, de 13 de julho de 2009. Estabelece orientações, diretrizes, critérios e normas para a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa no âmbito do Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (Programa e-Tec Brasil), nos termos da Lei 11.273, de 06 de fevereiro de 2006, a partir do exercício de 2009. Disponível em <http://www.fnde.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Resolução/CD/FNDE nº 18, de 16 de junho de 2010. Altera a Resolução CD/FNDE nº 36, de 13 de julho de 2009, que estabelece orientações e diretrizes para concessão e pagamento de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do Sistema Escola Aberta do Brasil (Programa e-Tec Brasil). Disponível em <http://www.fnde.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Resolução/CD/FNDE nº 24, de 16 de agosto de 2010. Estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes dos programas de formação inicial e continuada de professores e demais profissionais de educação, implementados pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC) e pagas pelo FNDE. Disponível em <http://www.fnde.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Lei Nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Decreto Nº 6.301, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil – e-Tec Brasil. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Resolução CNE/CEB Nº 1, de 21 de janeiro de 2004. Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos. Disponível em <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Lei Nº 11.784, de 22 de setembro de 2008. Dispõe sobre a reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, de que trata a Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006, do Plano Especial de Cargos da Cultura, de que trata a Lei no 11.233, de 22 de dezembro de 2005, do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de que trata a Lei no 11.091, de 12 de janeiro de 2005, da Carreira de Magistério Superior, de que trata a Lei no 7.596, de 10 de abril de 1987, ...revoga dispositivos da Lei no 8.445, de 20 de julho de 1992, a Lei no 9.678, de 3 de julho de 1998, dispositivo da Lei no 8.460, de 17 de setembro de 1992, a Tabela II do Anexo I da Medida Provisória no 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, a Lei no 11.359, de 19 de outubro de 2006; e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Lei Nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei no 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei no 11.784, de 22 de setembro de 2008; sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, de que trata a Lei no 8.745 de 9 de dezembro de 1993; sobre a remuneração das Carreiras e Planos Especiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de que trata a Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006; altera remuneração do Plano de Cargos Técnico- Administrativos em Educação; altera as Leis nos 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 11.784, de 22 de setembro de 2008, 11.091, de 12 de janeiro de 2005, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 12.702, de 7 de agosto de 2012, e 8.168, de 16 de janeiro de 1991; revoga o art. 4º da Lei no 12.677, de 25 de junho de 2012; e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Lei Nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Lei Nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Lei Nº 12.863, de 24 de setembro de 2013. Altera a Lei no 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; altera as Leis nos 11.526, de 4 de outubro de 2007, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 12.513, de 26 de outubro de 2011, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 91, de 28 de agosto de 1935, e 12.101, de 27 de novembro de 2009; revoga dispositivo da Lei no 12.550, de 15 de dezembro de 2011; e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

Portaria Nº 554, de 20 de junho de 2013. Estabelece as diretrizes gerais para o processo de avaliação de desempenho para fins de progressão e de promoção dos servidores pertencentes ao Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, de que trata o capítulo III da Lei no 12.772, de 28 de dezembro de 2013. Disponível em <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

Portaria Nº 982, de 3 de outubro de 2013. Estabelece as diretrizes gerais para fins de promoção à Classe E, com denominação de Professor Titular da Carreira do Magistério Superior e classe de Titular da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação. Disponível em <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Decreto Nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Lei Nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

ANEXOS

Anexo I - Organograma do IFB (Resolução CS nº 001/2017)

Ver próxima página.

Conselho Superior (CS)

Auditoria Interna (AUDIN)
CD-4

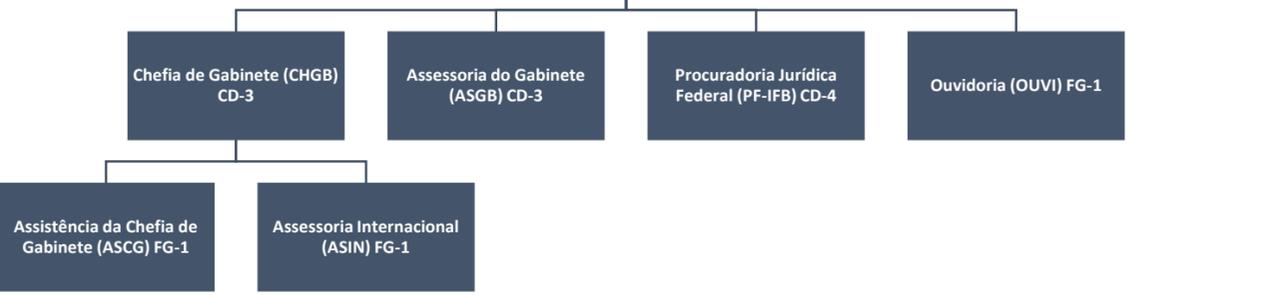
Colégio de Dirigentes (CD)

Reitoria
CD-1

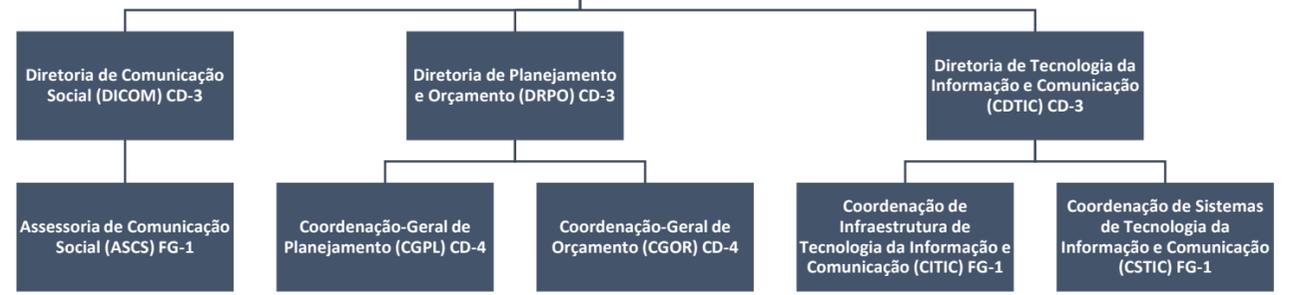
Comissões



Órgãos de Apoio e Assessoramento



Diretorias Sistêmicas



Pró-Reitorias

